

DÓRIS MARIA DEMINGOS OLIVEIRA

**“PROJETO RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA
UFRGS”: ESTUDO DO PERFIL DOS INCENTIVADORES PARA O RESTAURO DO
PRÉDIO DA FACULDADE DE DIREITO**

CANOAS, 2017

DÓRIS MARIA DEMINGOS OLIVEIRA

**“PROJETO RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA
UFRGS”: ESTUDO DO PERFIL DOS INCENTIVADORES PARA O RESTAURO DO
PRÉDIO DA FACULDADE DE DIREITO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Orientação: Prof. Dr. Moisés Waismann

Coorientação: Prof. Dr. Lucas Graeff

CANOAS, 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48p	<p>Oliveira, Doris Maria Demingos “Projeto resgate do patrimônio histórico e cultural da UFRGS”: estudo do perfil dos incentivadores para o restauro do prédio da faculdade de direito / Dóris Maria Demingos Oliveira ; Orientador Moisés Waismann ; Co-Orientador Lucas Graeff. – Canoas, 2017. 171 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário La Salle. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais.</p> <p>1. Patrimônio cultural 2. Valor cultural I. Título. II. Walsmann, Moisés III. Graeff, Lucas</p> <p>CDD 658.4038</p>
------	--

DÓRIS MARIA DEMINGOS OLIVEIRA

**“PROJETO RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA
UFRGS”: ESTUDO DO PERFIL DOS INCENTIVADORES PARA O RESTAURO DO
PRÉDIO DA FACULDADE DE DIREITO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Aprovado pela banca examinadora em: 25 de julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr. Rudimar Baldissera
UFRGS

Prof^o. Dr. Lucas Graeff
Unilasalle

Prof^a Dra. Margarete Panerai Araújo
Unilasalle

Prof^o. Dr. Moisés Waismann
Unilasalle

Ao meu filho, Lucas Demingos de Oliveira, com amor.

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa agradeço profundamente e, em especial: Ao orientador e ao coorientador desta pesquisa pelos ensinamentos e paciência.

A Universidade e aos colegas de trabalho da UFRGS, em especial do Setor de Patrimônio Histórico, por todo apoio na pesquisa desenvolvida.

A minha mãe Elza e ao meu pai Nestor (em memória), pelos ensinamentos dos valores e princípios que direcionam minha existência e contribuição nas minhas doces memórias.

Ao meu filho, Lucas Demingos de Oliveira e a minha irmã, Maria Cristina S. L. Demingos, pelo incentivo a realizar o mestrado, o apoio e por acreditar nas minhas conquistas.

Aos doadores para o prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao fazerem suas doações possibilitando o seu restauro, e em especial aqueles que dispuseram do seu tempo, concederam as entrevistas fazendo deste estudo uma realização.

O único meio de preservar essas lembranças é fixá-los por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e pensamento morrem (Halbwachs, 2006, p. 101).

RESUMO

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS faz parte da história e da memória do Estado desde 1895. Entre os anos de 1996 e 1998, a UFRGS realizou um inventário concluindo que as suas edificações históricas estavam depreciadas pelo tempo e pelo uso. A Universidade para reverter essa situação buscou nas leis de Incentivo à Cultura uma fonte extra de recursos, assim para fazer frente aos elevados custos das restaurações, o qual não dispunha em seu orçamento, para a restauração do seu patrimônio cultural. No ano de 1999, por meio do “Projeto Resgate ao Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS” aprovado pelo MinC e, em 2000, foi autorizada a captação de recursos pela Lei n. 8.313/91. Entre seus prédios restaurados, encontra-se o prédio da Faculdade de Direito. A pesquisa apresentada procurou compreender os motivos pelos quais as pessoas doaram para a restauração da Faculdade de Direito. A metodologia empregada nesta pesquisa foi qualitativa e feita através de entrevistas em profundidade, através das quais o perfil de componentes e referências foi estudado, considerando os "valores culturais" que motivaram os promotores a doar. Concluindo que as motivações para as doações são memória e identidade, recompensa e documento histórico, respectivamente, nesta ordem, seguidos por meios sociais de interação e ética, além de reconhecer a importância que o lugar restaurado tem na vida de outras pessoas.

Palavras-chave: “valor cultural”. Patrimônio cultural. Doação. Razões.

ABSTRACT

The Federal University of Rio Grande do Sul – UFRGS is a part of the history and memory of the State since 1895. Between the years 1996 to 1998, UFRGS executed an inventory, which concluded that its historical edifications were in decay due to time and use. In order to reverse this situation, the University looked for the Cultural Incentive law as a source for extra recourses, to face the restorations high costs, which it didn't have in its own budget for the restoration of its cultural heritage. In 1999, through “Project Rescue of Historical and Cultural Patrimony of UFRGS” approved by MinC and, in 2000, was authorized a fund-raising through Law n. 8.313/91. Among its restored buildings, it's the Faculty of Law's building. The research presented sought to comprehend the reasons why people donated to the restoration of the Faculty of Law building. The employed methodology in this research was qualitative and made via in-depth interviewing, through which the profile of components and references was studied, considering the “cultural values” that motivated the promoters to donate. Concluding that the motivations for donations are memory and identity, reward and historical document, respectively in this order, followed by social means of interaction and ethics, as well as recognizing the importance that the restored place has on other people's lives.

Keywords: “Cultural values”. Cultural heritage. Donation. Reasons.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fluxo da análise da Proposta Cultural.	35
Figura 2 - Proporção, em percentual, dos valores culturais apresentados pelos Entrevistados.....	47
Figura 3 - Mapa de localização dos prédios históricos da Primeira Geração no Campus Centro.....	51
Figura 4 –Prédio da Faculdade de Direito no início do século XX.....	54
Figura 2 – Prédio da Faculdade de Direito após restauro.....	55
Quadro 1 - Doadores para o restauro do prédio da Faculdade de Direito da UFRGS.....	42
Quadro 2 - Identificação dos doadores e qualificação.....	45
Quadro 3 - Referência aos valores culturais para análise de conteúdo	46
Quadro 4 - Entrevistados pelos valores culturais apresentados.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFB	Constituição Federal Brasileira
CFC	Conselho Federal de Cultura
CGU	Controladoria Geral da União
CNIC	Comissão Nacional de incentivo à Cultura
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DOU	Diário Oficial de União
ESAF	Escola Superior de Administração Fazendária
FICART	Fundo de Investimento Cultural e Artístico
FNC	Fundo Nacional da Cultura
FUNART	Fundação Nacional de Artes
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IN	Instrução Normativa
INCE	Instituto Nacional de Cinema Educativo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IR	Imposto de Renda
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PDF	Portable Document Format (Formato Portátil de Documento)
PEC	Projeto de Emenda à Constituição
PIB	Produto Interno Bruto
PNC	Plano Nacional de Cultura
PRÓ-CULTURA	Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SALIC	Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura
SEFIC	Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
SPH	Setor de Patrimônio Histórico
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUINFRA	Superintendência de Infraestrutura

UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPA	Universidade de Porto Alegre
URGS	Universidade do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 TRAJETÓRIA.....	13
1.2 O CONTEXTO DA PESQUISA.....	15
1.3 ESCOLHA PELO TEMA DA PESQUISA.....	16
1.4 PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	17
1.4.1 OBJETIVO GERAL.....	17
1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 A MEMÓRIA SOCIAL, SUA FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA PARA A ELEIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	18
2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL: O SIGNIFICADO E A IMPORTÂNCIA DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO.....	22
2.3 PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO À CULTURA, EM ESPECIAL LEI FEDERAL N. 8.313/91 (LEI ROUANET).....	24
2.4 RELAÇÃO ENTRE A LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO E OS “VALORES CULTURAIS”.....	36
3 OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	40
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	40
3.2 PRODUTO FINAL.....	48
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	49
4.1 O “PROJETO RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA UFRGS” E A FACULDADE DE DIREITO.....	49
4.2 AS MOTIVAÇÕES PARA DOAR PARA O PROJETO RESGATE E, PARTICULARMENTE, PARA O PRÉDIO DA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS.....	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS.....	68
APÊNDICE A – GUIA DAS ENTREVISTAS SEMI ESTRUTURADAS.....	74
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO.....	76
APÊNDICE C – EXCERTOS DAS ENTREVISTAS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS VALOR CULTURAL.....	77

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho desenvolvo o tema “valores culturais” (MENESES, 2012) para o Patrimônio Cultural. A escolha teve por objetivo conhecer as motivações que impulsionaram os incentivadores, pessoas físicas, a realizarem doações para o restauro do prédio da Faculdade de Direito, inserido no “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”. Meneses (2012) propõe cinco categorias de valores em que o indivíduo baseia-se para eleger um bem culturalmente. E são esses valores que se buscou nesta pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas em profundidade, posteriormente tratadas por Análise de Conteúdo para entender as referências para impulsionar a doação. O Projeto cultural que possibilitou o restauro da edificação está inscrito no Ministério da Cultura, o qual por meio da Lei Rouanet, preveu aportes financeiros por meio de renúncia fiscal.

Trata-se de um estudo qualitativo, em que a fonte é primária. Para a produção dos dados foram realizadas entrevistas em profundidade junto aos doadores que tiveram maior número de aportes financeiros ao projeto, revelaram maior aderência a esse, desconsiderados seus valores, para o restauro do prédio da Faculdade de Direito junto ao “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural” da UFRGS.

O desejo por conhecer os “valores culturais” do processo de doação, por meio das motivações que os impulsionam, localizou esta investigação como sendo um estudo qualitativo, e para a produção dos dados foram realizadas entrevistas semi estruturadas e para tratamento desse produto foi utilizada a Análise de Conteúdo. Este estudo pretendeu traçar o perfil dos doadores por meio das motivações que emergem para realizarem a doação.

O quadro referencial da pesquisa situa dentro do diálogo com os autores de memória, patrimônio cultural, e “valor cultural” (MENESES, 2012), tendo por objetivo fundamentar e contextualizar o tema da pesquisa. Desta forma, acredita-se que com a fundamentação teórica e o estudo empírico possibilitou, ainda, demonstrar a importância da preservação do patrimônio edificado como meio material para fortalecer as memórias do indivíduo, e como essas se comportam na valoração quando da eleição como referência de identidade social para a sua preservação.

A partir deste cerne, a dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, apresento o referencial teórico que fundamenta este estudo, estando este subdividido em tópicos: i) Memória Social: neste tópico discorro como a memória social se constitui a partir da memória individual; ii) Patrimônio Cultural: apresento o significado da importância da evolução do conceito. Neste tópico apresento uma breve digressão do histórico da proteção do

patrimônio cultural, chegando a atual Carta Magna do Brasil, a qual introduz significativas mudanças no que diz respeito à proteção, a quem referência o que é patrimônio, e a quem esse patrimônio representa. iii) Valores Culturais: Neste tópico relaciono os dois tópicos anteriores, apresentando e discorrendo a proposta de categorização em valores para referência do que representa para a sociedade patrimônio cultural, propostas por Meneses (2012).

No capítulo II apresento as opções metodológicas, caracterização da pesquisa e o produto final. No capítulo III é apresentada a discussão dos resultados, estando esse dividido nos seguintes tópicos: i) O “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS” e a Faculdade de Direito; ii) As motivações para doar para o Projeto Resgate e, particularmente, para o prédio da Faculdade de Direito da UFRGS. Encerrando com as considerações finais.

1.1 TRAJETÓRIA

Ao refletir sobre minha história profissional, busco dar novo significado a esta história para entender a trajetória que me despertaram ao desenvolvimento deste trabalho.

Formei-me no início da década de 90 em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).

Minha trajetória acadêmica interlaçasse com a profissional, pois no ano de 1984 já era servidora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E em razão da UFRGS possuir uma das melhores bibliotecas jurídicas do Estado, e em sendo servidora da Instituição, o que me permitia não só consultar, mas retirar livros na Biblioteca da Faculdade de Direito da UFRGS, tomei essa como minha segunda casa acadêmica.

Em 1995, então já formada e atuando nos Procedimentos Disciplinares da Universidade, busquei especialização em Direito Penal, realizado na Faculdade de Direito da UFRGS.

No decorrer dos anos, fui me especializando no tema de Procedimento Disciplinar, realizando cursos oferecidos pela Controladoria Geral da União (CGU), através da Escola de Administração Fazendária (ESAF) e passei a ser membro do Banco de Capacitados pela CGU para fazer Procedimentos Disciplinares em qualquer órgão federal do Brasil.

Essa capacitação levou-me em 2003 a ser convidada pelo Gabinete da Reitora para assessorar Comissões de Inquérito na Universidade, instaurados no âmbito daquele, trabalhando junto à Administração Central. E posteriormente, passei a desenvolver minhas atribuições junto a Procuradoria Geral da UFRGS. Atividade, que ainda, me proporcionou um conhecimento mais amplo da estrutura da Universidade.

Em 2012, por ocasião da transformação da Secretária de Patrimônio Histórico à Setor de Patrimônio Histórico (SPH) da Superintendência de Infraestrutura (SUINFRA/UFRGS), em

razão dos estreitos laços com a servidora, Noemia Fatima Rodrigues, designada para chefiar aquele Setor, conjugada a necessidade de uma assessoria jurídica naquele momento de mudanças, solicitei a troca de meu exercício para aquele Setor de Patrimônio Histórico.

Na realização deste assessoramento desabrochou perante meus olhos uma nova visão da Universidade, quanto mais eu pesquisa o tema para fundamentar os recursos enviados ao Ministério da Cultura, onde os projetos de restauros dos prédios são aportados por meio da Lei Rouanet, descobertas eram feitas e mais me apaixonava pelo tema.

Uma das descobertas foi que meu pai, então falecido no ano anterior, com 92 anos, havia estudado no prédio do Instituto Parobé, quando ainda era um Liceu para jovens de classe pobre e filhos de operários.

Assim, as memórias, mesmo que construídas, desabrocham ainda hoje quando percorro os corredores do prédio do Instituto Parobé, minha imaginação flui, com os gritos de algazarra dos meninos de calças curtas, como usavam naquela época, descendo correndo as escadarias do prédio.

No SPH voltei a ter contato com duas grandes paixões, arquitetura e a história, retornei para os bancos da universidade, pois havia uma sede de conhecimento, de me apropriar do que estava desenvolvendo profissionalmente.

Inicialmente, como aluna convidada, a participar da disciplina de Intervenções Retrospectivas da graduação do curso de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Nessa disciplina, sob a cátedra da Dra. Luisa Gertrudis Durán Rocca, foi possível obter um panorama geral da evolução do restauro ao longo da história.

No SPH além da assessoria jurídica, passei a me desenvolver com os eventos realizados setor, entre esses, alguns de ordem acadêmica, como o Seminário Comemorativo ao Dia do Patrimônio Histórico, a qual sou a Coordenadora Geral desde sua origem, estando em 2017 na sua 5ª edição.

Em meio a este processo de transformação da profissional, e ao meio em que me encontro inserida, e o estímulo de meu filho Lucas Demingos de Oliveira para que eu realizasse o mestrado, assim como das colegas e amigas Luisa Gertrudis Durán Rocca e Noemia Fatima Rodrigues, entre outros, brotou o desejo de realizá-lo nesta área, buscando-o no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

Ademais, durante o desenvolvimento de minhas atribuições no SPH, observei que o mesmo, desde sua criação preocupou-se com o registro e documentação de dados, no entanto, carecia de um estudo desses. Eu percebia a necessidade de análise desses dados para melhor

conhecer o público com que nós tratávamos, isto é, o incentivador doador. Comecei a me indagar o que despertava o interesse para as pessoas doarem ao “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”. Assim como, que motivos levavam a impulsionar as pessoas a doarem para os projetos de resgate.

O movimento de uma profissional da área jurídica em direção ao patrimônio cultural me proporcionou aventurar por novos caminhos, arrastou-me da zona de conforto dos juristas consagrados, fez olhar-me como ser desta história e ao outro, o doador. Esse caminho proporcionou novos horizontes de crescimento intelectual proporcionado pelos estudos nesse campo. Hoje, passados quase 5 anos que estou no Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS, hoje frente à Chefia do Setor e aluna de mestrado, reconheço as conquistas obtidas pelo trabalho árduo e pioneiro dos que me antecederam, mas também que há muito a ser feito para a preservação do Patrimônio Cultural da Universidade. Disso tudo, resultou na presente dissertação.

1.2 O CONTEXTO DA PESQUISA

Ao discorrer minha trajetória procurei demonstrar como se deu minha aproximação com patrimônio cultural, especialmente com o “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”.

Para apresentar a ambiência do estudo apresento sucintamente como se deu a origem do “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com as atribuições de: a salvaguarda, a preservação e o restauro do acervo edificado.

A UFRGS é uma das mais antigas universidades públicas do Brasil, possui um acervo composto por prédios construídos a partir de 1898 que conformam um conjunto arquitetônico de grande valor histórico e artístico para a sociedade porto alegreense.

Ainda que, o entorno urbano da cidade de Porto Alegre tenha sido submetido por transformações significativas, no entanto, essas não refletiram a unidade territorial do Campus Centro da UFRGS, que se manteve inalterado desde a segunda metade do século XX.

Ademais, essas edificações que compõem o Campus Centro são marcas indelévels da expansão e da importância da Universidade, portando ainda, uma estreita interfase com o desenvolvimento urbano e cultural da cidade.

É consenso que com o passar do tempo e da sua utilização as edificações apresentam desgastes, essas em razão do tempo, sua utilização e adaptações no decorrer dos anos para atender as necessidades sem que houvesse a observância no trato do patrimônio histórico. Assim, essas edificações apresentavam a necessidade de um olhar como Patrimônio Histórico,

para tanto, essas edificações históricas demandam uma atenção especializada de conservação e preservação.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul possui um acervo de 12 edificações que remontam ao final do século XIX e início do XX, os quais são denominados de primeira geração e que possuem acautelamento do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul.

Além disso, em 1999 duas dessas edificações já se encontravam interditadas por ausências de condições de habitabilidade, sendo que as intervenções necessárias demandavam elevados custos financeiros, os quais não estavam contemplados no orçamento da UFRGS à época.

A Universidade diante da necessidade de restauração dos seus prédios e a demanda por recursos financeiros buscou junto na Lei Federal de Incentivo a Cultura, e em outras fontes, a receita extraordinária de que carecia. A Lei Rouanet (BRASIL, 1991) prevê dois tipos de incentivos culturais, que se trata de renúncia fiscal, o patrocínio que é quando realizado por pessoas jurídicas e a doação quando realizado por pessoa física.

A Universidade para se beneficiar da Lei Rouanet (BRASIL, 1991) desenvolveu e registrou junto ao Ministério da Cultura o “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”.

O “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS” foi pioneiro no Brasil, e há quase duas décadas tem sido exitoso na captação de recursos para o restauro de seus prédios por meio da Lei Rouanet (BRASIL, 1991), até por isso já foi objeto de pesquisa. No entanto, a investigação aqui proposta traz como perceptiva da pessoa do doador, isto é, as pessoas físicas que atuaram como incentivadores do Projeto, a partir dos quais é possível outra contribuição no entendimento desse tema.

1.3 ESCOLHA PELO TEMA DA PESQUISA

A vontade inicial de entender como se comporta o doador, o que faz com que crie aderência e impulse as pessoas a doarem aos projetos para o restauro dos prédios históricos da Universidade. No entanto, o tema ainda era nebuloso, pois eu carecia do conhecimento necessário para saciar minha angústia do entendimento de como o doador elege o patrimônio cultural que irá doar, que motivações são essas que o impulsionam. No decorrer do mestrado, por meio das disciplinas e das bibliografias propostas, das reflexões e da orientação. Percebi que os vínculos que se estabelece entre o patrimônio histórico da UFRGS com seus doadores está presente no entendimento dos componentes e referências de como a sociedade elege seu

patrimônio cultural, mas ainda restava saber quais motivações essas que eram tomadas por referência com a UFRGS.

E assim a pesquisa tomou um escopo, o desejo de compreender as motivações que impulsionaram as pessoas a doar, quais os valores que atribuem para justificar suas doações para a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS e assim traçar o perfil do doador para o Projeto.

1.4 PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA

Diante do exposto este estudo aborda os “valores culturais” propostos por Meneses (2012) aos doadores para o restauro do prédio da Faculdade de Direito junto ao “Projeto Resgate ao Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”. A partir do foco da pesquisa formula-se o problema central: considerando-se os componentes e referências de “valores culturais”, o porquê das pessoas doarem para o restauro do prédio da Faculdade de Direito da UFRGS.

1.4.1 OBJETIVO GERAL

É objetivo da pesquisa é traçar o perfil dos doadores por meio das razões que emergem, por meio das entrevistas em profundidade realizadas junto aos doadores, baseadas nos componentes e referências dos “valores culturais” o porquê das pessoas doaram para o restauro do prédio da Faculdade de Direito da UFRGS.

1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) discorrer sobre o conceito de memória e relacionar a patrimônio cultural;
- b) identificar as razões para a doação, baseadas nos componentes e referências dos “valores culturais” para o restauro do prédio da Faculdade de Direito da UFRGS;
- c) traçar o perfil dos doadores em termos de “valores culturais” para o restauro do prédio da Faculdade de Direito, por meio do “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que fundamenta este trabalho aborda os conceitos de memória social e de patrimônio cultural, a fim de identificar como se manifestam os elementos referenciais expressos em valores para a eleição do patrimônio cultural, assim como, nas categorias propostas por Meneses (2012) para “Valores Culturais”, onde essas motivaram e impulsionaram os doadores para o restauro do prédio da Faculdade de Direito junto ao “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”. A esses valores, relacionam-se a proteção do Patrimônio Cultural no Brasil e suas políticas públicas de financiamento à Cultura, em particular a Lei Rouanet (BRASIL, 1991), que será abordada ao final deste capítulo.

2.1 A MEMÓRIA SOCIAL, SUA FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA PARA A ELEIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

O tema memória enquanto tratado como fenômeno pelo sociólogo Halbwachs (2006) é apresentado como quadros, afirmando ainda, que nenhuma memória é possível fora das estruturas usadas por aqueles que vivem em sociedade para determinar, reconstruir e recuperar suas lembranças. Desta forma, a memória é percebida como construção coletiva, componente na produção e do desenvolvimento da memória das instituições sociais, seja a família, o clube, a escola, entre outros.

Blondel (1925 apud HALBWACHS, 2006) elucida o pensamento:

Para que não confundíssemos a reconstituição de nosso próprio passado com a que possamos fazer do passado de nosso vizinho, para que empírica, lógica e socialmente nos pareça indetificar-se com nosso passado real, é preciso que pelo menos algumas de suas partes exista algo além de uma reconstituição feita com matérias tomadas de empréstimo. (BLONDEL, 1925, p. 296¹ apud HALBWACHS, 2006, p. 43)

Para Halbwachs (2006) a memória individual não está inteiramente isolada ou fechada, pois, para evocar seu próprio passado a pessoa necessita por vezes recorrer às lembranças de outras. E na medida se duas ou mais memórias de um acontecimento se interpenetram com determinada frequência, e se a memória individual utiliza-se desses para preencher algumas lacunas, com isso tornando-as mais exatas e presente, ou seja, estará se apoiando na memória coletiva, sem que com isso deixe de realizar sua própria interpretação.

Portanto, mesmo diante de muitos testemunhos, só podemos reconstruir esse conjunto de lembranças quando essas são reconhecidas na sua essência, ainda que possam apresentar divergências.

¹BLONDEL, Charles. *Revue Philosophique*, 1925.

Outrossim, Halbwachs (2006) afirma inquestionavelmente, que o que vemos ou recordamos hoje no quadro de referência de nossas lembranças antigas, se adaptam ao conjunto de percepções do presente. Além disso, quando partilhados e recordado em comum com o outro, os fatos passados adquirem uma relevância maior e são revividos com maior intensidade.

O autor, expõe assim, a existência de uma memória pessoal e a memória social, que poderíamos dizer respectivamente como memória autobiográfica e memória histórica. Onde a memória pessoal ou individual, receberia ajuda da memória social, uma vez que a história individual e portanto a memória individual da vida de uma pessoa é parte de uma história geral, portanto de uma memória social.

Logicamente que a memória da história geral, é muito mais extensa e só representa para a pessoa o passado de uma forma mais resumida e esquematicamente apresentada. Enquanto que a memória individual da vida de uma pessoa representa para ela por meio de um panorama bem mais contínuo e denso. Pois, a nossa memória não se apoia na história aprendida e sim na história vivida (HALBWACHS, 2006).

As noções históricas e gerais desempenham apenas um papel secundário, pois essas memórias pressupõem a existência preliminar e autônoma da memória pessoal. Assim, as lembranças coletivas viriam a se justapor sobre as lembranças individuais e retê-las de forma mais conveniente e segura. No entanto, para isso ocorrer será preciso que as lembranças pessoais já estejam ali, senão a nossa memória atuaria no vazio. Portanto, a história não é todo o passado e também não é tudo o que subsiste do passado.

Indubitavelmente para que a memória dos outros venha a reforçar ou completar as lacunas existentes da memória individual é necessário que as lembranças do grupo tenham alguma relação com as que constituem aquelas lembranças do passado individual e que tenha sido protagonista dessas lembranças do grupo.

Além do que cada grupo se divide e se contrai no tempo e no espaço, com isso manifestam-se outras tantas memórias coletivas originais, e que por um algum tempo mantêm a lembrança de eventos que só tem importância para as pessoas, mas que interessam tanto mais porque seus membros não são muito numerosos.

No entanto, quando o indivíduo se dispersa por alguns novos grupos sociais, em novas sociedades que não se interessam por esses fatos que lhes são exteriores, o único meio de preservar essas lembranças é fixá-los por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e pensamento morrem (HALBWACHS, 2006).

Assim, para Halbwachs a memória coletiva se distingue da história, pois a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, continuidade essa que de nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém, pois em definição não ultrapassa os limites desse grupo. Enquanto que a história divide a sequência dos fatos dos séculos em períodos, como destruimos a matéria de uma tragédia em muitos anos. Pois, a história não hesita em introduzir divisões simples na corrente de fatos, cujo lugar está fixado permanentemente, assim obedece a uma necessidade didática de esquematização.

Tem-se assim a noção de uma “memória de grupo”, no entanto, expõe que essas lembranças não se estabilizam somente no grupo, esse os torna estáveis as lembranças.

As teorias de memória ressaltam o carácter construtivista da recordação, assim como assegurador da identidade e afirmam o direito dela em face de uma ciência histórica objetiva e neutra.

Entretanto, para Assmann (2011) nos três casos a linha mestra se dá entre corporificado ou descorporificado, ou mesmo, entre habitado e inabitado: a memória pertence a portadores vivos com perspectivas parciais; contudo para a história “pertence a todos e a ninguém”, é objetiva e neutra em relação à identidade.

Assim, Assmann (2011) expõe que:

A “memória habitada” está vinculada a um portador, que pode ser um grupo, uma instituição ou um indivíduo; estabelece uma ponte entre o passado, presente e futuro; procede de modo seletivo, à medida que recorda uma coisa e esquece outra; intermedeia valores dos quais resultam um perfil identitário e normas de ação; Enquanto que a “memória inabitada” é desvinculada de um portador específico; separa radicalmente passado, presente e futuro; interessa-se por tudo, tudo e igualmente importante; investiga a verdade e com isso suspende valores e normas. (ASSMAN, 2011, p. 146)

Portanto, um bem pode ser elemento da história, mas se este não estiver relacionado há algum protagonista da história desse bem que o vivenciou em algum momento, esse não está habitado, e não há como se referencia um valor ao bem.

Assmann (2011) expõe, ainda, que a polarização brusca da história e da memória é tão insatisfatória quanto a equiparação plena de ambas. Sugerindo, assim que a fixação de história e memória como dois modos de recordação, que não precisam excluir-se ou reprimir-se mutuamente.

Propõe como ponto essencial para além da polarização dos conceitos de memória e história a compreensão da relação entre memória habitada e inabitada no sentido de dois modos complementares de recordação. Denominando a memória habitada “memória

funcional”, sendo aquela que possui características de referência ao grupo, à seletividade, à vinculação à valores e à orientação ao futuro. Enquanto que a “memória cumulativa” seriam as memórias das memórias, que perdeu a relação vital com o presente, seria por sua vez uma memória de segunda ordem, às ciências históricas.

Igualmente, propõe que as ciências históricas podem guardar vestígios inabitados e acervos que ficaram sem dono, mas que podem ser recuperados, possibilitando apresentar novas expectativas de adesão à memória funcional.

Halbwachs (2006), já havia sintetizado esse pensamento quando manifestou:

A história pode se apresentar como a memória universal da espécie humana. Contudo, não existe nenhuma memória universal. Toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço. Não podemos reunir em um único painel a totalidade de eventos passados, a não ser tirando-o da memória dos grupos que guardavam sua lembrança, cortar as amarras pelas quais eles participavam da vida psicológica dos ambientes sociais em que ocorreram, deles não reter somente o esquema cronológico e espacial. Não se tratade revivê-los na realidade, mas de recolocá-los nos contextos em que a história dispõe dos acontecimentos, contextos esses que permanecem exteriorizados aos grupos, e defini-los cotejando uns com os outros. (HALBWACHS, 2006, p. 106)

Halbwachs (2006) argumentou, ainda, que essa “memória coletiva” encontra-se ligada a estabilidade de maneira direta à composição e subsistência do grupo. Portanto, se o grupo de dissolve, os elementos formadores do grupo perdem em sua memória parte de suas lembranças que os fazia assegurar-se e identificarem-se como grupo. E ainda, que essas lembranças não tem uma força imanente de permanência e carecem essencialmente de interação e atestação sociais. Halbwachs (2006) afirma ainda que:

Não há lembranças que reaparecem sem que de alguma forma seja possível relacioná-las a um grupo, porque o acontecimento que elas reproduzem foi percebido por nós num momento em que estávamos sozinhos [...] bastaria que pudéssemos confirmar alguns deles para estabelecer o fato de que a memória coletiva não explica todas as nossas lembranças e talvez não explique por si a evocação de qualquer lembrança. (HALBWACHS, 2006, p. 42)

Assim, pelo exposto, podemos afirmar que é por meio dessas memórias coletivas que reside, a valoração dos bens, tomados individualmente ou em conjunto, que são portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Portanto, serão considerados patrimônio cultural aqueles bens onde reside a memória, à identidade, seja está tomada individualmente ou coletivamente. No entanto, é preciso compreender como se dá ou forma a sua valorização, que trataremos ao final deste capítulo.

2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL: O SIGNIFICADO E A IMPORTÂNCIA DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO

Neste tópico serão apresentadas as considerações teóricas de patrimônio cultural, a evolução deste conceito. Pretende-se expor uma base teórica sobre os fundamentos da pesquisa, abordando-se a ideia de preservação do patrimônio cultural em sentido amplo, assim como das formas de construção e da proteção das memórias individuais e coletivas, e como essas emergem por meio da preservação do patrimônio cultural edificado.

A história nos leva a França quando da criação da primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, as três grandes categorias de monumentos históricos eram constituídos pelos remanescentes da antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos.

Em suma, a denominação empregada era de patrimônio histórico para o conjunto de monumentos, incluindo as edificações e as artes. E a inclusão na conceituação era distinção a apenas aos incluídos a partir de critérios essencialmente históricos, artísticos e arqueológicos (CHOAY, 2001).

Para Choay (2001) patrimônio histórico é:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. (CHOAY, 2001, p. 11).

No Brasil, temos a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) ocorreu em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei n. 378/37, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, contendo os conceitos que orientam a atuação do Instituto, os quais estão sempre em evolução, mantendo relação com os marcos legais (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [2014]a).

No cenário mundial, especificamente na Europa, o conceito de patrimônio foi ampliado significativamente a partir da metade do século passado. Devendo-se a isso o pós Segunda Guerra Mundial, onde as nações encontravam-se destroçadas e a população clamava por uma identidade.

E é neste contexto histórico que foi realizada a Conferência das Nações Unidas objetivando a criação de uma organização educacional e cultural. As quarenta e quatro delegações presentes decidiram criar uma organização que iria humanar-se uma verdadeira cultura da paz, tendo por objetivo estabelecer a "solidariedade intelectual e moral da humanidade" e, ao fazê-lo, evitaria uma nova guerra mundial.

Em decorrência dessa conferência, foi criada em 16 de novembro de 1945, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, [2017]). No entanto, a mundialização dos valores e das referências ocidentais que contribuíram para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais tem sua expansão simbolizada apenas em 1972, por meio da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, foi proclamada a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores Cultural e Natural, para a proteção dos bens patrimoniais, elencando categorias distintas, mais abrangentes como a herança cultural gerando repercussões e impactos na humanidade

E por conseguinte, criou-se um conjunto de obrigações relativas à “[...] identificação, a proteção, conservação, valorização, e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações [...]” (CHOAY, 2001, p. 208).

E em 1976, é criado o Comitê do Patrimônio Mundial e os primeiros sítios na Lista do Patrimônio Mundial foram inscritos em 1978.

Atualmente, reconhece-se que o ambiente como um todo é afetado por sua interação com a humanidade, e por isso mesmo, pode ser reconhecido como patrimônio. Por conseguinte a ampliação e compreensão do conceito de patrimônio, em decorrência da necessidade de novas proteções. Proteções essas que repercutiram (e repercutem) em torna-se ainda mais necessário fazer julgamentos sobre o que tem significado, e ou valor, e o que não tem, para que se proceda em novas ações e medidas protetivas por parte do Estado e da sociedade.

Portanto, o patrimônio cultural não se limitava mais a apenas a edificações individuais, agora compreendia até mesmo “conjuntos urbanos”, neste sentido é oportuna Choay (2001) quando expõe que:

Enfim, o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjunto de cidades, como mostra “a lista” do Patrimônio Mundial estabelecida pela Unesco. (CHOAY, 2001, p. 12-13)

Hoje o SPHAN é denominado Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, cabendo-lhe proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [2014]a).

E em 23 de dezembro de 1991, temos a Lei Rouanet (BRASIL, 1991), que instituiu o Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), que por meio de renúncia fiscal incentiva projetos culturais. Por meio de propostas aprovadas e transformadas em projetos, com valores aprovados para captação, o contribuinte pode realizar aportes financeiros, como incentivador para a execução dessas ações culturais.

2.3 PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL E SUAS POLÍTICAS

PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO À CULTURA, EM ESPECIAL LEI FEDERAL N. 8.313/91 (LEI ROUANET)

No Brasil, visando a proteção do Patrimônio Cultural, temos a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei n. 378/37 (BRASIL, 1937c), assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, contendo os conceitos que orientam a atuação do Instituto, os quais estão sempre em evolução, mantendo relação com os marcos legais. Hoje denominado Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan), é hoje uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, cabendo-lhe proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

A partir da criação do SPHAN, posteriormente transformado em IPHAN, é que surge a preocupação em meios de financiamento para preservar o patrimônio Cultural (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [2014]b).

Ocorrendo nos anos 80 no Brasil as definições das bases estruturais das instituições do cenário cultural brasileiro. Temos a criação do Ministério da Cultura, em 1985, tendo como primeiro titular José Aparecido de Oliveira, bem como foram criadas as primeiras Secretarias de Estado da Cultura: de São Paulo, de Minas Gerais e do Paraná (REIS, 2009).

A década de 80 foi de efervescência nos debates acerca das fontes de financiamento para a cultura, como resultado tivemos um conjunto de normas, denominadas de Leis de Incentivo à Cultura. São instrumentos públicos de captação de recursos financeiros, fortalecendo e impulsionando a relação entre o Estado e o segmento privado. Essas normas tem por objetivo gerar uma simbiose, isto é, com vantagens recíprocas, de recursos do setor público e privado, orientada pelas experiências demonstradas no panorama internacional.

Por conseguinte, temos a criação das leis de incentivo à Cultura, em especial a Lei Federal n. 8.313/91 (BRASIL, 1991), conhecida como a Lei Rouanet, que proporcionou um novo mecanismo ao financiamento da cultura no Brasil, pois, com os incentivos fiscais, o

mercado começou a ter uma representatividade no financiamento das atividades culturais, que até então era tímida.

Genericamente o financiamento da cultura se dá por diversas fontes, que podem ser públicas ou privadas. As públicas advêm das esferas federal, estadual e municipal, e no caso das fontes privadas provêm das pessoas físicas, jurídicas, fundações e demais entidades privadas.

Portanto, como sintetizado por Reis (2009), as leis de incentivo à cultura devem ser compreendidas como instrumentos legais, por meio dos quais o Estado disponibiliza certo percentual, de sua arrecadação tributária, por conseguinte, renúncia fiscal, em benefício de agentes da iniciativa privada ou mesmo pública, que assumem o compromisso de utilizar esses recursos na execução de projetos culturais previamente aprovados nas instâncias oficiais competentes.

Reis (2009) expõe de modo sintético as formas de financiamento da cultura existentes no Brasil.

1) Financiamento público direto, onde se subdivide em três modalidades:

1.1) Subsídios públicos às instituições culturais: Onde governo assume o compromisso financeiro da manutenção das instituições culturais (teatros, museus, orquestras, centros culturais, oficinas, dentre outros), bem como, a programação desenvolvida por esses. Nesta modalidade de financiamento pode ocorrer uma situação paradoxal, pois são financiadas atividades culturais franqueadas ao público ou a preço simbólico, além de haver o risco de surgirem programas nem sempre acessíveis a população em geral. Na realidade brasileira, este tipo de financiamento nem sempre chega a cobrir os custos operacionais;

1.2) Subsídios a artistas: Prática exercida desde a Grécia antiga, ocorrendo por meio do mecenato público ou pela encomenda de trabalhos aos artistas eleitos pelos prestigiosos da época. No Brasil temos, até então, dois programas desenvolvidos pelo Ministério da Cultura (MinC), o Programa Apartes/Capes direcionado a formação de artistas com menos de 30 anos e o Bolsa Virtuose que tem por objetivo o aperfeiçoamento de artistas experientes, no Brasil ou no exterior.

1.3) Fundos de Cultura: São provenientes de fundos públicos, e podem ser criados por leis nas três esferas de governo. Estes fundos destinam-se a financiar projetos de interesse público, quando estes não apresentam o interesse da iniciativa privada. Destarte, são apresentados como instrumentos de promoção da democracia e da descentralização da cultura no território nacional, por conseguinte, como uma linha da política cultural pública.

2. Financiamento público indireto: subdivide-se em duas modalidades:

2.1) Financiamento indireto à iniciativa privada. Onde temos inseridas as leis de incentivo fiscal. Nesta modalidade o Estado renuncia certo percentual de sua receita fiscal, que ordinariamente seria recolhido para o fundo fiscal pela iniciativa privada, para que sejam investidos em projetos culturais. Desta forma, o Estado está financiando indiretamente estes projetos, uma vez que os recursos aplicados pelas pessoas físicas e jurídicas ao projeto cultural, serão deduzidos dos impostos à pagar, isto é, trata-se de renúncia fiscal, nos limites definidos em lei.

2.2) Discriminação de preços e fornecimento de cheques culturais: Os cheques culturais são vales com valor pré-estipulado e podem ser utilizados em instituições culturais cadastrada pelo Estado. Temos também os Privilégios Fiscais a produtos, serviços e pessoas culturais: O Estado pode usar a isenção e a discriminação de tributos como ferramentas para incentivar ou para reduzir o consumo de determinados produtos e serviços culturais, tanto nacionais, como estrangeiros. Temos como exemplo no Brasil, a importação de produtos culturais estrangeiros, como livros conta com a imunidade tributária (art. 150, VI, a, CF/88).

3) Financiamento privado sem contrapartida pública. Ocorre quando empresas não se utilizam das leis de incentivo para financiar seus projetos culturais.

4) Formas alternativas de financiamento da cultura. Face ao esgotamento das fontes atuais de financiamento.

No Brasil temos que as Leis de Incentivo Fiscal são fatores para o desenvolvimento e a continuidade das ações voltadas à promoção e a preservação cultural no país. Na esfera federal, a base tributária é o Imposto de Renda (IR), enquanto que na estadual, é o Imposto sobre as Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e, nos municípios, é o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

A seguir, abordaremos a Lei Rouanet, pois, o corpus dessa pesquisa, isto é, as motivações que emergem e impulsionaram os incentivadores a realizarem a doação para o restauro do prédio da Faculdade de Direito, que se deram através de projeto aprovado pelo PRONAC do MinC para captação por meio dessa lei.

Embora a Lei Rouanet tenha sido bem recepcionada pela cultura, de acordo com Rubim e Rocha (2012), a legislação recebeu críticas de que teria sido concebida em um contexto paradoxal, pois, na medida em que o Estado estava criando o Ministério da Cultura e diversos órgão ligados a essa, estava se desonerando de financiá-la. Assim, o governo reduziu

o financiamento direto à Cultura e propunha que esses recursos fossem captados no mercado, por meio da renúncia fiscal, isto é, um financiamento indireto.

O então Secretário de Cultura do Governo Federal, Sérgio Paulo Rouanet expõe as justificativas para as Leis de Incentivo à Cultura (ROUANET, 1991):

[...] Quando se diz que o governo desprivilegiou a cultura, discriminou contra a classe cultural e a classe artística, é preciso não esquecer que a política cultural inicial do governo se deu no bojo de uma política geral que afetou vários setores da sociedade e retirou todos os Incentivos fiscais, sem exceção nenhuma. Então não foram só os incentivos culturais que foram suprimidos, foram também os incentivos dos programas de desenvolvimento regional, como FINOR (Fundo de Investimentos do Nordeste) FINAM (Fundo de Investimentos do Amazonas), etc. E nesse momento em que se esboça uma retomada discreta do processo de desenvolvimento econômico, os incentivos estão sendo reestabelecidos seletivamente, por exemplo, o próprio FINOR e agora os incentivos à cultura; de modo que não se pode falar propriamente numa guinada, numa modificação; o máximo que se pode dizer é uma mudança de etapa. Nessa etapa, realmente, se tornou possível dar uma atenção maior à cultura, como a outros setores também, da economia e da sociedade, do que sido o caso tinha acontecido ultimamente [...].

É de se destacar que o Brasil não é um país que possui por hábito de seus cidadãos de praticar a doação/mecenato² à cultura.

No artigo 1º da Lei Rouanet (BRASIL, 1991) estão descritos os nove objetivos do PRONAC, os quais se demonstram abrangentes, como se pode observar abaixo, in verbis:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

- I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;
- II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;
- III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;
- IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;
- V - salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;
- VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;
- VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;
- VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;
- IX - priorizar o produto cultural originário do País. (BRASIL, 1991)

Vislumbra-se, pois, pelo dispositivo que o legislador apresenta a preocupação e a intenção de ampliar o acesso à cultura e as manifestações culturais a todo o país.

² O vocábulo “mecenaz” significa aquele que é um benfeitor/protetor das artes, dos escritores, dos artistas, ou dos sábios. Em alusão a Mecenas, conselheiro de Augusto, diz-se daquele que protege os escritores, os artistas, ou os sábios. Patrocinador.

Ademais, o artigo supracitado guarda relação direta com o disposto na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), no seu artigo 215, quando afirma, in verbis:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (BRASIL, 1988)

O Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) foi implementado pela Lei Rouanet (BRASIL, 1991), com a finalidade de estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico e promover a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional, entre outras funções.

O Programa estabeleceu os seguintes mecanismos de apoio: Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), Fundo Nacional da Cultura (FNC) e Incentivo Fiscal ou Incentivo a Projetos Culturais (mecenato). O primeiro consiste na comunhão de recursos destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos, de cunho comercial, delegado à Comissão de Valores Mobiliário (CVM) disciplinar a sua constituição, funcionamento e administração, com participação dos investidores nos eventuais lucros, mas, até o momento, não foi implementado.

Dessa forma, o Pronac possui atualmente dois mecanismos ativos: o Fundo Nacional da Cultura (FNC) e o Incentivo Fiscal.

O FNC está previsto no capítulo II da lei em comento, é um fundo de natureza contábil, com prazo indeterminado de duração, que funciona sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis, com prioridade para realização de seleções públicas com comissões representativas, independentes e específicas, habilitadas a avaliar o mérito artístico-cultural das propostas concorrentes. Contempla projetos culturais compatíveis com as finalidades elencas nos incisos, do art. 4, da referida lei (BRASIL, 1991).

Art. 4º Fica ratificado o Fundo de Promoção Cultural, criado pela [Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986](#), que passará a denominar-se Fundo Nacional da Cultura (FNC), com o objetivo de captar e destinar recursos para projetos culturais compatíveis com as finalidades do Pronac e de:

I – estimular a distribuição regional equitativa dos recursos a serem aplicados na execução de projetos culturais e artísticos;

II – favorecer a visão interestadual, estimulando projetos que explorem propostas culturais conjuntas, de enfoque regional;

III – apoiar projetos dotados de conteúdo cultural que enfatizem o aperfeiçoamento profissional e artístico dos recursos humanos na área da cultura, a criatividade e a diversidade cultural brasileira;

IV – contribuir para a preservação e proteção do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

V – favorecer projetos que atendam às necessidades da produção cultural e aos interesses da coletividade, aí considerados os níveis qualitativos e quantitativos de atendimentos às demandas culturais existentes, o caráter multiplicador dos projetos através de seus aspectos socioculturais e a priorização de projetos em áreas artísticas e culturais com menos possibilidade de desenvolvimento com recursos próprios.

O financiamento por meio deste mecanismo é de 80% do valor total do projeto cultural, os 20% restantes são de responsabilidade do proponente, a título de contrapartida.

O proponente deverá declarar a disponibilidade dos recursos (20%), no momento em que apresenta o projeto. Ressalta-se que a contrapartida não precisa ser, necessariamente, em dinheiro. Pode ser pela prestação de serviços ou bens, desde que estes possam ser avaliados economicamente (OLIVIERI, 2004).

O objetivo do FNC é captar recursos e destiná-los, de acordo com as finalidades do PRONAC. São cinco os seus objetivos, de acordo com o disposto no artigo 4º da Lei 8.313/91 (BRASIL, 1991), conforme exposto anteriormente.

Assim, por meio do FNC, o incentivador tem a opção de efetuar seu incentivo de maneira direta, sem precisar escolher um projeto específico para financiar. O FNC é administrado pelo Ministério da Cultura (MinC) e os recursos são aplicados apenas em projetos culturais previamente aprovados, com parecer do órgão técnico competente (Lei 9.874/99, §1º e 2º) (BRASIL, 1999).

No Fundo Nacional da Cultura, os projetos podem ser inscritos mediante chamamento público, conforme regras de cada edital.

Quanto ao Incentivo Fiscal, também chamado de renúncia fiscal ou mecenato, é uma forma de estimular o apoio da iniciativa privada ao setor cultural. O proponente apresenta uma proposta cultural ao Ministério da Cultura (MinC) e, caso seja aprovada, é autorizado a captar recursos junto a pessoas físicas, denominados de doadores, declaradoras de Imposto de Renda (IR) ou empresas tributadas, denominados de patrocinadores, com base no lucro real visando à execução do projeto.

Os recursos captados por meio do terceiro mecanismo, o mecenato, advêm de incentivos espontâneos de pessoas físicas (doações) e de pessoas jurídicas (patrocínio), que se propõem a utilizar um percentual do seu Imposto de Renda devido em determinadas ações culturais (Projetos Culturais) previamente aprovadas pelo Ministério da Cultura (MinC).

O mecenato executa-se de acordo com o disposto no artigo 4º do Decreto nº 5.761 (BRASIL, 2006), e ocorre de duas formas, através de doações ou de patrocínios.

III - incentivador: o contribuinte do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza, pessoa física ou jurídica, que efetua doação ou patrocínio em favor de programas, projetos e ações culturais aprovados pelo Ministério da Cultura, com vistas a incentivos fiscais, conforme estabelecido na [Lei nº 8.313, de 1991](#);

IV - doação: a transferência definitiva e irreversível de numerário ou bens em favor de proponente, pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos, cujo programa, projeto ou ação cultural tenha sido aprovado pelo Ministério da Cultura;

V - patrocínio: a transferência definitiva e irreversível de numerário ou serviços, com finalidade promocional, a cobertura de gastos ou a utilização de bens móveis ou imóveis do patrocinador, sem a transferência de domínio, para a realização de programa, projeto ou ação cultural que tenha sido aprovado pelo Ministério da Cultura;

No mecanismo do Incentivo Fiscal, as propostas culturais devem ser apresentadas entre 1º de fevereiro e 30 de novembro de cada ano no Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) (BRASIL, [2016]).

Podem apresentar propostas pessoas físicas com atuação na área cultural (artistas, produtores culturais, técnicos da área cultural etc.); pessoas jurídicas públicas de natureza cultural da administração indireta (autarquias, fundações culturais etc.); e pessoas jurídicas privadas de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos (empresas, cooperativas, fundações, ONG's, Organizações Culturais etc.).

Os projetos na modalidade Incentivo a Projetos Culturais, existem duas formas de enquadramento, as quais estão previstas nos artigos 18 e 25 da Lei Rouanet (BRASIL, 1991). A principal diferença entre os institutos dos artigos 18 e 25 reside no tipo de projeto que pode ser aprovado para captação em uma ou outra modalidade. Essa diferenciação entre esses institutos foi estabelecida em 1999, quando o governo resolveu eleger cinco áreas prioritárias, no artigo 18, que deveriam receber um incentivo extra para o seu fomento. Para tanto, foi editada a Lei 9.874/99 (BRASIL, 1999) ampliando para 100% o abatimento das transferências realizadas para os projetos relativos a essas áreas.

Assim, os valores aportados, independentemente de se tratarem de doação ou patrocínio, podem ser integralmente abatidos no Imposto de Renda a ser pago pelo incentivador, lembrando, nos limites de 6% para pessoas físicas e 4% para pessoas jurídicas. Porém tais valores não podem ser lançados como despesa operacional das pessoas jurídicas.

Art. 18. Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, como através de contribuições ao FNC, nos termos do art. 5º, inciso II, desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no art. 1º desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 9.874, de 1999\)](#)

§ 1º Os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias efetivamente despendidas nos projetos elencados no § 3º, previamente aprovados pelo Ministério da Cultura, nos limites e nas condições estabelecidos na legislação do imposto de renda vigente, na forma de: [\(Incluído pela Lei nº 9.874, de 1999\)](#)

a) doações; e [\(Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999\)](#)

b) patrocínios. [\(Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999\)](#)

§ 2º As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real não poderão deduzir o valor da doação ou do patrocínio referido no parágrafo anterior como despesa operacional. [\(Incluído pela Lei nº 9.874, de 1999\)](#)

¹ § 3º As doações e os patrocínios na produção cultural, a que se refere o § 1º, atenderão exclusivamente aos seguintes segmentos: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001\)](#)

a) artes cênicas; [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001\)](#)

b) livros de valor artístico, literário ou humanístico; [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001\)](#)

c) música erudita ou instrumental; [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001\)](#)

d) exposições de artes visuais; [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001\)](#)

e) doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos; [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001\)](#)

f) produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; e [\(Incluída pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001\)](#)

g) preservação do patrimônio cultural material e imaterial. [\(Incluída pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001\)](#)

¹ h) construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes. [\(Incluído pela Lei nº 11.646, de 2008\)](#)

Em 2001, com a edição da medida provisória nº 2.228-1 (BRASIL, 2001), a redação do artigo 18, da lei foi acrescida do § 3º, e por conseguinte, as alíneas de “a” a “g”.

§ 3º As doações e os patrocínios na produção cultural, a que se refere o § 1º, atenderão exclusivamente aos seguintes segmentos: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001\)](#)

a) artes cênicas; [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001\)](#)

b) livros de valor artístico, literário ou humanístico; [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001\)](#)

c) música erudita ou instrumental; [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001\)](#)

d) exposições de artes visuais; [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001\)](#)

e) doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos; [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001\)](#)

f) produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; e [\(Incluída pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001\)](#)

g) preservação do patrimônio cultural material e imaterial. [\(Incluída pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001\)](#)

Posteriormente, em 2008, é incluída pela Lei 11.646 (BRASIL, 2008), a alínea “h”.

h) construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes. [\(Incluído pela Lei nº 11.646, de 2008\)](#)

Registra-se, ainda, que a expressão de proteção ao patrimônio imaterial, constante no art. 246, da Carta Magna de 1988, deu-se somente com a nova redação dada ao § 3º, do art. 18, da Lei n. 8.313/91 (BRASIL, 1991), dada pela medida MP 2.228-1/2001 (BRASIL, 2001).

Art. 53. O § 3º do art. 18 da [Lei nº 8.313, de 1991](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18.

.....
 § 3º As doações e os patrocínios na produção cultural, a que se refere o § 1º, atenderão exclusivamente aos seguintes segmentos:

- a) artes cênicas;
- b) livros de valor artístico, literário ou humanístico;
- c) música erudita ou instrumental;
- d) exposições de artes visuais;
- e) doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos;
- f) produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; e
- g) preservação do patrimônio cultural material e imaterial." (NR)

Bem como, pelo Decreto 3.551 (BRASIL, 2000), de 04 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Quanto ao art. 25, da Lei Rouanet (BRASIL, 1991), dispõe e contempla os seguintes seguimentos de projetos:

Art. 25. Os projetos a serem apresentados por pessoas físicas ou pessoas jurídicas, de natureza cultural para fins de incentivo, **objetivarão desenvolver as formas de expressão, os modos de criar e fazer, os processos de preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro, e os estudos e métodos de interpretação da realidade cultural**, bem como contribuir para propiciar meios, à população em geral, que permitam o conhecimento dos bens de valores artísticos e culturais, compreendendo, entre outros, os seguintes segmentos:

I - teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres;

II - produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discográfica e congêneres;

III - literatura, inclusive obras de referência;

IV - música;

V - artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e outras congêneres;

VI - folclore e artesanato;

VII - patrimônio cultural, inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos;

VIII - humanidades; e

IX - rádio e televisão, educativas e culturais, de caráter não-comercial.

Parágrafo único. Os projetos culturais relacionados com os segmentos do inciso II deste artigo deverão beneficiar exclusivamente as produções independentes, bem como as produções culturais-educativas de caráter não comercial, realizadas por empresas de rádio e televisão. [\(Redação dada pela Lei nº 9.874, de 1999\)](#) (grifo do autor)

Quanto aos percentuais de valores de contribuição a favor de projetos culturais aprovados, pelo doador ou patrocinador encontra-se disposto no art. 26, da Lei n. 8313/91 (BRASIL, 1991):

Art. 26. O doador ou patrocinador poderá deduzir do imposto devido na declaração do Imposto sobre a Renda os valores efetivamente contribuídos em favor de projetos

culturais aprovados de acordo com os dispositivos desta Lei, tendo como base os seguintes percentuais: [\(Vide arts. 5º e 6º, Inciso II da Lei nº 9.532 de, 1997\)](#)

I - no caso das pessoas físicas, oitenta por cento das doações e sessenta por cento dos patrocínios;

II - no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, quarenta por cento das doações e trinta por cento dos patrocínios.

§ 1º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá abater as doações e patrocínios como despesa operacional.

§ 2º O valor máximo das deduções de que trata o **caput** deste artigo será fixado anualmente pelo Presidente da República, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

§ 3º Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios, abatimentos e deduções em vigor, em especial as doações a entidades de utilidade pública efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 4º [\(VETADO\)](#)

§ 5º O Poder Executivo estabelecerá mecanismo de preservação do valor real das contribuições em favor de projetos culturais, relativamente a este Capítulo.

Nota-se assim, que as pessoas jurídicas podem abater os valores destinados como despesas operacionais. Por fim, conforme disposto no artigo 26, destaca-se que uma das condições para que as pessoas jurídicas possam financiar os projetos, por meio dos incentivos fiscais, é que as mesmas optem pelo sistema de tributação do imposto de renda com base no lucro real.

Ademais, é de se destacar que para requerer e obter-se a aprovação de captação de recursos por meio da Lei Rouanet para o projeto de restauro de patrimônio cultural edificado é requisito que a edificação objeto de restauro seja tombado, em qualquer esfera, ou tenha alguma forma de acautelamento análoga, seja por inventário ou registro, ou até mesmo, expressivo valor cultural, conforme disposto na Constituição Federal Brasileira, o bem revestido de valores representativos para a sociedade.

O processo de solicitação de recursos tem início com a inscrição do proponente no sistema SalicWeb (Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura), disponível no site do Ministério da Cultura. O cadastro de usuários é um procedimento que exige as seguintes informações do subscritor: nome, CPF, data de nascimento e e-mail. Após, o sistema fornecerá uma senha que permitirá o acesso aos demais passos para encaminhar o projeto cultural, que inicialmente será tratada como proposta. Em seguida, o proponente registra a sua proposta nas abas das planilhas do sistema, fornecendo a informações solicitadas, inclusive as planilhas orçamentárias.

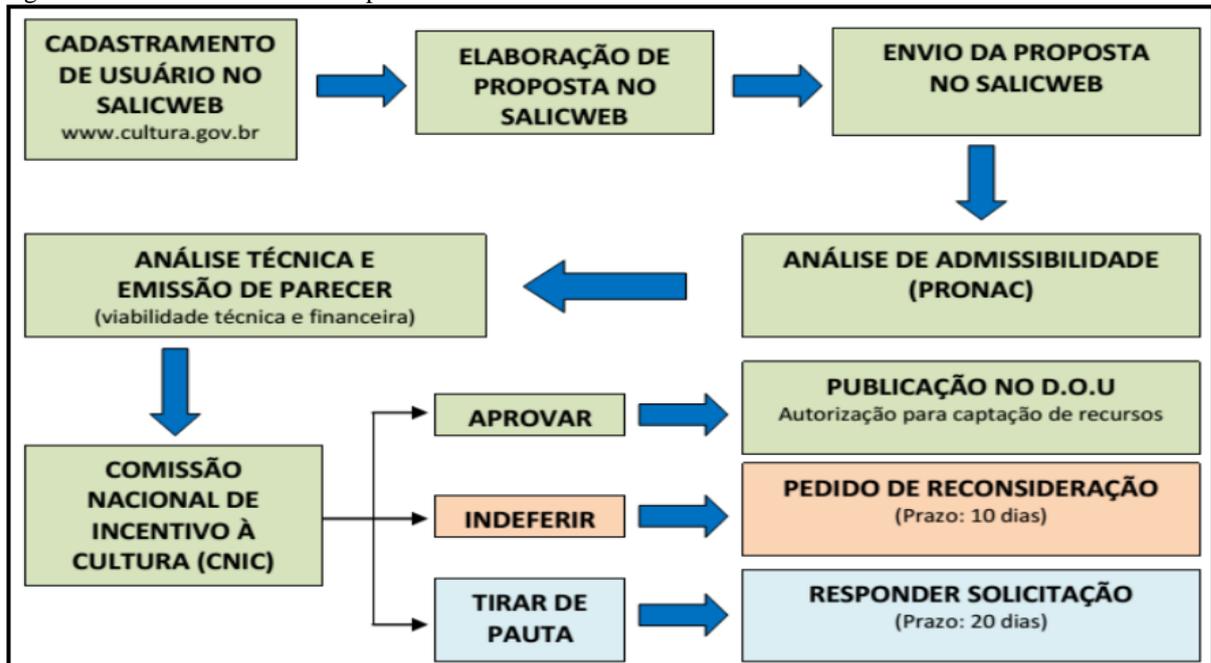
Nesta fase ainda é necessária a juntada de documentos, em PDF, assinados e autenticados, exigidos para cada tipo de segmento, em conformidade com o objeto da proposta.

Cumpridas estas formalidades, a proposta é finalizada, gravada e encaminhada ao Ministério da Cultura (MinC) para apreciação, oportunidade na qual será analisada a documentação e efetuado um exame preliminar de admissibilidade da proposta. Se aprovada a proposta, ela transforma-se em projeto e recebe um número do PRONAC. No caso de não atender aos critérios de admissibilidade, a proposta é encaminhada ao proponente para o atendimento das diligências, no prazo legal, podendo retornar após o atendimento para uma nova apreciação.

A próxima fase é a de tramitação junto às unidades vinculadas ao MinC, de acordo com o segmento cultural (Funarte, Fundação Biblioteca Nacional, IBRAM, IPHAN). No caso do patrimônio edificado, são encaminhadas ao IPHAN para exame dos pareceristas. Estes são profissionais cadastrados em um banco de dados do MinC, pelo período de 1 a 5 anos, que são escolhidos por edital aberto e devem ter experiência comprovada de, no mínimo, dois anos na área em que se candidataram. Nesta etapa a avaliação restringe-se ao orçamento e nas questões técnicas do projeto. Se constatada falhas ou inconformidades, ocorre nova diligência ao proponente para efetuar as correções e justificativas. Se forem cumpridas todas as determinações, o projeto será enviado para apreciação da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), que opinará sobre a aprovação do projeto.

A Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), órgão consultivo do MinC, é formada por representantes de artistas, de empresários, da sociedade civil e do Estado. É composta por 21 membros, sendo sete titulares e 14 suplentes. Desde 2011, as reuniões da CNIC passaram a ser itinerantes, com o objetivo de congregar e contemplar a diversidade cultural do país. A deliberação desta Comissão subsidia a decisão do Ministro da Cultura na aprovação ou indeferimento dos projetos que poderão receber o patrocínio incentivado. Aprovado pela CNIC, o projeto volta para a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC) para as demais formalidades, dentre elas, e as mais comuns são de atualização de documentos como: as certidões de quitação dos tributos, a conta vinculada no Banco do Brasil e a assinatura do termo de compromisso com o Ministério da Cultura de que todas as regras e normas aplicáveis à espécie serão efetivamente cumpridas. Completa esta fase, o projeto segue para a sanção do Ministro e posterior publicação no Diário Oficial da União (DOU) dá portaria de autorização de captação de recursos pelo projeto, junto às pessoas físicas e jurídicas.

Figura 1 - Fluxo da análise da Proposta Cultural.



Fonte: BRASIL, [2014].

As doações e os patrocínios captados por meio da Lei Rouanet são recursos públicos, uma vez que se trata de renúncia fiscal, razão pela qual sua aplicação está sujeita ao acompanhamento, à avaliação técnica e à prestação de contas. O acompanhamento dos projetos se dá por monitoramento eletrônico, no sistema Salic, nos termos definidos na Instrução Normativa 01/2017 (BRASIL, 2017), artigo 75, §§1º e 2º, incisos I a XIII. A Lei Rouanet, com mais de duas décadas de vigência, consolidou-se como um dos principais mecanismos de financiamento dos projetos culturais.

Destaca-se ainda, que o PRONAC é um mecanismo de incentivo transparente, pois todos os projetos são publicados na internet com seus respectivos históricos, podendo ser acompanhado o uso desses valores de renúncia fiscal por todos.

Registra-se, pois, que após a promulgação da Lei Rouanet, diversas leis estaduais e municipais de incentivo à cultura foram editadas ou foram adaptadas as suas normas federais.

2.4 RELAÇÃO ENTRE A LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO E OS “VALORES CULTURAIS”.

Inicialmente, se faz necessário uma breve digressão da evolução da legislação de proteção ao patrimônio no Brasil, para que se entenda o progresso de aperfeiçoamento alcançado pela Carta Magna de 1988.

A promulgada Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937 (BRASIL, 1937a), sob o título Da Educação e da Cultura, dispunha em seu art. 134, a proteção sobre o

patrimônio nacional. O dispositivo, embora para a época, ainda era incipiente, tampouco esclarecia quais os bens estavam que ao alcance daquelas categorias de patrimônio.

Art 134 - Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

Ainda, em 1937, por meio do Decreto Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937b), no qual Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, que em seu Capítulo I – Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dispõe em seu art. 1º os bens que constituem o patrimônio histórico e artístico nacional do Brasil.

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Posteriormente, temos a Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 (BRASIL, 1967), o qual em seu Título IV - Da Família, da Educação e da Cultura, dispõe em seu art. 172, apenas que a cultura é dever do Estado, e em seu parágrafo quais os bens sob proteção.

Art 172 - O amparo à cultura é dever do Estado. Parágrafo único - Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.

Vislumbra-se, na leitura dos dispositivos acima o quanto era embrionária a proteção do patrimônio no Brasil, pois a legislação pouco ou nenhum instrumento regulamentar dispunha para a sua preservação e conservação, e referiam-se apenas a sua vinculação a fatos memoráveis da história do país.

No entanto, na Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), no *caput* do art. 216, vê-se um aperfeiçoamento no que diz respeito ao patrimônio, pois, a partir dessa temos patrimônio cultural, portanto disposto na sua forma abrangente, isto é, os bens de natureza material e imaterial, como ainda, tomados individualmente ou em conjunto.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...] (BRASIL, 1988).

Ademais, agora não se tem mais como no dispositivo da constituição anterior, o patrimônio como os bens “[...] quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”

(BRASIL, 1937b), como disposto nas normas anteriores, e sim, os bens serão aqueles “[...] portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988).

Outrossim, se tem ainda, um terceiro elemento significativo no dispositivo da constituição no que diz respeito ao sujeito da valoração dos bens que serão eleitos como patrimônio cultural, cabendo, pois, agora essa atribuição à sociedade, a ela passa a ser a detentora da valoração, que até então estava restrita aos cânones³.

Chegando a esse ponto, podemos afirmar por todo o exposto que um bem por si só não se faz patrimônio cultural, é necessário que aqueles que o elegem tenham para com ele um valor de referência. Para tanto, é necessário entendermos como se dá a construção da valorização para a eleição dos bens como patrimônio cultural, tendo-se esse como referencial de uma sociedade, por meio da memória e identidade.

A sociedade contemporânea, está num ambiente de processo desenfreado de modernização, com escalas de mudança social, onde se fez conduzir o saber para além dos limites da memória. Portanto, é imprecidível, nivelaram-se os limites entre o que que é essencial e o relevante, de um lado, e o desimportante e o aleatório, de outro.

Preocupação essa, já expressada pelos antropólogos contemporâneos como Augé (2012), quando manifesta que:

A superabundância da nossa informação, e, por outro lado as interdependências inéditas do que alguns chamam hoje de “sistema-mundo”, traz incontestavelmente um problema para os historiadores, principalmente os contemporâneos – denominação da qual a densidade factual das últimas décadas ameaça suprimir todo e qualquer significado. (AUGÉ, 2012, p. 31)

No entanto, sob que parâmetros devemos nos orientar e quem somos para efetuar esse nivelamento, e quanto a esses valores que significam para aqueles que os referencia.

Meneses (2012) propõe os “valores culturais”, expondo-os em categorias de valoração, que podem estar individualmente presentes a um bem ou mesmo pluralizada, isto é, um bem apresentar mais de um valor.

Assim, Meneses (2012) propõe cinco categorias para os “valores culturais”, sendo a categoria de valor cognitivo quando o bem é percebido como um documento, seja esse histórico, arquitetônico. Temos como exemplo uma edificação que possa ser um exemplar singular de uma corrente arquitetônica, como modernista, eclética, entre outras. E ainda, que não tenha nenhuma singularidade arquitetônica ou mesmo apenas um espaço físico, como por

³[...] Norma, princípio geral do qual se inferem regras particulares [...] (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009, p. 388)

exemplo o Pálacio do Catete, na cidade do Rio de Janeiro Brasil, onde é referenciado não só pela sua arquitetura, mas também pelo fato do então Presidente do Brasil, Getúlio Vargas ter se suicidado naquele local.

Também poderá ser formal ou estético quando o bem é capaz de gerar uma transcendência com o “eu”, o bem possui algo singular ao âmago do indivíduo, onde o bem poderia ser qualquer outro de sua espécie, mas aquele se difere dos demais por gerar uma relação com o indivíduo que o elege. Temos uma infinidade de bens ou lugares para esta categoria, basta que para o indivíduo esse seja singular e que gere a transcendência do seu “eu”, como exemplo poderíamos ter a igreja para determinada pessoa, ou mesmo o seu grupo familiar, onde nela houveram diversas celebrações e orações, por isso a pessoa poderia rezar em qualquer outro lugar, mas naquele ocorre a transcendência do “eu”.

A valoração do bem poderá ainda ser afetiva, essa ocorre quando o bem se caracteriza por histórico, mas percebido não como documento ou da história formal, e sim da história do indivíduo, como memória, esta carregada de simbolismo e vínculos subjetivos, como afetivos, isto é, de sentimento de pertença ou identidade. Exemplos de bens nessa categoria valorativa são vários, basta que o bem tenha uma memória habitada como propõe Assmann. Poderá ser uma praça, uma escola, são várias as possibilidades.

A categoria de valor pragmáticos proposta são aqueles bens percebidos como qualidades, isto é, o benefício que este gera a pessoa. Portanto, não está intrinsecamente ao bem fisicamente, mas ao que esse proporciona. Esse bem poderá ser uma escola onde, por conseguinte, se obtêm o conhecimento; poderá ser um hospital onde se obtêm uma cura, entre outros.

Por fim, temos o valor ético os quais são aqueles não associados ao bem, mas as interações sociais que são realizadas nele, isto é, o bem se torna como referência o lugar do outro, temos como exemplo um clube, uma escola, etc.

Assim, percebe-se que o bem para ser tomado como referência como patrimônio cultural de uma sociedade deve segundo Assmann (2011) estar necessariamente habitado, portanto contido de alguma forma de uma memória, seja esta histórica, individual ou coletiva, conforme propõe memória por Halbwachs (2006). Ademais, essas devem estar agregadas de valores, pois esses que referenciam o que é patrimônio cultural para a sociedade.

3 OPÇÕES METODOLÓGICAS

Este capítulo está estruturado de forma a expor o procedimento metodológico, utilizado para a pesquisa, tendo em vista a questão proposta pelo estudo, e seus objetivos. Caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa aplicada. Utilizou para a produção dos dados A entrevistas em profundidade e para o tratamento desses dados empregou-se a Análise de Conteúdo. A seguir, será exposto a sua abordagem e os procedimentos aplicados. Delimita-se o seu campo de atuação e, definem-se as etapas de coleta de dados, análise e interpretação dos resultados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa onde foi utilizada uma abordagem de produção de dados por meio de entrevistas em profundidade e para o tratamento desses dados empregou-se a Análise de Conteúdo. Utilizou-se de métodos qualitativos, permitindo uma compreensão eficaz do objetivo de pesquisa. Esse processo implica observações, aplicação de entrevistas em profundidade e análise de seu conteúdo, que deve ser apresentada de forma descritiva (OLIVEIRA, 2007).

A opção pelo procedimento metodológico, no qual se emprega à análise de conteúdo em entrevistas em profundidade deve-se à busca pelo objetivo da pesquisa, o qual seja verificar as motivações que impulsionaram as pessoas a doarem para o restauro do prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, inserido no “Projeto Resgate ao Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”.

Por meio da análise de conteúdo almeja-se, por descrições sistemática, codificadas e qualitativas, reinterpretar as mensagens expressadas pelos entrevistados e atingir uma compreensão de seus significados num nível além de uma leitura comum. Pois, as expressões quando analisadas adequadamente nos proporcionam o conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis (RUIZ OLABUENAGA; ISPIZÚA, 1989⁴ apud MORAES, 1999).

Portanto, busca-se com a análise de conteúdo atingir uma compreensão mais profunda do conteúdo das mensagens, Nesta pesquisa, seguindo o movimento interpretativo, optou-se a relacionada a estudos com fundamentação teórica explicitada anteriormente, os quais sejam o referencial teórico apresentado neste trabalho, onde a interpretação dos significados expressos nas categorias da análise se encontram numa contrastação com esta fundamentação (MORAES, 1999).

⁴ RUIZ OLABUENAGA, Jose Igancio; ISPIZUA, Maria Antonia. **La descodificacion de la vida cotidiana:** metodos de investigacion cualitativa. Bilbao: Universidad de deusto, 1989.

Portanto, optou-se pelo modelo interpretativo, por estar ligada intrinsecamente a procura de uma compreensão, onde toda leitura de um texto, no caso da presente pesquisa, constitui-se de uma interpretação dos dados fornecidos pelos autores das entrevistas (MORAES, 1999).

No movimento interpretativo podemos salientar duas vertentes. Uma delas relaciona-se a estudos com uma fundamentação teórica claramente explicitada a priori. Nesses estudos a interpretação é feita através de uma exploração dos significados expressos nas categorias da análise numa contrastação com esta fundamentação. Na outra vertente a teoria é construída com base nos dados e nas categorias da análise. A teoria emerge das informações e das categorias. Neste caso a própria construção da teoria é uma interpretação. Teorização, interpretação e compreensão constituem um movimento circular em que a cada retomada do ciclo se procura atingir maior profundidade na análise. De qualquer modo, seja a partir de um fundamento teórico definido a priori, seja a partir da produção de teoria a partir dos materiais em análise, a interpretação constitui um passo imprescindível em toda a análise de conteúdo, especialmente naquelas de natureza qualitativa. (MORAES, 1999, p. 14).

Indo ao encontro do modelo interpretativo, a abordagem da análise de conteúdo proposta neste trabalho caracteriza-se por ser dedutiva, verificatória, enumeratória e objetiva, pois, visa explicações e generalizações probabilísticas do fenômeno investigado, o qual seja os valores, em termos culturais, que motivaram as pessoas a realizarem a doação, partindo da teoria (MORAES, 1999).

Resgatando, Meneses (2012) manifesta que os indivíduos tomam bens como referência motivados por valores que atribuem a esses bens, propondo-lhe cinco categorias de valores aos quais denomina de “valores culturais”. Quando do tratamento dado no corpus da pesquisa, isto é, nas entrevistas em profundidade, por meio da análise de conteúdo, seguiu-se as categorias propostas por Meneses.

Portanto, como matéria-prima produzida para a análise de conteúdo utilizou fontes primárias, isto é, as entrevistas em profundidade realizadas com os doadores para o restauro do prédio da Faculdade de Direito inserido no “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”.

Inicialmente, solicitou-se à UFRGS e obteve acesso ao banco de dados dos incentivadores, pessoas físicas que realizaram doações para o restauro do prédio da Faculdade de Direito junto ao Setor de Patrimônio Histórico, o qual desenvolve o Projeto supracitado.

Para tanto, considerou-se preliminarmente para a amostra, a realização de entrevistas com os dez doadores, entre os que tiveram o maior número de aportes, desconsiderado o seu valor. Procurou-se com isso entrevistas com os doadores que tiveram maior contato com o Projeto.

Justifica-se a escolha entre os que tiveram maior contato com o Projeto, pela aderência desses ao mesmo, em razão das fases posteriores à coleta, isto é, o procedimento específico da análise.

Abaixo pelo quadro 1, temos a lista de todos os doadores para o restauro do prédio da Faculdade de Direito da UFRGS, estando identificados aqueles que realizaram a pesquisa, os demais, entendemos ser pertinente a identificação apenas pelas primeiras letras nos nomes.

Quadro 1 - Doadores para o restauro do prédio da Faculdade de Direito da UFRGS.

Doadores	Número de doações
Luiz Carlos Levenzon	30
João Pedro Casarotto	29
Glacy Pereira da Cruz	27
R L W	27
A A R	25
M R L S	24
Luis Antonio Zanin	20
E S P	20
A O	19
L C S	16
J C F	16
J S S	13
O D P	12
J G J	12
A A M	11
O S M	11
A S A	11
C E V C	11
S C B O	11
N H B	11
A M B	10
R F W	10
Marco Túlio de Rose	9
Z B	9
D S	8
A S S	8
N M A C	7
I H P – FALECIDA	7
C C O	7
FL	7
E S	7
Doadores	Número de doações
PLFC	6
IAK	5

JVTS	5
MCLF	5
LBB	5
SPV	4
Vera Lucia Silveira Fagundes Muniz de Souza	4
JBLM	4
AMKC	4
June Maria de Moraes Herrmann	4
Ximena Cardozo Ferreira	4
CC	3
Paulo Eduardo Pinto de Queiroz	3
IGCS	3
AJRR	3
JPL	3
Luiza Helena Malta Moll	3
CVS	3
RJFB	2
SMS	2
SGC (FALECIDO)	2
AW	2
JOLS	2
JTMCR	2
MGCP	2
LOE	1
AML	1
NCLS – FALECIDA	1
CFB	1
RML	1
VCC	1
SSC	1
ERSG	1
YZD	1
LCLM	1
EW	1
JGC	1
LMLS	1
CM	1
CLM	1
JMHRZ	1
HBR	1
MVA	1
FCB	1
Doadores	Número de doações
FGA	1
CHC	1

MCAC	1
JCSB	1
CMM	1
JDD	1
MDG	1
RRA	1
MM	1
SBP	1
MZ	1
FLGF	1
NPW	1
LBVR	1
NMA	1
ANCS	1
NTS	1
ERN	1
LCOF	1
CKZ	1
JM	1
JCG	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Em não obtendo êxito na realização das entrevistas com os dez doadores que tiveram maior número de aportes, passou-se aos seguintes do Banco de Dados. E em razão das transcrições e análises das entrevistas terem ocorrido logo após a realização de cada uma, decidiu-se encerrá-las, ao número proposto inicialmente, tendo em vista termos concluído pela saturação da amostra.

A análise de conteúdo desta pesquisa se trata de uma análise temática, está dirigida à questão *para dizer o que?*, visando as características da mensagem propriamente dita, seu valor informacional, as palavras, memórias e ideias nela expressos, e que ligadas ao tema possam fornecer depoimentos significativos (MORAES, 1999). Desta forma, se realizou dez entrevistas, conforme quadro abaixo:

O quadro 2 apresenta os doadores para o restauro do prédio da Faculdade de Direito da UFRGS que foram entrevistados, por número de doações, pelo vínculo com a UFRGS, por profissão e o tempo de entrevista. A intenção da ilustração é apresentar o corpo empírico da pesquisa.

Quadro 2 - Identificação dos doadores e qualificação

Doador	Número de doações	Vínculo com a UFRGS	Profissão	Tempo de entrevista
João Pedro Casarotto	29	Egresso da Faculdade de Ciências Econômicas	Contador	31min e 55seg

Doador	Número de doações	Vínculo com a UFRGS	Profissão	Tempo de entrevista
Luiz Carlos Levenzon	30	Egresso da Faculdade de Direito	Advogado	35min e 20seg
June Maria de Moraes Herrmann	4	Egressa do Curso de Biblioteconomia	Bibliotecária/Aposentada	14min e 46seg
Luis Antonio Zanin	20	Egresso da Faculdade de Direito	Advogado	51min e 10seg
Paulo Eduardo Pinto de Queiroz	3	Egresso da Faculdade de Direito	Procurador do Ministério Público do Trabalho	21min e 10seg
Vera Lucia Silveira Fagundes Muniz de Souza	4	Egressa da Faculdade de Direito e de Biblioteconomia	Procuradora do Estado de SP aposentada	17min e 55seg
Luiza Helena Malta Moll	3	Egressa e Professora da Faculdade de Direito	Professora do Direito da UFRGS aposentada	1h5min e 45seg.
Ximena Cardoso Ferreira	4	Egressa da Faculdade de Direito	Promotora de Justiça do Estado do RS	31min e 57 seg.
Glacy Pereira da Cruz	27	Egressa da Faculdade de Direito	Procuradora do Estado do RS	12min e 40 seg.
Marco Túlio De Rose	9	Egresso da Faculdade de Direito	Advogado	21min e 22seg

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se no quadro acima que na sua totalidade os doadores entrevistados são egressos da UFRGS, na maioria do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Todos nas entrevistas manifestaram a identidade ser com a UFRGS e todos desempenham ou desempenharam ao longo de sua carreira profissional a formação obtida na Universidade. O tempo das entrevistas foi variado, sendo que isso não afetou a qualidade do conteúdo das mesmas, pois, observou-se apenas que alguns eram objetivos em suas narrativas e outros prolixos. Como também, alguns tiveram narrativas com detalhes.

As entrevistas foram realizadas em diversos ambientes como, em escritórios profissionais, em locais públicos, e nas residências dos doadores. Nos ambientes onde fosse escolhido pelo entrevistado, com agendamento prévio pessoal pela pesquisadora, roteiro semi estruturado, e duração média de 30 minutos, conforme informa o Quadro 2.

O roteiro das entrevistas (APÊNDICE A) foi proposto intencionalmente em criar uma linha cronológica de acontecimentos de forma quando expostos proporcionava a narrativa livre do entrevistado. Consistiram a ambientar a trajetória do entrevistado ao seu vínculo com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, as motivações para a escolha do curso, a história do entrevistado durante o curso por meio de fatos ocorridos durante o curso, fossem esses acadêmicos ou sociais que se deram e no ambiente acadêmico. Bem como, fatos da vida pessoal ou profissional que ocorreram fora do ambiente acadêmico, mas relacionados ao prédio. Outrossim, como reagiriam caso o prédio deixasse de existir. Igualmente, como se deu

a adesão ao Projeto, se acompanham a utilização dos recursos financeiros do projeto e se participam dos eventos relacionados ao projeto.

As entrevistas foram concedidas e gravadas com o consentimento dos entrevistados (APÊNDICE B), bem como transcritas para a forma de texto (APÊNDICE C).

A organização e análise dos dados se deram pelo processo de estruturação, análise e interpretação das informações qualitativas, realizado através do método análise de conteúdo proposto por Bardin (2011).

Quando da Análise de Conteúdo das entrevistas já transcritas optou-se por determinar uma cor para cada valor cultural com o objetivo de destacar as narrativas respectivas para seu posterior estudo, conforme Quadro 3.

Quadro 3 -Referência aos valores culturais para análise de conteúdo

Valores Culturais	Realce de marcação no texto
Cognitivo	Vermelho
Formal ou estético	Azul
Afetivo	Amarelo
Pragmático	Verde
Ético	Roxo

Fonte: Autora.

- a) Análise das entrevistas: etapa em que o conteúdo dos textos foi analisado, sob a ótica das cinco categorias de “valores culturais” propostos por Meneses (2012). Primeiro, foi definido cinco marcadores de cores diferentes para cada categoria de valor. Por meio desta identificação foi realizada a análise de cada entrevista e categorizado cada trecho da narrativa do entrevistado, conforme tabela abaixo.
- b) Tratamento e interpretação dos dados: etapa em que se analisaram os dados, a fim de conformá-los em informações capazes de atender aos objetivos específicos da pesquisa. No que se referem às análises individuais dos valores culturais, criou-se cinco quadros, cada um referente a um valor cultural e contendo as narrativas de cada entrevistado para cada valor, conforme apêndice C. Os dados referentes aos valores foram tabulados por seguimento de valor cultural conforme o número de ocorrência de cada valor cultural por indivíduo, conforme apêndice D.

Assim, apresentado o procedimento metodológico utilizado para a pesquisa, e como se deu a produção dos seus dados e por conseguinte a análise desses dados, passaremos agora a interpretação desses dados. Posteriormente, houve o tratamento final das informações por número de ocorrências, por valor cultural (quadro 4).

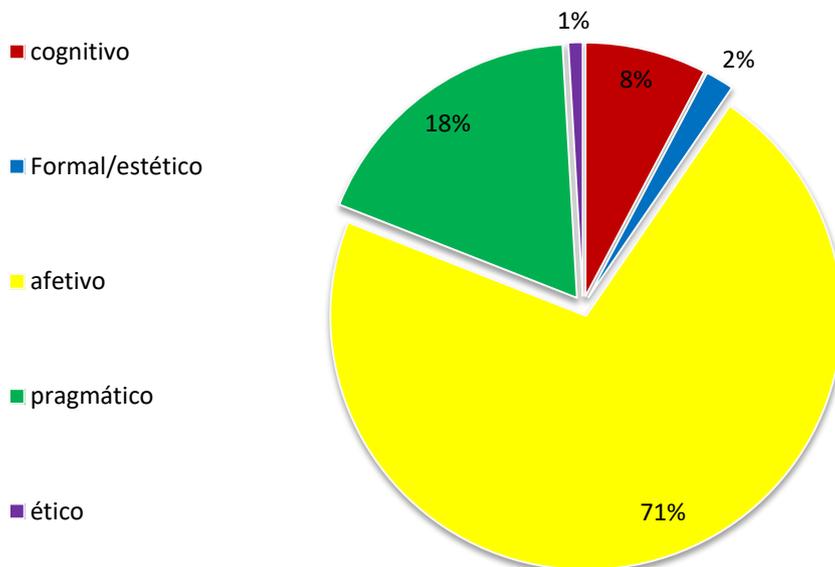
Quadro 4 - Entrevistados pelos valores culturais apresentados

Entrevistados	Valores Culturais					Total
	VC1	VC2	VC3	VC4	VC5	
	Cognitivo	Formal estético	Afetivo	Pragmático	Ético	
João Pedro Casarotto	0	0	11	6	0	17
Luiz Carlos Levenzon	3	0	32	5	0	40
June Maria de Moraes Herrmann	1	0	9	4	0	14
Luis Antonio Zanin	0	0	17	9	0	26
Paulo Eduardo Pinto de Queiroz	8	2	12	3	0	25
Vera Lucia Silveira Fagundes Muniz de Souza	3	0	14	7	0	24
Luiza Helena Malta Moll	0	1	24	1	2	28
Ximena Cardoso Ferreira	0	0	16	1	0	17
Glacy Pereira da Cruz	0	0	12	0	0	12
Marco Túlio De Rose	2	1	11	4	0	18
Total	17	4	158	40	2	221

Fonte: Autora.

A partir do quadro simplificado e quantificado por doador e valor de referência cultural, foi possível a elaboração do gráfico correspondente a esses resultados, que possibilitam a demonstração de quais motivações são mais relevantes no comportamento do indivíduo para impulsionar a doação, conforme abaixo (figura 5):

Figura 2 - Proporção, em percentual, dos valores culturais apresentados pelos Entrevistados



Fonte: Autora.

O gráfico acima demonstra, considerando os Valores Culturais propostos por Meneses (2012), utilizado na Análise de Conteúdo das entrevistas, que o valor afetivo, correspondendo à memória e identidade do doador com a Instituição é a primeira motivação que impulsiona a pessoa a doar, representando 71% na amostra do estudo.

E como segunda motivação temos o valor pragmático, aquele do reconhecimento do benefício que o bem proporciona, no caso proporcionou à pessoa, portanto a retribuição, correspondendo a 18%. Seguido, com 8% do valor cognitivo para impulsionar a pessoa a doar, no caso a eleição do bem como um documento histórico ou arquitetônico.

Por fim, temos o valor formal ou estético, o qual o bem é percebido pela interação na forma de transcendência com o “eu” do doador com 2% e, o valor ético aquele que não está relacionado especificamente com o bem, mas com as interações sociais que esse proporciona, com 1% no estudo.

3.2 PRODUTO FINAL

Em atendimento as exigências legais do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, de apresentar um produto final, vinculado à área de atuação do aluno, e com aplicabilidade em seu ambiente profissional, foi elaborado um projeto de livro.

Este livro será de aproximadamente 50 páginas, sob o título Faculdade de Direito: Valores Culturais para o Patrimônio, cujo conteúdo compõe-se de um breve histórico da criação da Universidade, do curso de Direito, da construção do seu prédio, do restauro do prédio, da sua iconografia e das memórias dos doadores para o restauro do prédio, extraídas das entrevistas realizadas, contendo os registros fotográficos apresentados à pesquisadora pelos entrevistados.

O único meio de preservar essas lembranças é fixá-los por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e pensamento morrem (HALBWACHS, 2006, p. 101).

Assim sendo, o escopo do livro Faculdade de Direito: Valores Culturais para o Patrimônio, é apresentar de forma objetiva, a história, o prédio, e a importância das memórias enquanto valor cultural para as ações de preservação do patrimônio cultural. Outrossim, deixar registrada a memória dos doadores para o restauro do prédio.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo está estruturado de forma a apresentar os resultados da análise de dados do estudo, sua discussão relacionada aos tópicos apresentados no referencial teórico do trabalho. Em um primeiro momento, apresenta-se os resultados da pesquisa bibliográfica-documental que fundamenta a produção técnica e orienta, em grande parte, os valores que guiam a decisão pela doação ao Projeto Resgate. Em seguida, trata-se dos valores propriamente ditos, enfatizando e discutindo os resultados das entrevistas.

Este capítulo dividiu-se em três tópicos. No primeiro tópico pretendo dar ambiência ao tema onde a pesquisa foi desenvolvida. Inicialmente, apresento a Universidade por meio de um breve relato histórico de sua origem, a Faculdade de Direito onde teve o *corpus* de pesquisa os doadores para seu restauro e o “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”. Por fim, no terceiro tópico, será apresentada a metodologia utilizada na pesquisa.

4.1 O “PROJETO RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA UFRGS” E A FACULDADE DE DIREITO

A preservação do patrimônio cultural contribui para a conservação das memórias individuais e coletivas de uma sociedade ou nação, e ainda para a consolidação das identidades. Os bens culturais, sejam eles materiais, imateriais ou simbólicos, são registros testemunhais da história de uma sociedade.

No entanto, a necessidade de sua preservação demanda ações de salvaguarda do patrimônio cultural, pois a preservação do passado no presente possibilita seu conhecimento pelas gerações futuras.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul se insere na discussão pela importância do seu acervo edificado, reconhecendo este que se encontra sintetizada nas palavras de Ana Lúcia Goelzer Meira⁵ (2013), à época Superintendente do IPHAN/RS:

O *Campus* Central e o da Agronomia da UFRGS sempre nos chamaram à atenção pela qualidade do espaço que foi construído ao longo das décadas pela Universidade, porque nós temos desde, falando do ponto de vista da arquitetura que é a minha formação, nós temos desde formações que

⁵ Graduada em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (1980), com Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo PPG em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR/UFRGS (2001) e Doutorado pelo mesmo Programa (2008). Realizou cursos de especialização e aperfeiçoamento em desenho urbano, arquitetura habitacional, conservação e restauração de monumentos e conjuntos históricos, formação ambiental, política e gestão cultural. Atuou profissionalmente em administrações municipais nas Prefeituras de Caxias do Sul e de Porto Alegre. A partir de 1983, foi servidora do IPHAN como Técnica em Preservação Arquitetônica e, de 2003 a 2014, assumiu a função de Superintendente Estadual do IPHAN no RS.

representam uma virada do século XIX para o século XX, aquele ecletismo que é bem representativo do Estado até edificações representativas do modernismo, anos 50 e 60 por aí, então tem um leque enorme de períodos históricos que são abarcados, e que **são mostrados como se fosse uma biblioteca de arquitetura de volumes antigos, volumes mais recentes, mas que tem uma coerência entre si.** (MEIRA, 2013, grifo nosso).

No entanto, sendo uma das mais antigas universidades públicas do país, a UFRGS não foi exceção nesse processo de deterioração, em razão aos desgastes próprios à passagem do tempo e seu uso, bem como pelas diversas intervenções para ajustar as edificações às necessidades presentes, sem a observância do devido tratamento indispensável a patrimônio edificado.

A Administração Central da UFRGS, reconhecendo a premente necessidade da recuperação de seu patrimônio histórico, criou uma equipe que realizou um inventário de seus prédios, no período de 1996 a 1998, ademais, dois inclusive já encontravam-se interditados.

O resultado do inventário (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1998) demonstrou que as condições precárias dessas edificações para sua restauração necessitava da intervenção de profissionais especializados em conservação e restauro. Bem como que sua execução demandava elevados recursos financeiros, que não estavam contemplados no orçamento financeiro da Universidade.

Em razão da conjugação desses fatores, isto é, o elevado custo para o restauro e a ausência de previsão orçamentária da UFRGS, foi necessário buscar outros meios de obtenção de recursos, por meio da Lei Federal n. 8.313/91, Lei de Incentivo à Cultura, ou Lei Rouanet, assim como, como em Emendas Parlamentares, entre outras fontes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2016a).

Na busca da preservação desse patrimônio cultural e dessa memória, a UFRGS idealizou o “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS” que tem por missão “Salvaguardar o patrimônio cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, exercitando a memória coletiva e fortalecendo a cidadania” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2016a).

A salvaguarda desse patrimônio, mediante a preservação, a revitalização e a adequação às suas necessidades atuais, atendendo dessa forma, o previsto no Plano de Gestão da atual Administração Central da UFRGS, bem como o disposto na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Assim, a Universidade inscreveu em 1998 o “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”, e obteve sua aprovação em 1999, no Programa Nacional de Apoio à Cultura do Ministério da Cultura (PRONAC), na modalidade incentivo a projetos culturais

por mecenato, tendo a participação de pessoas físicas por meio de doações e de jurídicas por patrocínio, implementado pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (BRASIL, 1991), conhecida como Lei Rouanet, com a finalidade entre outras de proteger e conservar o patrimônio histórico.

Em 2000, foi criada, para administrá-lo, a Secretaria do Patrimônio Histórico, a qual em outubro de 2012, passou a designar-se Setor de Patrimônio Histórico (SPH), fazendo, desde então, parte da Superintendência de Infraestrutura (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2016a).

A partir dessas ações da Universidade, as edificações da Primeira Geração (1898 a 1928) foram reconhecidas como patrimônio cultural do Rio Grande do Sul pela Lei n. 11.525, de 15 de setembro de 2000 (RIO GRANDE DO SUL, 2000), sendo que duas delas são tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), inscritos sob nº 1.438-T-98, a saber: o prédio da Faculdade de Direito e o do Observatório Astronômico (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016).

O primeiro grupo é composto por doze edifícios construídos entre 1898 e 1928. Esse conjunto ilustra a Corrente Historicista, com traçado característico do estilo Eclético, estando onze deles localizados no Campus Centro e um no *Campus do Vale*.

Figura 3 - Mapa de localização dos prédios históricos da Primeira Geração no Campus Centro



Fonte: Acervo digital SPH/UFRGS.

O segundo grupo, ou segunda geração de prédios históricos, compreende dez edifícios construídos entre 1951 e 1964, representativos do Movimento Modernista, e que estão

localizados nos *Campi* Centro, Saúde e Olímpico (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2016b).

Até 2015, foram restaurados oito dos doze edifícios da Primeira Geração de Prédios Históricos da UFRGS (Museu da Universidade, Observatório Astronômico, Rádio da Universidade, *Château*, Faculdade de Direito, Castelinho, Faculdade de Agronomia e o prédio Centenário da Escola de Engenharia) perfazendo uma área construída (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2016c) de 13.975,58m². Bem como, em 2016 foi concluída a captação de recursos para o restauro da Capela de São Pedro⁶, a qual terá sua execução. E em início de 2018, há previsão de entrega das obras de restauro do Antigo Prédio do Instituto de Química a qual abrigará o Centro Cultural da UFRGS e o SPH (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2017).

Ademais, o Projeto tem em seu escopo o desafio de incorporar a inclusão social, nesse aspecto relacionado à acessibilidade universal, critério obrigatório de aferição pelo Ministério de Educação na sua Avaliação Externa de Instituições de Ensino Superior, conforme disposto no inciso III, do art. 3º, da Lei n. 10.861/2004 (BRASIL, 2004).

Desafio esse apresentado com êxito pela continuidade do “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”, bem como demonstrado nas várias premiações, de nível regional e nacional, que o projeto tem recebido.

Prêmio “Rodrigo Melo Franco de Andrade”, do IPHAN, nível regional, nas categorias “Preservação de Bens Móveis e Imóveis” (2000 e 2002), “Divulgação” (2001) e “Apoio Institucional e/ou Financeiro” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000, 2001, 2002, 2006);

Prêmio Joaquim Felizardo (PORTO ALEGRE, 2010);

Em 2011, menção honrosa no “VII Prêmio Internacional Rainha Sofia de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural”, da Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, do Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Neste diapasão Choay (2001), expõe esse desafio para a integração do patrimônio edificado na vida contemporânea.

⁶ No ano de 2016 o Projeto atingiu-se a captação de 100% dos recursos necessários para a execução do restauro da Capela de São Pedro, afetuosamente denominada pela Comunidade Universitária de Capelinha. Está localizada na Estação Experimental Agronômica, no município de Eldorado do Sul/RS, e é a edificação mais antiga da UFRGS, datada de 1893, incorporada ao acervo quando da aquisição da Fazenda para estudos pela Universidade.

A reutilização, que consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de museu, é certamente a forma mas paradoxal, audaciosa e difícil da valoração do patrimônio [...] dar-lhe uma nova destinação é uma operação difícil e complexa, que não deve se basear apenas em uma homologia com sua destinação original. Ela deve, antes de mais nada, levar em conta o estado material do edifício, o que requer uma avaliação do fluxo dos usuários potenciais. (CHOAY, 2001, p. 219).

Assim, por meio de políticas sensíveis à cultura, promove-se o respeito, a transmissão e a continuidade dos valores, reforçando a representação e a participação dos indivíduos e das comunidades na vida pública. Dessa forma, as edificações servem como espaços de diálogo entre as gerações e de inclusão social.

No caso particular da Faculdade de Direito, a pesquisa bibliográfica-documental indicou uma série de motivos históricos e memoriais para a sua eleição, entre as edificações do Projeto Resgate, como Patrimônio Cultural de valor para a Universidade e para os doadores. A Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, foi a primeira instituição de ensino jurídico do Estado, e a sétima no país, nasceu em 17 de fevereiro de 1900, por iniciativa de um grupo de magistrados inspirados sob o espírito reformista, do final do século XIX, introduzido pela Independência da República.

E neste pensamento é que nasce a Faculdade Livre de Porto Alegre, sob o espírito republicano, demonstrando sua inclinação para o direito público, onde estavam alicerçados os fundamentos da organização política, das teorias do Estado, da organização burocrática e da ordem institucional, imprescindíveis para a República e a democracia progredir.

Assim o ensino jurídico chega ao Estado por meio da Reforma de Benjamim Constant, de 1881, lei que autorizava o governo a conceder para instituição particular o título de “Faculdade Livre”, cujo escopo, de “ensino livre”, estava no “espírito” positivista que marcou os anos iniciais da República.

A Faculdade instalou-se solenemente em 3 de maio de 1900, com a presença de autoridades, do Presidente do Estado Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros e de Júlio Prates de Castilhos. Seu primeiro diretor foi o então Desembargador Carlos Thompson Flores, com mandato de quatro anos, sucedido por Manoel André da Rocha (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007a).

Inicialmente o curso funcionava em algumas salas cedidas pelo Estado, com o passar do tempo não atendia mais as necessidades, e era fundamental buscar um lugar amplo e adequado para seu funcionamento - a construção de um sólido patrimônio imobiliário. No entanto, os recursos eram poucos, e foi por meio de muita determinação e esforço que esses obstáculos foram vencidos. Os recursos financeiros que possibilitaram o início das obras deu-

se por meio da união de esforços dos professores, dos alunos e da comunidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007a).

Assim, em 11 de agosto de 1908 foi lançada a pedra fundamental da construção e em 15 de julho de 1910 foi inaugurado o prédio da Faculdade de Direito com um baile de gala.

Figura 4 –Prédio da Faculdade de Direito no início do século XX



Fonte: Acervo digital SPH/UFRGS.

A atuação do Desembargador Manoel André da Rocha, que durante trinta e dois anos, foi seu diretor foi decisiva para a construção do imponente prédio, onde até hoje funciona aquela que foi a primeira Faculdade de Direito fundada na região sul. Após três décadas deixou a Direção da Faculdade para assumir a Reitoria, quando da fundação da Universidade de Porto Alegre em 1934.

No ano de 1909, a Faculdade de Direito já havia criado a Escola do Comércio, que posteriormente se desenvolveu em a atual Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola Técnica⁷ do Comércio de Porto Alegre.

Temos em 1917 a fundação do Centro Acadêmico, hoje denominado Centro Acadêmico André da Rocha em sua homenagem. A Faculdade também foi pioneira na implantação do Serviço de Assistência Judiciária Gratuita no Brasil (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007a).

Ainda, nas dependências do prédio da Faculdade de Direito também iniciaram vários outros cursos, entre eles, em 1937, o da Faculdade de Educação, Ciências e Letras⁸.

⁷ A Escola Técnica do Comércio - ETC tinha por principal objetivo a formação de mão de obra qualificada de nível técnico.

⁸ Atual Faculdade de Filosofia.

Ademais, com a criação da Faculdade Livre de Direito não seria mais necessário deixar o estado, rumo a São Paulo, Recife ou Coimbra, para graduar-se em Ciências Jurídicas e Sociais (KNIJNIK, [2015]).

O curso cresceu, inseriu-se na Universidade, e passados mais de cem anos da construção da sua edificação não permaneceu incólume as intempéries do tempo e uso. Assim, o prédio a partir do ano de 2000 passou por várias etapas para seu restauro. Inicialmente, em no ano de 2000 foram restaurados os vitrais, entre o período de 2001 até 2003 houve o restauro dos afrescos e murais da edificação e no mesmo ano iniciaram as obras do restauro do prédio concluída em 2005. O prédio foi restaurado, por meio da captação de recursos pela Lei Rouanet, PRONAC/MinC, o qual possibilitou que toda sua beleza e iconografia fosse recuperada (UNIVERSIADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2006).

Figura 5 – Prédio da Faculdade de Direito após restauro



Fonte: Acervo digital SPH/UFRGS.

E, passados mais de 100 anos de sua fundação o curso de Ciências Jurídicas e Sociais mantêm sua excelência, em 2015, obtendo nota máxima 5 (cinco), de acordo com o INEP/MEC⁹.

⁹ Avalia os cursos de graduação e as Instituições de Educação Superior (IES) brasileiros, no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e, onde no ano de 2015, foram avaliados os bacharelados, entre esses, o de Ciências Jurídicas e Sociais, em uma escala de 1 a 5, apenas obtiveram o conceito 4 e 5% dentre os avaliados, o conceito 5.

4.2 AS MOTIVAÇÕES PARA DOAR PARA O PROJETO RESGATE E, PARTICULARMENTE, PARA O PRÉDIO DA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS

A primeira motivação categorizada por cognitiva para a eleição de um bem como referência a patrimônio cultural como um documento, seja esse por sua relevância histórica ou arquitetônica, percebemos o esse elemento expresso nas narrativas das entrevistas em alguns dos doadores, quando abordaram o prédio da Faculdade de Direito da UFRGS. No caso, a eleição do valor cognitivo para as pessoas terem doado para o restauro do prédio, de acordo com narrativas.

Percebe-se, pelos detalhes expressos que alguns até tiveram contato não só visual, mas também com leituras a respeito da história da arquitetura da edificação, como no caso do entrevistado Luiz Carlos Levenzon.

Bom, o prédio tem uma arquitetura fantástica, ele é uma reprodução de um castelo austríaco, segundo o que eu li a respeito da arquitetura do prédio. (LEVENZON, 2016).

Alguns mesmo que não tenham expressado, ou ao menos, que se tenha percebido na análise da narrativa esse conhecimento, manifestaram algum conhecimento do estilo arquitetônico, nem que fosse pela sua beleza, bastando essa qualidade para a sua eleição.

E ele é assim muito representativo, por todo o estilo arquitetônico ele é muito lindo [...]. (HERRMANN, 2016).

Em contrapartida, outros manifestaram a beleza do prédio, um certo conhecimento da história da edificação, como o entrevistado Paulo Eduardo Pinto de Queiroz que surpreendentemente descreveu detalhes da obra como se estivesse percorrendo suas dependências.

O prédio em si é um prédio que impressiona né, pela beleza arquitetônica, é a replica de um castelo, ele tem assim"... vamos dizer as salas de aula são imensas, pé direito imenso, janelões o que deixa uma impressão assim de casa da avó da gente [...] Aquela escadaria, a entrada principal que tem a escadaria de mármore rosa e degraus brancos assim. [...] a gente vendo que se trata de um castelo, ele tem as salas de aulas, cada uma delas posicionada nas extremidades do prédio, que são as salas principais. O chão de madeira, aquele barulho do taco, isso nos deixava assim [...] a gente parece que participando daquele elemento arquitetônico, morando ali mesmo [...]. (QUEIROZ, 2016).

Quando da entrevista com Vera Lucia Silveira Fagundes Muniz de Souza percebe-se que a mesma fez sua narrativa lembrando dos detalhes espacialmente desde o portão do Campus que leva a edificação, descrevendo o acesso principal da sua época acadêmica.

Eu tinha uma grande admiração pelo prédio, assim, era uma satisfação o que eu tinha conseguido [...] É, principalmente a escadaria e os vitrais não é, a gente, esse portão a entrada, exatamente ...” (SOUZA, 2016).

Embora, tenha ocorrido à ausência desse valor para alguns dos doadores entrevistados, não se pode afirmar a inexistência dessas, pois, pode não ter sido demonstrada expressamente ou mesmo percebida quando da sua análise.

Ademais, como resultado da análise das entrevistas esse elemento apareceu em dezessete narrativas da amostra, sendo o terceiro elemento, representando 8%, o mais valorizado para a motivação da eleição como referência de patrimônio cultural.

Depreende-se desse resultado que a arquitetura da edificação não só é referenciada como bem cultural aos entrevistados como um documento histórico e arquitetônico, mas também que os detalhes ornamentais da edificação são significativos atuando como um elemento complementar das memórias.

Para o valor formal/estético como elemento representativo para motivar os doadores na amostra, embora para alguns tenha se mostrado mais presente, que para outros, em termos percentuais para o grupo esse valor foi manifestado nas narrativas quatro vezes, sendo 2% para a amostra, sendo o quarto valor para motivar a doação.

A motivação categorizada pelo valor formal/estético está intrinsecamente relacionada à transcendência do “eu” com o lugar. No caso, pesquisado, poderia, por exemplo, falar-se de Ciências Jurídicas e Sociais em qualquer local, mas o fato de estar no prédio da Faculdade de Direito da UFRGS, leva ao entrevistado a uma transcendência com o seu “eu” ao local, possivelmente até colocando-se no mesmo patamar com os grandes mestres que estiveram ministrando suas aulas no passado.

Observa-se pela narrativa de alguns entrevistados, que a edificação tanto pode ser referenciada como um templo, mas também a impressão da casa da avó. Impressão essa manifestada quanto as suas janelas, portas e pé direito alto, talvez pelo olhar de criança, que na casa dos avós tudo é grande. Contudo, de acordo com a narrativa do entrevistado Paulo Eduardo Pinto de Queiroz, também é possível subjetivar e pensar a relação entre templo e casa da avó como um lugar seguro.

E todos nós, a minha turma, a gente sempre considerou aquilo lá, pode ser mesmo até estranho dizer, mas como um templo [...] E que a gente vê quando vai entrando, mas principalmente de dia, de noite não tem essa impressão, mas de dia entra uma luz naquele vitrô da frente. Então parece quase que uma igreja, um templo, e as escadas mais adiante se abrem para as laterais. [...] Vamos dizer as salas de aula são imensas, pé direito imenso, janelões o que deixa uma impressão assim de casa da avó da gente. (QUEIROZ, 2016)

Para outros é referenciado como algo que identifica a pessoa, intrínseca a profissão exercida, não importando em que local esteja.

Não. Para mim não, esquecer jamais, porque isso faz parte do meu ser, eu só posso... Assim o trabalho é muito estudado como algo que identifica a pessoa, a pessoa é o Doutor, é o dentista, é o médico, a Luiza é advogada porque fez direito, eu digo não eu sou professora, nunca advoguei. (MOLL, 2016).

Para o entrevistado Marco Túlio de Rose pode-se entender de forma subjetiva que a edificação é um elemento muito forte em suas memórias, representa a âncora entre a vida, a razão e a memória. Pois, sem memória não a vida, porque não lhes há razão.

Eu vou te citar uma frase é que eu vi esses tempos uma tradução moderna do grego que eu achei mais correta, eu tinha muito muito carinho (ênfase) por uma peça de Sófocles que dizia assim “Aqueles a quem os Deuses querem matar, começam por privar-lhes da razão” e eu já achava muito bonita, e eu lendo uma tradução mais moderna do grego eles disseram não é isso a tradução correta não é essa e eu dizendo que a tradução correta que eu digo tudo que significaria não ter aquele prédio “Aqueles que os Deuses querem matar começam por privar-lhes da memória”. Essa é a tradução correta é um trecho da Antígona de Sófocles “Aqueles que os Deuses querem matar começam por privar-lhes da memória. (DE ROSE, 2016).

Igualmente, observou-se que todos os entrevistados possuem como identidade não apenas com a respectiva diplomação, mas sim com a UFRGS. Alguns, com essa identidade reforçada por laços de família, onde seus pais ou filhos também obtiveram a diplomação na mesma Instituição.

Identidade essa reforçada pelas memórias com o prédio, que se categorizadas como valor afetivo, onde o indivíduo possui um sentimento de história com o prédio. No entanto, não como de uma época histórica ou mesmo de um estilo arquitetônico, mas sim que se revela por meio da sua história e memórias vivenciadas no local.

Registra-se que a memória e a identidade apareceram como valor de referência cultural em primeiro lugar para motivar a doação, atingindo 71% da amostra.

O resultado do estudo para valor afetivo, como a primeira motivação para doar, não surpreendeu-nos, pois vai ao encontro de toda a fundamentação teórica com relação à memória e identidade. Os entrevistados falavam com entusiasmo sobre a época em cursaram a Faculdade, todos referiam que eram bons tempos, mesmo aos que estavam sob o regime da ditadura quando acadêmicos. Todos referiram como o melhor momento de suas vidas o que vivenciaram durante a realização do curso.

Há de considerarmos que o tempo da Faculdade não foi apenas o caminho de uma diplomação, pois de acordo com as narrativas nas entrevistas, foram tempos de exercício de cidadania, de contestação, pois muitos foram alunos no tempo do período do Regime Militar,

mas não foram suficientes para ofuscar o brilho da vida social no meio acadêmico, por meio de bailes, passeatas, namoro e até mesmo casamentos que perduram até hoje.

Quando das entrevistas, o aflorar as memórias dos doadores, eram narrativas vivas, emocionantes, onde alguns choraram, e outros riam das suas narrativas da sua história pessoal.

O conteúdo das entrevistas são carregados de elementos de memória e identidade, que embora adormecidos sejam muito presente no âmago de cada doador, num desejo de preservar também a sua história que está intrinsecamente relacionada ao prédio da Faculdade de Direito.

Vislumbra-se, pela narrativa do entrevistado João Pedro Casarotto, essa identidade com a UFRGS, pois, inclusive sua diplomação não foi pelo curso de Direito, mas mesmo assim esse foi doador para o seu restauro. Observa-se também que esse valor afetivo de memória e identidade se estende a família.

Eu tenho uma identidade com a Universidade Federal. [...] A minha esposa também fez faculdade na UFRGS. Então a nossa família tem uma relação muito forte com a Universidade Federal. (CASAROTTO, 2016).

Percebe-se assim, indo ao encontro da fundamentação teórica deste trabalho, que a memória pode ser projetada por elementos externos ao indivíduo, por meio de objetos, paisagens, e edificações, que podem funcionar como elos ou pontos de apoio para a rememoração.

Os excertos seguintes estão carregados de identidade e memória de fatos vividos naquela edificação, mas não apenas nela, mas na UFRGS. Para alguns, como os entrevistados Luiz Carlos Levenzon e Marco Túlio de Rose, os vínculos identitários são longos, pois antes da graduação já eram alunos da Universidade, através do Colégio de Aplicação.

E os meus vínculos com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul são muito longos, porque eu fiz o Colégio de Aplicação da Universidade Federal. Então, com 11 anos de idade, eu ingressei no Colégio de Aplicação, fiz todo o ginásio e o clássico (na época era clássico) e depois eu fiz vestibular para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e cursei de 1966 a 1970. [...] Exatamente, era um evento tradicional. Nós fizemos a passeata dos bixos. E, normalmente, essa passeata dos bixos era um momento em que os estudantes apresentavam suas posições contestadoras, porque o estudante é contestador, é da natureza, ele está sempre criticando, querendo se posicionar, querendo trazer propostas para melhorar e dentro do olhar da juventude, né. [...] E aí, nós fizemos, era tradicional isso, a passeata dos bixos, era um evento na cidade, a população saía inteira para a rua para assistir, era uma brincadeira maravilhosa. A gente se divertia muito naqueles momentos, todo mundo, a população, era uma integração entre os estudantes e a comunidade e era muito bom, né? [...] E então havia essa comunicação entre os estudantes e a sociedade... era feita através da passeata dos bixos e a gente terminava

tradicionalmente com um banho de água no chafariz na Praça da Alfândega. E... começava a passeata subia ali da Universidade, subia a João Pessoa, entrava na Salgado Filho, descia a Borges e terminava na Praça da Alfândega, era esse o trajeto. E com o banho... eu tenho algumas fotos que eu vou te passar depois, desse famoso banho no chafariz da Praça da Alfândega (risos). Todo mundo pintado e fantasiado, e era muito bom. Isso também foi cortado depois, porque era um movimento público e não interessava para a Revolução Militar, manter esse tipo de atividade, né? Eu acho que essa foi à ideia, pelo menos o que a gente falava na época. Então, não podia haver movimento, não interessavam esses movimentos públicos, né, eram contestadores... porque nós criticávamos.[...]. Não, assim... , os vínculos, os vínculos afetivos com a Faculdade são enormes, né? Então é, no meu caso até houve um prosseguimento, porque a minha filha do meio, a Fernanda, fez a Faculdade de Direito da UFRGS, também, foi presidente do SAJU lá, e hoje ela está residindo em Buenos Aires. Então os vínculos afetivos com a Faculdade são muito grandes, né? Passam cinco anos lá dentro, convivendo. (LENVENZON, 2016).

Grande parte da minha vida está dentro daquele prédio. Eu ali chego vindo da Escola de Aplicação, uma escola maravilhosa onde eu fiz o meu curso e que tínhamos companheiros de toda uma vida. De uma turma do colégio de Aplicação que há 55 anos nos relacionamos e continuamos nos dando muito bem, e isso atravessou gerações, mulheres, filhos, etc. e tal, e tudo isso aconteceu. [...] Dentro da Faculdade de Direito eu conheci minha esposa e que eu estou casado até hoje, então [...] É muito significativo de parte da vida do que é de bom e do que é de ruim. Vamos dizer assim, eu tive uma participação política contra a ditadura militar muito forte naquela época e em decorrência disso e talvez uma das coisas que eu ambicionava era lecionar lá essa portas não se abriram para mim. O que não, não me tirou nem um pouco a estima pela Faculdade e pela Instituição. Isso aconteceu de fato. Eu era... sou aluno graduado na Faculdade de Direito (levantou-se e mostrou o quadro dos registros acadêmicos) com uma média 9,72. A minha média de curso foi 9,72, eu fui o primeiro lugar da minha turma. Não. Não cheguei a ser laureado. Porque para a láurea precisa ter dez e o Diretor na época não quis. Diz que não, por causa desses 28 décimos que faltavam. Mas eu fui o primeiro lugar da minha turma. Então o que acontecia, eu era indicado para as monitorias em todos os setores, mas quando chegava lá acontecia qualquer coisa e não me deixavam assumir [...](DE ROSE, 2016).

Percebe-se pelos excertos que essa memória e identidade é sentida também pelos laços de família, ilustrada individualmente, mas colorida pela memória coletiva. Pois, para os pais egressos da UFRGS certamente afloram as memórias quando fatos dentro desse ambiente tem por protagonistas os filhos, como por exemplo na formatura. Gerando com os protagonistas dos fatos novas leituras, agregando novos detalhes aos seus quadros de memória.

Com muito orgulho eu fui aluna da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e me formei em 1966. Eu sou bibliotecária, fiz o curso na Universidade. E toda a minha família tem um vínculo com a Universidade, meu marido pela Universidade, fez o curso de Farmácia, meus três filhos foram alunos, dois em Engenharia Química e um em Contábeis. (HERRMANN, 2016).

Sim eu fui até a Praça da Alfândega, primeiro ano tive que ir até a Praça da Alfândega todo pintado, essa coisa, mas não me cortaram o cabelo, graças a Deus. [...] Não, não cortavam, agora me mandaram assim a medir a circunferência da Faculdade com palito de fósforo (risadas). (ZANIN, 2016).

A Faculdade de Direito, vamos dizer assim, ela sempre foi né e continua sendo, tendo uma característica muito plural, isso me impressionou muito desde o início da faculdade. Na minha sala, só para ter ideia, tinha muitos jovens como eu, eu estava fazendo serviço militar, e um dos meus colegas era o general Brochado da Rocha que tinha sido constituinte em 1946. Ele era um militar, mas foi Deputado Constituinte, em 1946, e estava cursando Direito, entrou junto comigo, em 1976, para cursar o Direito, é fez o caminho inverso. E todos entrávamos pelo bar, o bar da Faculdade de Direito, alunos e professores. Essa era a... a grande maioria entrava por ali, parávamos muitas vezes ali para encontrar os amigos que já estavam sentados ali nas mesas do bar e depois subíamos para as aulas. E já ali no bar, junto ao bar, ficava o Centro Acadêmico, a sala onde tinha o pingue-pongue, tinha o snooker, e a sala também da Diretoria do Centro Acadêmico [...]. E, vamos dizer assim, isso era muito, deixava todos muito à vontade, agregava as pessoas ali naquele primeiro momento, uma espécie de recepção assim onde todos ficavam um pouquinho antes de subir para as aulas. Era uma entrada calorosa”. (QUEIROZ, 2016).

Percebe-se ainda, pelo excerto seguinte que, mesmo fora do ambiente acadêmico procuram vivenciar comemorações e festividades da Instituição, na busca que essas memórias sejam reforçadas.

Eu sempre acompanho. Eu acho, assim, realmente, é uma recordação muito boa para mim. Todas essas ocasiões em que teve essas festividades, 100 anos e tal. [...] Mas sempre é uma lembrança muito terna para mim. [...] Tinha festa. [...] E sim, a gente tinha churrasco, as vezes a gente saía. [...] Se algum professor faltava, alguma coisa assim e a gente: “vamos assistir à OSPA?”, então era diferente. (SOUZA, 2016).

Para alguns, como a doadora Luiza Helena Malta Moll, conforme excerto abaixo, esses reforços de memórias são tão expressivos, ocorrendo até em sonhos. E observa-se que apenas no prédio da Faculdade de Direito da UFRGS, embora também tenha se diplomado em Letras na mesma Universidade.

Bom eu até hoje sonho, um sonho [...] intermitente eu subindo as escadas do SAJU para a Secretaria ali que é o primeiro piso depois do térreo, eu não sei dizer por que, porque ao invés de pegar o elevador eu ia sempre pela escada, né. [...] Sim, recorrente, volta e meia eu sonho com isso. Eu acho assim que até hoje eu me considero parte, eu me reconheço ali, porque foi onde eu me formei com uma profissão que ao final a que eu exerci. Eu fiz letras, mas não me reconheci no Instituto de letras até porque era um prédio múltiplo, ali tinha outros cursos. Mas ali no direito não. Eu interagi com outras unidades, fui chefe de Departamento, [...]. (MOLL, 2016).

Claro, com certeza. São 5 anos de estudo naquele prédio e com um milhão de histórias para contar né. Eu vivi muito intensamente os 5 anos de faculdade e tenho muitas, muitas memórias daquele prédio, sempre tive um carinho especial pelo prédio. E a gente viveu desde a época dos bixos assim, dos trotes, que a gente viveu, até depois chegar a nossa vez de recepcionar os calouros né, de receber os nossos bixos também. (FERREIRA, 2016).

Ademais, percebe-se pelas narrativas que as memórias são bem vivas com detalhes e saudade, como a exemplo do excerto abaixo, da Glacy Pereira da Cruz, diplomada em 1957.

A passeata dos bixos era famosa.[...] Normalmente se escolhia temas políticos, então aí faziam fantasias e tudo, com representando os políticos da época, mas era criticas políticas, né, geralmente. Mas era muito divertido. [...] Sim, saia da Faculdade, subia ali a João Pessoa né, subia até a João Pessoa, depois entrava na Salgado Filho e ia até a Borges de Medeiros, e eu nem lembro onde é que terminava ou como terminava exatamente. Mas era aquele trajeto ali, e se ia a pé, e também tinha representações em caminhões e tudo. [...] Mas era muito divertido, já quando a gente se arrumava para a passeata assim já era muito divertido. [...] Sim, era uma festa, saiam piadas de tudo quanto era jeito. Era muito divertido. [...] Baile. Sim, tinha os baile dos bixos. [...] E tinham também, bom reuniões dançantes que se fazia ali mesmo na Faculdade. (CRUZ, 2016)

Vislumbra-se, ainda, que a vida estudantil se entrelaça com a social, criando em alguns casos laços que se consolidaram ao longo de 50 (cinquenta) anos.

Foi um período muito feliz da minha vida, onde eu, não é, busquei informações e formação dentro da minha área e, além disso, fiz e mantenho amizades que tenho e mantenho até hoje, é uma coisa muito bonita. Então esse ano no dia 18 de novembro tem uma comemoração dos cinquenta anos de todos os cursos, então nós estaremos lá no Salão de Atos para nos encontrarmos. (HERRMANN, 2016).

A seguir, temos a categoria de valoração cultural que apresentou destaque, seguida da valoração afetiva, portanto a segunda motivação para as pessoas doarem, a valoração pragmática, onde o bem é percebido pelas suas qualidades, pelos benefícios que gera a pessoa. Neste caso, compreende a retribuição à Instituição pelo êxito profissional que tiveram desta.

Motivação essa também expressa como exercício de cidadania, onde tendo sido beneficiado o doador entende que preservando a Instituição proporcionará que outros tenham a mesma oportunidade, conforme expresso a seguir.

A minha motivação é, primeiro que eu acho que nós temos que colaborar enquanto cidadãos com a Universidade. Meu entendimento é enquanto pública, e eu cursei faculdade publica, eu tenho um dever de retribuir para a sociedade o que a sociedade me concedeu, que apesar de eu não ter feito Direito, eu fiz Contábeis, mas na UFRGS também. (CASAROTTO, 2016).

Vislumbra-se também o reconhecimento que esse benefício que foi projetado a um êxito profissional deve-se a qualidade proporcionada pelo bem, pois de acordo com a narrativa do entrevistado Luiz Carlos Levenzón, o corpo docente da Faculdade de Direito era formado por profissionais expoentes da área jurídica.

Nós tivemos professores eméritos. Neste período, a Faculdade tinha juristas, advogados, ministros que ministravam aula na Faculdade. Era uma Faculdade de alto nível intelectual que nós frequentávamos [...] Nós tivemos professores eméritos. [...] Neste período, a Faculdade tinha juristas, advogados, ministros que ministravam aula na Faculdade.[...] Era uma Faculdade de alto nível intelectual que nós frequentávamos. (LENVENZON, 2016).

Percebe-se, ainda, que a retribuição projeta-se além do doador, pois conforme excerto abaixo da entrevista da June Maria Moraes Herrmann, ela e o cônjuge são doadores não só por terem sido alunos da UFRGS, mas também os filhos e o pai.

Então realmente a Universidade sempre ficou muito presente na nossa vida.[...] E toda a minha família tem um vínculo com a Universidade, meu marido pela Universidade, fez o curso de Farmácia, meus três filhos foram alunos, dois em Engenharia Química e um em Contábeis. [...]E, eu também tenho um vínculo afetivo pelo meu pai também foi formado pela Faculdade de Direito em 51. E como eu te disse eu acho assim um orgulho à gente ser um ex-aluno. [...] Então quando eu soube desse trabalho, que eu considero muito bom, dá parte de prédios que compõem a Universidade, que são prédios muito bonitos, eu fiquei assim tentada. E eu disse, não, vamos colaborar tanto eu como o meu marido, nós dois somos colaboradores. [...] E aí houve a época a consulta era se nós gostaríamos de doar para a Faculdade de Direito, e eu disse que sim que eu gostaria. (HERRMANN, 2016).

Situação de reconhecimento do benefício aos antepassados também registrado pelo entrevistado Luiz Antonio Zanin, com relação ao seu pai e irmã.

Eu me engajei e fiz todas as contribuições possíveis. [...] Quando me disseram que já não bastava aquela contribuição, eu continuei contribuindo, mas aí para a Faculdade de Medicina, porque o meu pai se formou médico. [...] Eu sou de uma família do interior, eu sou de Erechim. E eu achei que deveria retribuir o estudo para a Universidade, tanto o meu como do meu pai. [...] Inclusive a minha irmã que se formou em Engenharia, ela também contribui com o prédio da Engenharia. [...] Eu tive grandes nomes, né. E daí foi muito bom, grandes professores, pessoas extremamente eruditas, naquela época se estudava. [...] Nós tivemos olha professores magníficos. (ZANIN, 2016).

Sim, é eu acho é... eu tive a oportunidade de estudar em escola pública e acho importante que os alunos do Direito, que é o que eu me identifico, poderem também frequentar um ambiente desse que lhes dá essas sensações agradáveis de estar ... e a forma de funcionamento também do prédio ele é... ele deixa uma marca indelével em cada um daqueles que ali frequenta. (QUEIROZ, 2016).

Olha a motivação é porque eu me sentia parte mesmo, sabe, e acho o projeto valioso nesse sentido de fomentar em quem não tem esse pertencimento. Eu sou parte também. E sou uma parte que muito auferi, eu usufruí, eu tenho que dar o meu retorno de alguma maneira e se tem esse Projeto essa é uma das maneiras, porque não é só o valor econômico em si, é o valor de se sentir parte. De saber que eu também contribuir, eu acho que isso faz bem para a pessoa, e eu sou parte dessa história, eu deixei a minha marca, eu fiz muitos profissionais e eles hoje estão aí, eu tenho alunos e isso me deixa, sinceramente, não com um orgulho de soberba, esse guri passou pelas minhas mãos [...]. (MOLL, 2016).

Retribuição essa também expressa pela entrevistada Ximena Cardoso Ferreira, onde manifesta que a opção de estudo era na UFRGS pela ausência de condições financeiras da família em arcar com uma Universidade privada, para que obtivesse sua formação profissional.

Primeiro porque eu queria estudar na UFRGS e segundo porque a minha família não tinha condições de pagar uma universidade privada. Então eu já sabia de antemão que eu tinha que fazer UFRGS, e que tinha que me puxar no vestibular, porque é um vestibular super concorrido, eu não sei como que é hoje em dia, mas na época em que eu fiz vestibular era trinta candidatos para uma vaga de Direito da UFRGS. (FERREIRA, 2016).

Tanto é que me tornei doador da UFRGS porque considero isso é ..., e não é por propaganda eu não precisaria dessa propaganda não acresce muito para mim, mas eu gosto sempre que me perguntam ou pedem para falar sobre isso de falar, porque eu gostaria de dar o exemplo, porque se todos que saíram da UFRGS doassem um pouquinho de dinheiro nós teríamos uma Universidade muito mais forte, uma cidade muito mais forte. [...] Sim, eu acho que a gente tem obrigação, o que significa uma Universidade que me dota numa condição de exercer uma profissão, uma profissão bem sucedida e que me torne conhecido de uma comunidade imensa de pessoas na cidade que tem como referencia de eu ter trabalhado na Universidade. [...] O que que isso significa? Vamos falar agora na parte patrimonial, que os juristas gostam o que que significa isso em termos de patrimônio? Não tem valor, é uma vida vou desenvolvendo, gerando relações, criando clientelas, produzindo valor econômico e profissional e que decorre de eu ter estudado lá. E o que custou isso? Para mim, praticamente nada, então retribuir um pouco olha eu acho que é uma obrigação. Obrigação não só deva transformar numa obrigação que deve ser sempre mais um elementos moral do que uma obrigação. (DE ROSE, 2016).

Alguns acrescentaram a narrativa de benefício, como a entrevistada Vera Lucia Silveira Fagundes Muniz de Souza, Procuradora do Estado de São Paulo, aposentada terem sido estimulados com o costume de outros países em que é comum as pessoas colaborarem com a instituição responsável pela formação e êxito profissional.

Então, assim, o prédio, tudo. [...] E ai, quando surgiu essa possibilidade de colaboração. [...] E o meu marido também sempre falou que era um costume muito comum nos Estados Unidos, que ele estudou. [...]E ai ele sempre falava que achava bonita essa iniciativa, porque era uma coisa assim, nos EUA era comum as pessoas colaborarem para uma entidade que havia sido importante na vida profissional. E eu achei, era uma boa oportunidade, colaborei [...]foi algo assim que eu colaborei com muito prazer, foi muito gostoso, porque é uma forma mínima de retribuir tudo que eu recebi. (SOUZA, 2016).

Por fim, como última categoria como motivadora para valoração cultural temos a ética, onde não é associado ao bem em si, mas as interações sociais que são realizadas nele, isto é, o bem se torna como referência o lugar do outro.

Na amostra de entrevistas realizadas essa motivação foi expressa apenas duas vezes, sendo pelo mesmo entrevistado. Acredita, a pesquisadora, s.m.j., que decorra da profissão da entrevistada Luiza Helena Malta Moll, professora da Faculdade de Direito da UFRGS aposentada, e que pela narrativa depreende-se acreditar estar deixando um legado ao outro, no caso seus alunos.

É isso, orgulho de missão, alunos que hoje são professores. Sajuanos que foram coordenador discente com muito valor, valor que eu mostrava para eles que eles tinham. [...] Pela prática que eles, isso ai eu tenho sim como algo o mais importante

que eu fiz na minha vida, como é que eu não vou querer bem aquilo lá (emoção e choro) Tu entende porque eu marquei pessoas, eu não passei em vão pela vida deles. Eu marquei essas pessoas, tu pode perguntar, eu tenho um que é meu compadre e que colocou o nome da filha de Luiza. Eu sou a madrinha de batismo e sou amiga dele, nos frequentamos que é o Lucas Jost Assis. (MOLL, 2016).

Assim, podemos inferir que os incentivadores para o restauro do prédio da Faculdade de Direito da UFRGS, foram motivados preponderadamente pelos valores da memória e da identidade, pelo sentimento de retribuição à Instituição que lhe proporcionou a formação profissional e pela singularidade da arquitetura da edificação e sua história, seguidos esses pela gratificação sensorial quando no ambiente, isto é o prédio da faculdade e por fim o legado que possam deixar para as futuras gerações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação inicial para a realização do mestrado profissional em Memória Social e Bens Culturais partiu das observações quando da realização de suas atribuições, enquanto servidora do Setor de Patrimônio Histórico, que desenvolve o “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico da UFRGS”.

Observações essas em relação às informações e dados existentes no Setor, que contavam com quase vinte anos de Projeto, sem que houvesse um tratamento de análise.

Assim, após a apropriação do conhecimento proposto nas disciplinas do mestrado, e o interesse em obter respostas quanto às motivações para a aderência dos incentivadores para doarem ao Projeto, a investigação se direcionou para uma pesquisa qualitativa aplicada, que utilizou para a produção dos dados entrevistas em profundidade e para tratamento desses dados procedeu-se a análise de conteúdo. Pesquisa essa com o propósito de identificar as motivações que propulsionam os incentivadores a terem realizado doações para o restauro do prédio da Faculdade de Direito da UFRGS.

Fundamentada pelas referências dos conteúdos de memória social, patrimônio cultural e “valores culturais”, o trabalho consistiu na produção de dados por meio de entrevistas em profundidade com doadores do Projeto para o restauro da Faculdade de Direito e a análise do conteúdo dessas.

A partir da questão norteadora, que indaga sobre as motivações que emergem e impulsionam os incentivadores, as entrevistas em profundidade e sua análise possibilitaram a sua resposta.

Assim, o desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou uma análise de quais motivações, neste estudo entendido por “valores culturais” propostos por Meneses (2012), que impulsionaram as pessoas a doarem. Além disso, também permitiu uma pesquisa de campo para obter dados mais consistentes sobre quais os valores mais relevantes para o ato de doar.

Os entrevistados na sua totalidade são egressos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na maioria do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, todos desempenham ou desempenharam ao longo de sua carreira profissional a formação obtida na Universidade.

Da análise procedida considerando-se a categoria de valor cognitivo, isto é, a percepção do bem, no caso a edificação, como referência para a sua preservação, a representação de um período da história, ou estilo arquitetônico, observamos que embora essa motivação não tenha

sido a mais preponderante como razão de doação, esteve presente nas entrevistas, dentre cinco dos dez entrevistados.

Sendo que quando presente, na maioria das vezes em mais de uma referência quanto ao prédio, quer por sua singularidade arquitetônica ou histórica, registrando 8% no estudo. Portanto, o terceiro valor motivacional para as pessoas elegerem o bem culturalmente e desejarem por meio de sua doação a preservação.

Ademais, registra-se que embora, os entrevistados possuem faixa etária bastante diferenciada, bem como de ano de ingresso e diplomação, o que demonstra que foram discentes em período de tempo variados, portanto, o estado de conservação do prédio da Faculdade de Direito difere no tempo de um entrevistado para outro, concluí-se pelas respostas analisadas e categorizadas como valor cognitivo, a observação desses pela singularidade da edificação. Demonstrado nos trechos das entrevistas abaixo.

Assim, podemos concluir que os incentivadores para o restauro do prédio da Faculdade de Direito da UFRGS, foram motivados preponderadamente pelos valores da memória e da identidade, e pelo sentimento de retribuição à Instituição que lhe proporcionou a formação profissional.

Na medida em que a pesquisa abordou apenas os incentivadores que doaram para o restauro da Faculdade de Direito junto ao “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”, acredita-se esta poderá abrir novas possibilidades de instigar e subsidiar outras investigações.

Com a consciência de que esta dissertação é parte ínfima do tema, e não dissipa todas as questões relacionadas à valoração cultural, espera-se que o trabalho abra caminho para outras abordagens do assunto. Sugerem-se questões como: (i) a representatividade de pessoas vinculadas (comunidade em geral) ou não a UFRGS; (ii) o impacto dos restauros dos prédios junto a comunidade acadêmica; (iii) a participação e o reflexo das ações de educação patrimonial junto a comunidade, entre outros.

Sem a intenção de ser conclusivo, o estudo permitiu inferir que a UFRGS não é apenas produtora de conhecimento, seja esses no ensino, na pesquisa, e extensão, pois, além de exercer a função inerente de produzir e socializar conhecimento, a Universidade é um ambiente cultural em que aqueles que tiveram a oportunidade de vivenciá-las carregam uma memória e identidade com a Instituição, representados materialmente por meio de seus prédios históricos.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011.
- AUGÉ, Marc. **Não lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Constituição (1937)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937. Rio de Janeiro, 1937a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.
- BRASIL. **Constituição (1967)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Brasília, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 25 maio 2016.
- BRASIL. Decreto- Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 20 out. 2016.
- BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 ago. 2000, Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 25 nov. 2016
- BRASIL. Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006. Regulamenta a Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 de abr. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5761.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- BRASIL. Lei nº 11.646, de 10 de março de 2008. Altera dispositivos da Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 mar. 2008. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111646.htm>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1937c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 dez. 1991. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313compilada.htm>. Acesso em: 27 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999. Altera dispositivos da Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 nov. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9874.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001. Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema - ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 set. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2228-1.htm>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instrução Normativa nº 01, de 20 de março de 2017. Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais, relativos ao mecanismo Incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 mar. 2017. Seção 1, p. 7. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/instrucao-normativa-rouanet-2017/10883>. Acesso em: 15 maio 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Lei Rouanet. Brasília, [2014]. Disponível em: <<http://rouanet.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 26 out. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Novo SalicNet - Sistema de apoio às leis de incentivo a cultura. Brasília, [2016]. Disponível em: <<http://novosalic.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

CASAROTTO, João Pedro. Entrevista II. [29 dez. 2016]. Entrevistador: Dóris Maria Demingos Oliveira. Porto Alegre, 2016. 1 arquivo mp3 (31min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CRUZ, Glacy Pereira da. Entrevista III. [20 set. 2016]. Entrevistador: Dóris Maria Demingos Oliveira. Porto Alegre, 2016. 1 arquivo mp3 (12min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

DE ROSE, Marco Túlio. Entrevista V. [31 mar. 2017]. Entrevistador: Dóris Maria Demingos Oliveira. Porto Alegre, 2016. 1 arquivo mp3 (21min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

FERREIRA, Ximena Cardozo. Entrevista VIII. [30 set. 2016]. Entrevistador: Dóris Maria Demingos Oliveira. Porto Alegre, 2016. 1 arquivo mp3 (31min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HERMANN, June Maria de Moraes. Entrevista VII. [25 nov. 2016]. Entrevistador: Dóris Maria Demingos Oliveira. Porto Alegre, 2016. 1 arquivo mp3 (14min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

HOUAISS, Antônio ; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Bens tombados e processos de tombamento em andamento**. Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Linha do Tempo: Iphan 80 anos**. Brasília, [2014]a. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **O Iphan**. Brasília, [2014]b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em: 20 set. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**: para ações de preservação de patrimônio cultural brasileiro. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/revista_2000.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**: para ações de preservação de patrimônio cultural brasileiro. Brasília: IPHAN, 2001. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/revista_2001.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**: para ações de preservação de patrimônio cultural brasileiro. Brasília: IPHAN, 2002. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/revista_2002.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**: para ações de preservação de patrimônio cultural brasileiro. Brasília: IPHAN, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/revista_2006.pdf>. Acesso em: 20 out.

2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Divulgados os indicadores de qualidade da educação superior 2015**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/id/666223>. Acesso em: 20 nov. 2016.

KNIJNIK, Danilo. História. **Faculdade de Direito da UFRGS**. Porto Alegre, [2015]. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/direito/instituicao.php?pg=Historia>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

LEVENZON, Luiz Carlos. Entrevista I. [23 out. 2016]. Entrevistador: Dóris Maria Demingos Oliveira. Porto Alegre, 2016. 1 arquivo mp3 (35min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

MEIRA, Ana Lucia Goelzer. **Programa Momento do Patrimônio**: Programa Radiofônico produzido pelo Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS. Porto Alegre, 2013. Entrevista concedida a rádio da UFRGS.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O Campo do Patrimônio Cultural: Uma Revisão de Premissas. In: **I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural**. Brasília: IPHAN. 2012. p. 25-39. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

MOLL, Luiza Helena Malta. Entrevista X. [26 nov. 2016]. Entrevistador: Dóris Maria Demingos Oliveira. Porto Alegre, 2016. 1 arquivo mp3 (65min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. São Paulo: Vozes, 2007.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. **Cultura neoliberal**: leis de incentivo como política pública de cultura. São Paulo: Escrituras, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Histórico da UNESCO**. Rio de Janeiro, [2017]. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>>. Acesso em: 10 fev. 2017

PORTO ALEGRE. Prêmio Joaquim Felizardo será entregue dia 13 de abril. **PREVIMPA**, Porto Alegre, 07 abr. 2010. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/previmpa/default.php?p_noticia=125293&PREMIO+JOAQUIM+FELIZARDO+SERA+ENTREGUE+DIA+13+DE+ABRIL>. Acesso em: 21 mar. 2017.

QUEIROZ, Pailo Eduardo Pinto de. Entrevista IX. [29 nov. 2016]. Entrevistador: Dóris Maria Demingos Oliveira. Porto Alegre, 2016. 1 arquivo mp3 (21min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

RECOMENDAÇÃO PARIS: Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Paris, 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=244>>. Acesso em: 20 out. 2016.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing cultural e financeiro da cultura**: teoria e prática em estudo internacional comparado. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 11.525, de 15 de setembro de 2000. Declara integrantes do patrimônio cultural do Estado os prédios históricos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, 18 set. 2000. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.525.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Postura do governo Collor sobre cultura**. Entrevista ao programa Roda Vida. 30 ago.1991. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zgkAWNeXJwo&t=2181s>>. Acesso em: 30 jun. 2017

RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata. (Org.). **Políticas Culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SOUZA, Vera Lucia Silveira Fagundes Muniz de. Entrevista VI. [22 set. 2016]. Entrevistador: Dóris Maria Demingos Oliveira. Porto Alegre, 2016. 1 arquivo mp3 (17min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Dossiê encaminhado à 7ª edição do Prêmio Reina Sofia de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural**: Categoria Patrimônio Material. (Premiado com Menção Honrosa) Porto Alegre, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Histórico**. Porto Alegre, [2015]. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>>. Acesso em: 20 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da UFRGS**. Primeiro Campus Universitário do Brasil. Primeira Universidade Técnica. Porto Alegre, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Os prédios históricos**. 17 jun 2016b. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/os-predios-historicos/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Registros técnicos das Obras de Restauo da Faculdade de Direito da UFRGS, 2000 a 2005, SPH/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Patrimônio Histórico. **Manuais do patrimônio histórico edificado da UFRGS**: Faculdade de Direito. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Setor de Patrimônio Histórico. **Relatório de Atividades do ano de 2015**. Porto Alegre, 2016c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Setor de Patrimônio Histórico. **Relatório de Atividades do ano de 2016**. Porto Alegre, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Setor de Patrimônio Histórico. **Quem Somos**. Porto Alegre, 3 jun. 2016a. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/quem-somos/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

ZANIN, Luis Antonio. Entrevista IV. [07 out. 2016]. Entrevistador: Dóris Maria Demingos Oliveira. Porto Alegre, 2016. 1 arquivo mp3 (51min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

APÊNDICE A – GUIA DAS ENTREVISTAS SEMI ESTRUTURADAS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E BENS CULTURAIS

PROJETO DE PESQUISA

“PROJETO RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA UFRGS”: ESTUDO DAS RAZÕES INTRINSECAS AOS “VALORES CULTURAIS” DOS DOADORES PARA O RESTAURO DO PRÉDIO DA FACULDADE DE DIREITO

GUIA DE ENTREVISTA

<p>Descrição do Projeto: A Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS faz parte da história e da memória do Estado desde 1895. Entre os anos de 1996 e 1998, a UFRGS realizou um inventário concluindo que as suas edificações históricas estavam depreciadas pelo tempo e pelo uso. A Universidade para reverter essa situação buscou nas leis de Incentivo à Cultura uma fonte extra de recursos, assim para fazer frente aos elevados custos das restaurações, os quais não dispunha em seu orçamento, para a restauração do seu patrimônio cultural. No ano de 1999, por meio do “Projeto Resgate ao Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS” aprovado pelo MinC e, em 2000, foi autorizada a captação de recursos pela Lei n. 8.313/91. Entre seus prédios restaurados, encontra-se o prédio da Faculdade de Direito. O presente trabalho busca compreender as razões porque as pessoas doaram para o restauro do prédio da Faculdade de Direito. A metodologia empregada nesta pesquisa será qualitativa e será realizada por meio de entrevistas de profundidade, nas quais se pretende mapear componentes e referências, considerando os “valores culturais” que impulsionaram os incentivadores a doarem.</p>
<p>Pesquisadores: Dóris Maria Demingos Oliveira (aluna); Moisés Waismann (Orientador) Lucas Graeff (Co-Orientador)</p>
<p>Objeto: Doadores para o restauro do Prédio da Faculdade de Direito da UFRGS</p>
<p style="text-align: center;">Dados gerais da observação</p> <p>Entrevistador/Pesquisadora: Local: Data: Horário de início: Horário de término:</p>
<p style="text-align: center;">Instruções gerais para a observação</p> <p>Preparação:</p> <ul style="list-style-type: none">- Realizar contato telefônico com a pessoa que será entrevistada.- Ler o guia de entrevista e procurar memorizar o roteiro de entrevista de profundidade.- No dia da entrevista, levar bloco de notas e gravador. <p>No local:</p> <ul style="list-style-type: none">- Apresentar o objetivo da entrevista e o Termo de Consentimento Informado e uso de imagem.- Interagir com o entrevistado. Não se trata de um questionário, mas de uma relação interpessoal. Não hesite em se colocar na situação, falar durante a entrevista e trocar experiências pessoais. Isso aproxima o entrevistado do entrevistador.- Tome pequenas notas ao longo do processo. Isso ajuda a manter-se focado na entrevista e a retomar pontos que parecem interessantes.- Evite interromper o entrevistado. Os comentários pessoais feitos por você são importantes, mas não devem cortar o fluxo de pensamento ou da narrativa do entrevistado. Anote o que você gostaria de falar e coloque-se mais tarde, caso isso ainda seja relevante. <p>Em casa:</p> <ul style="list-style-type: none">- Se possível, textualize a experiência assim que chegar em casa (preferencialmente em um computador). Isso ajudará na transcrição da entrevista.- Pense que sua escrita destina-se a uma pessoa que não viveu a experiência. É um documento. A partir dele, qualquer pesquisador deverá poder tirar hipóteses e conclusões independentemente do ponto de vista das pessoas que viveram a situação. Há normas específicas de transcrição em História Oral. Elas não são obrigatórias neste exercício. Mas você pode usá-las se julgar necessário ou interessante

ROTEIRO DE ENTREVISTA DE PROFUNDIDADE

DADOS DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Telefone para contato: _____

Vínculo : Professor () Professor Inativo () Aluno () Ex-aluno () Outros : _____

INTRODUÇÃO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Me apresento e, antes de iniciar a entrevista propriamente dita, agradeço a/ao doador(a) por ter aceitado participar da pesquisa me concedendo a entrevista; 2. Apresento o termo de consentimento do(a) entrevistado e uso de imagens para realizar a pesquisa e publicar no catálogo; 3. Solicito autorização para gravar a entrevista; 4. Início falando um pouco de mim, enquanto servidora do SPH/UFRGS e estudante de mestrado e com isso justifico meu interesse e necessidade de realizar a entrevista; 5. Solicito a/ao entrevistado que fale de si (vida e família). Isso serve para eu observar como essa pessoa se coloca no mundo; (o “artefato = o melhor me é entregue, ou entrega só meio ou, o que é pior, não me entrega nada!) biográfico está sendo construído nessa situação relacional entre mim e o entrevistado; isso varia conforme a pessoa também me lê nesse momento. <ul style="list-style-type: none"> • Onde nasceu; • Se a pessoa é natural de Porto Alegre/RS ou se veio de outro lugar para Porto Alegre, perguntar quando foi essa mudança e como foi para ela; • Perguntar se morou em outros lugares, (além do que nasceu e Porto Alegre) • A família: • Quando entrou na escola; qual escola? Fez todo “primeiro e segundo grau” na mesma escola? • Qual o seu vínculo com a UFRGS? Pessoal e profissional? Como foi?
ENTREVISTA
<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual a sua relação com o prédio do Direito da UFRGS? 2. Você ou alguém próximo estudou/trabalhou no prédio da Fac. De Direito? 3. Relate a trajetória de vínculo com o prédio do Direito/UFRGS Como foi (o entrevistado (festas, confraternizações ...)? E você acompanhou de alguma forma ou lhe remete alguma lembrança, participou de festas, eventos, confraternizações ... (outra pessoa próxima)? 4. Como vê/percebe/representa o prédio do Direito da UFRGS, mostrar fotos (passadas e recentes, internas e externas)? 5. Após o restauro do prédio o Sr.(a) voltou por algum motivo a edificação? E como se sentiu? 6. Em seus trajetos pela cidade passa pelo prédio do direito? E o(a) Sr.(a), percebe o prédio, ou passa despercebido?
CATÁLOGO
<ol style="list-style-type: none"> 1. E como tomou conhecimento da existência do “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”? 2. O que você sabe sobre o curso e o prédio da Faculdade de Direito? Afrescos e esculturas do prédio (Procurar saber, sem induzir se o entrevistado sabe os significados da iconografia do prédio).
SAÍDA
<p>Ao final agradeço ao entrevistado por dispor seu tempo a mim e a pesquisa. Exponho que quando da conclusão da dissertação e do catalogo irei comunicá-lo e convidá-lo para o lançamento.</p>

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO DE USO DE IMAGEM E DE DEPOIMENTO

Eu, _____, fui informado (a) de que as informações que estou concedendo serão objeto de uma pesquisa acadêmica realizada pela mestranda Dóris Maria Demingos Oliveira, sob orientação do professor doutor Moisés Waismann e vinculada institucionalmente ao Centro Universitário Unilasalle. Fui informado (a) de que o objetivo do trabalho é compreender os “*valores culturais*” que emergem dos incentivadores que realizaram doação para o restauro do prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, participantes do Projeto “Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”. Estou ciente ainda de que meu depoimento será gravado em áudio, sendo posteriormente transcrito para compor a pesquisa. Estou ciente da possibilidade do uso de minha imagem nessa produção, que não tem fins lucrativos, de maneira que autorizo os pesquisadores a realizar as fotos e imagens que se façam necessárias sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Estou ciente ainda de que meu depoimento será gravado em fitas de áudio, podendo ser posteriormente utilizado no referido material audiovisual. Recebi informações específicas sobre os procedimentos nos quais estarei envolvido (entrevistas informais e documentação audiovisual) e estou ciente de que não há riscos para minha integridade física e moral. O presente documento foi-me apresentado em duas vias, uma para meu próprio uso e outra para ser arquivada pelo(s) pesquisador(es), as quais assino embaixo após ter esclarecido todas as minhas dúvidas em relação à pesquisa e à minha condição de sujeito desta pesquisa. Faço isso resguardando o meu direito de retirar meu consentimento a qualquer momento sem a necessidade de comunicar-me com o(s) pesquisador(es).

Porto Alegre, ____ de _____ de 2017.

Entrevistado(a)

Pesquisadora mestranda

Contato pesquisadores:

Nome: Prof. Dr. Moisés Waismann

Endereço: Av. Victor Barreto, 2288 – Canoas –RS CEP 92010-000

E-mail: moises.waismann@unilasalle.edu.br

Fone: (51) 34768500

**APENDICE C – EXCERTOS DAS ENTREVISTAS DE ACORDO COM AS
CATEGORIAS VALOR CULTURAL**

Quadro 1 - Excertos das falas que foram classificadas na categoria Valor Cognitivo

Entrevistados	Valor cognitivo
João Pedro Casarotto	
Luiz Carlos Levenzon	Lembranças do prédio então. Bom, o prédio tem uma arquitetura fantástica, ele é uma reprodução de um castelo austríaco, segundo o que eu li a respeito da arquitetura do prédio.
	Então, quando se percebe que há uma preocupação na preservação desse patrimônio é muito... gera muita satisfação, porque o que a gente quer mesmo é que isso seja preservado e que tenha uma existência longa, né, e permanente...
	E quando estivemos lá... o restauro... vimos à restauração, foi muito significativo, porque ver que esse trabalho está sendo feito, né? Não é só com o Direito, também, mas com os outros prédios da Universidade Federal, porque o vínculo é com a Universidade e mais com a Faculdade de Direito, mais especificamente...
June Maria de Moraes Herrmann	E ele é assim muito representativo, por todo o estilo arquitetônico ele é muito lindo, ficaria bem sentida, realmente.
Luis Antonio Zanin	
Paulo Eduardo Pinto de Queiroz	A Faculdade de Direito ela tem, tinha, pelo menos na época, uma característica de um prédio muito bonito com um pátio imenso, hoje mais utilizado para estacionamento.
	As lembranças à gente, eu não perderia né, mas obviamente a gente se sentiria órfão por não poder mais ir, né, ao local e encontrar.
	O prédio em si é um prédio que impressiona né, pela beleza arquitetônica, é a replica de um castelo, ele tem assim... vamos dizer as salas de aula são imensas, pé direito imenso, janelões o que deixa uma impressão assim de casa da avó da gente.
	Aquela escadaria, a entrada principal que tem a escadaria de mármore rosa e degraus brancos assim ...
	... a gente vendo que se trata de um castelo, ele tem as salas de aulas, cada uma delas posicionada nas extremidades do prédio, que são as salas principais. O chão de madeira, aquele barulho do taco, isso nos deixava assim... a gente parece que participando daquele elemento arquitetônico, morando ali mesmo.
	Sim, foi muito bom, ter visto a recuperação do prédio, né... muito bem feita, as cores originais do local, o conforto maior que foi dado por alguns melhoramentos que o prédio já pedia, pois um prédio centenário já, né? E isso me deu um retorno muito bom, que esse esforço do Patrimônio Histórico em recuperar e não deixar deteriorar os prédios da Faculdade, da Universidade, no caso, estão sendo bem cumpridos.
	Sim, eu passo, digamos assim, às vezes pelos locais que já foram objeto de restauro como o Instituto Parobé, por exemplo, a própria... o Castelinho acho que é esse, onde tem também o Observatório Astronômico.
	Um outro espaço dentro do prédio que eu achava assim fantástico e

Entrevistados	Valor cognitivo
	acho ainda é a biblioteca, a sala de leitura da biblioteca parece que a gente está numa daquelas bibliotecas antigas que a gente vê em alguns lugares fora daqui. O respeito pelo silêncio de estar ali.
Vera Lucia Silveira Fagundes Muniz de Souza	Eu tinha uma grande admiração pelo prédio, assim, era uma satisfação o que eu tinha conseguido.
	Eu não pude ir lá, como eu te falei. Não pude ver ele ficar...não, não fui, mas eu acredito que tenha sido a parte física, a parte da biblioteca, os vitrais, agora até eu vi essas fotografias (livro do Gunter Axt) não é, acho que foi um restauro artístico.
	É, principalmente a escadaria e os vitrais não é, a gente, esse portão a entrada, exatamente.
Luiza Helena Malta Moll	
Ximena Cardoso Ferreira	
Glacy Pereira da Cruz	
Marco Túlio De Rose	Fui, gostei muito. Achei que foi um belo trabalho, no meu tempo o quadro do Malagoli estava no bar, onde naturalmente estava muito mal localizado, naquele tempo se fumava a vontade, era fumaça de cigarro, fritura, tudo que se passava ali na cozinha do bar e ia tudo para o quadro, ele passou por um restauro rigoroso. Hoje dá para dizer que tem trechos do quadro, que hoje está no Salão Nobre, que eu não conhecia, (risos) embora seja o mesmo quadro, de tão escuro que estava (risos).
	Eu sabia, porque eu me interessava, perguntava e sabia. Me lembro, vejo, tem aquela questão do positivismo, a força do positivismo, etc e tal fica muito claro e ele é muito bonito. Aquela escadaria toda que leva. No meu tempo em 72 a 77, não funcionava.

Fonte: elaborado pela autora

Quadro 2: Excertos das falas que foram classificadas na categoria Valor Formal/estético

Entrevistados	Formal/estético
João Pedro Casarotto	
Luiz Carlos Levenzon	
June Maria de Moraes Herrmann	
Luis Antonio Zanin	
Paulo Eduardo Pinto de Queiroz	E todos nós, a minha turma, a gente sempre considerou aquilo lá, pode ser mesmo até estranho dizer, mas como um templo.
	E que a gente vê quando vai entrando, mas principalmente de dia, de noite não tem essa impressão, mas de dia entra uma luz naquele vitrô da frente. Então parece quase que uma igreja, um templo, e as escadas mais adiante se abrem para as laterais. E muito embora... ele tem mesmo.
Vera Lucia Silveira Fagundes Muniz de Souza	

Entrevistados	Valor cognitivo
Luiza Helena Malta Moll	Não. Para mim não, esquecer jamais, porque isso faz parte do meu ser, eu só posso... Assim o trabalho é muito estudado como algo que identifica a pessoa, a pessoa é o Doutor, é o dentista, é o médico, a Luiza é advogada porque fez direito, eu digo não eu sou professora, nunca advoguei.
Ximena Cardoso Ferreira	
Glacy Pereira da Cruz	
Marco Túlio De Rose	Eu vou te citar uma frase é que eu vi esses tempos uma tradução moderna do grego que eu achei mais correta, eu tinha muito, muito carinho (ênfase) por uma peça de Sófocles que dizia assim “ Aqueles a quem os Deuses querem matar, começam por privar-lhes da razão” e eu já achava muito bonita, e eu lendo uma tradução mais moderna do grego eles disseram não é isso a tradução correta não é essa e eu dizendo que a tradução correta que eu digo tudo que significaria não ter aquele prédio “Aqueles que os Deuses querem matar começam por privar-lhes da memória”. Essa é a tradução correta é um trecho da Antígona de Sófocles “Aqueles que os Deuses querem matar começam por privar-lhes da memória”.

Quadro 2 - Excertos das falas que foram classificadas na categoria Valor Afetivo

Entrevistados	Valor Afetivo
João Pedro Casarotto	A minha identidade é com a Universidade Federal.
	Eu tenho uma identidade com a Universidade Federal.
	A minha esposa também fez faculdade na UFRGS. Então a nossa família tem uma relação muito forte com a Universidade Federal.
	Fui numa determinada época representante discente no Conselho de Orçamento da Universidade.
	Em 71 teve o último vestibular segmentado e eu não tinha me preparado, acabei não fazendo.
	Vestibular unificado.
	Na época, nós estávamos com aquela revolução né, a revolução estava em andamento, o Brasil grande, né, colegas faziam curso com a gente, mas que na verdade estavam lá para serem informantes do sistema e tal.
	E eu não tinha maiores vinculações então, eu queria mesmo era adquirir conhecimento para com isso obter um avanço profissional.
	Esse era o meu foco, então eu não tenho lembranças, a não ser das minhas aulas, da biblioteca onde eu ia lá pegava os livros, estudava e devolvia. Tinha a fichinha lá né.
	Já na minha época não tinha mais turma, a reforma do ensino tinha acabado com as turmas fixas, né, então você fazia as cadeiras separadas, né. Então isso na época foi dito que o sistema, o Regime Militar fez isso para evitar que as pessoas se aglutinassem. Então, nós estávamos assim, bom hoje eu faço uma cadeira de manhã... Eu a maior parte fiz a noite, porque eu trabalhava durante o dia. Eventualmente uma cadeira ou outra eu fazia de manhã. Então era assim, era entrar, estudar, anotar, fazer as coisas e cair fora.

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>Porque de manhã eu tinha que ir para o trabalho e a noite [...] trabalhava o dia todo e estudava a noite, quando chegava ao final do expediente tá morto, quer ir pra casa, se alimentar e dormir.</p>
<p>Luiz Carlos Levenzon</p>	<p>E os meus vínculos com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul são muito longos, porque eu fiz o Colégio de Aplicação da Universidade Federal. Então, com 11 anos de idade, eu ingressei no Colégio de Aplicação, fiz todo o ginásio e o clássico (na época era clássico) e depois eu fiz vestibular para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e cursei de 1966 a 1970.</p>
	<p>Foi um período bastante conturbado, bastante difícil. Porque eu entrei na Faculdade no período em que tinha se desenvolvido no país um golpe militar e havia restrição à liberdade de expressão e nós estudantes, naquela época, achávamos que podíamos resistir democraticamente à implantação de uma ditadura militar, estávamos cursando a Faculdade de Direito. E fizemos movimentos públicos, para manifestar o desagrado com a quebra do regime democrático e isto foi até 68 com a edição do Ato AI5, Ato Institucional número 5, e ali o movimento estudantil cessou e muitas pessoas tiveram outras opções de combate ao que consideravam a quebra do regime democrático e outros foram buscar outros caminhos como eu. Fomos buscar outros caminhos de exercício da profissão de representação da cidadania.</p>
	<p>Centro Acadêmico André da Rocha, tivemos bastante atividade lá. E eu secretariei, inclusive, um grêmio literário que havia na Faculdade que chamava Grêmio Literário Tobias Barreto, era uma pequena atividade intelectual de natureza de abordagem da literatura e nós fazíamos alguns trabalhos, mas eram atividades de pequena expressão dentro da Faculdade, mas fizemos isso.</p>
	<p>E a Faculdade se ressentia de uma atividade prática e aí começaram alguns ensinamentos de natureza prática, porque a Faculdade era eminentemente teórica e era intencionalmente feito assim. O Diretor da Faculdade era o professor Rui Cirne Lima, grande advogado e eminente jurista, e ele nos dizia: “meus filhos”, era a expressão que ele usava, “vocês precisam aprender a teoria aqui na Faculdade, a prática vocês adquirem”.</p>
	<p>Eu ainda fui Solicitador Acadêmico que é uma figura já extinta, se inscrevia na Ordem como Solicitador Acadêmico e poderia praticar alguns atos como advogado, como se fosse advogado. Foi a última turma da Faculdade do Direito a ter essa atividade de Solicitador Acadêmico, depois se criou a figura do Estagiário na Ordem.</p>
	<p>Não, vinha dessa origem da liberdade do exercício da profissão. E depois a OAB foi criada em 1932. No bojo da Revolução Getulista de 30, surgiu a OAB, com promessa de criação da OAB e aí começou a se disciplinar a atividade do advogado e a do solicitador. Eu conheci alguns rúbulas ainda, que exerciam atividade aqui no Rio Grande do Sul.</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>E se realizou um congresso de advogados, em 1971, e eu fiz uma tese, a recém tinha me formado, sobre o exercício da liberdade de pensamento e de expressão e apresentei no congresso de advogados e foi aprovado com louvor lá e tal. E era um momento assim, só para retratar a dificuldade que a gente tinha no exercício pleno da profissão, e só veio depois a ser restabelecida essa liberdade com a reabertura democrática E hoje a gente está... e se exerce a advocacia com plena liberdade né, com todas as dificuldades naturais da profissão.</p> <p>Exatamente, era um evento tradicional. Nós fizemos a passeata dos bixos. E, normalmente, essa passeata dos bixos era um momento em que os estudantes apresentavam suas posições contestadoras, porque o estudante é contestador, é da natureza, ele está sempre criticando, querendo se posicionar, querendo trazer propostas para melhorar e dentro do olhar da juventude, né.</p> <p>É, exatamente. E aí, nós fizemos, era tradicional isso, a passeata dos bixos, era um evento na cidade, a população saía inteira para a rua para assistir, era uma brincadeira maravilhosa. A gente se divertia muito naqueles momentos, todo mundo, a população, era uma integração entre os estudantes e a comunidade e era muito bom, né? Me lembro quando era guri, pequeno ainda, passava às vezes na frente da livraria do Globo, ali na Rua da Praia, e tinham uns quadros dos formandos, que eram expostos com as fotografias dos formandos. Era uma forma de divulgar para a sociedade quem eram os formandos. Mas eram grupos (gesto com os dedos de poucos) de advogados, médicos, engenheiros.</p>
	<p>Então aquele era um evento, a sociedade tomava conhecimento dos novos profissionais que exerciam atividades intelectuais. E então havia essa comunicação entre os estudantes e a sociedade... era feita através da passeata dos bixos e a gente terminava tradicionalmente com um banho de água no chafariz na Praça da Alfândega. E... começava a passeata subia ali da Universidade, subia a João Pessoa, entrava na Salgado Filho, descia a Borges e terminava na Praça da Alfândega, era esse o trajeto. E com o banho... eu tenho algumas fotos que eu vou te passar depois, desse famoso banho no chafariz da Praça da Alfandega (risos). Todo mundo pintado e fantasiado, e era muito bom. Isso também foi cortado depois, porque era um movimento público e não interessava para a Revolução Militar, manter esse tipo de atividade, né? Eu acho que essa foi à ideia, pelo menos o que a gente falava na época. Então, não podia haver movimento, não interessavam esses movimentos públicos, né, eram contestadores... porque nós criticávamos.</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>E o nosso vestibular, interessante, eram 100 vagas, e não passaram na primeira chamada... passaram... 50 vagas foram preenchidas, 60 vagas, foi preciso fazer uma segunda chamada. O que demonstra que, talvez, na época, pela situação política, o Curso de Direito estivesse com menos representatividade. E houve, realmente, um período em que o Curso de Direito, me parece, estava menos valorizado, acho que essa revalorização do Curso de Direito veio com a reabertura democrática de 88. E aí eu acho que os Cursos de Direito passaram a ter importância novamente, a procura. Acho que foi isso que aconteceu.</p> <p>Nós tínhamos aulas... as salas eram muito grandes, as salas eram enormes. Sentávamos em cadeiras e mesas e o professor tinha um púlpito, que o professor subia em cima do púlpito e despejava toda aquela sabedoria em cima de nós, pobres ignorantes, né? Esse era o sistema expositivo de aula.</p>
	<p>E tinha um ambiente assim muito interessante, que era um café, lá no subsolo, na entrada, no térreo da Faculdade. E os alunos costumavam ali se reunir para conversar e também para jogar um joguinho, que era muito famoso na Faculdade chamado fingerball. A gente brincava de fingerball, que era um tablado de madeira com os preguinhos e os alunos jogavam com o dedo uma bolinha... Então se jogava muito xadrez, também, na Faculdade xadrez e dama se jogava muito. E, também, tinha uma mesa de pingue-pongue no Centro Acadêmico, que era na parte mais interna da Faculdade.</p>
	<p>E havia um ambiente muito acadêmico, muito interessante. E nós tínhamos também o famoso Dia do Pindura, que praticávamos muito o Dia do Pindura, dia 11 de agosto, que é a fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil. E éramos bem recebidos, de modo geral, bem recebidos, às vezes surgiam algumas confusões, mas depois ficou muito oneroso para as casas, os restaurantes receberem os alunos. Foi aumentando a quantidade de alunos e isso ficou....</p>
	<p>E a Faculdade tinha um velho elevador lá que a gente usava, mas com... era um elevador já bastante desgastado.</p>
	<p>Tem um mural muito bonito no Salão Nobre. E esses vitrôs, vitrais que tem na Faculdade são muito lindos, são muito representativo. Isso, na época, a gente procurava saber o que eram, o que significavam, agora já perdi a memória disso. E tinha um famoso sino que tocava, era por sino. O sino foi roubado, por umas duas turmas antes da nossa. O sino original da Faculdade foi roubado e até hoje não foi devolvido. Está com uma turma.</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>Não, assim... , os vínculos, os vínculos afetivos com a Faculdade são enormes, né? Então é, no meu caso até houve um prosseguimento, porque a minha filha do meio, a Fernanda, fez a Faculdade de Direito da UFRGS, também, foi presidente do SAJU lá, e hoje ela está residindo em Buenos Aires. Então os vínculos afetivos com a Faculdade são muito grandes, né? Passam cinco anos lá dentro, convivendo.</p>
	<p>Mas convivia muito na Faculdade de Filosofia, frequentava muito a biblioteca da Faculdade de Filosofia, assim como a do Direito e Faculdade de Letras, ali Filosofia. Então, é muito... traz muito satisfação ver que há esse tipo de preocupação. E a colaboração que a gente dá decorre dessa relação afetiva com a Faculdade, né.</p>
	<p>(risadas) Claro, sim, sempre. Elas voltam (risadas). Eu frequento bastante a Faculdade, volta e meia eu estou lá conversando, fazendo alguma coisa. Só para registrar isso, eu fui presidente da OAB aqui no RS, e esses vínculos da OAB com a Academia são muito fortes, né.</p>
	<p>Mas, realmente, quando a gente entra na Faculdade, assim ó, eu entro, pela parte... procuro entrar alternadamente, ou pela parte do térreo, onde era o bar, mudou hoje o bar está em outro...</p>
	<p>Era ali. Então, tinha um balcão e umas mesas que a gente usava, umas cadeiras e dali a gente saía pro Centro Acadêmico.</p>
	<p>Então o que a gente fazia, né? A gente subia aquela escada interna, não pegava o elevador, subia a escada interna para ir para as salas de aula. No meu caso, como eu vinha, morava no Moinhos de Vento, vinha de bonde para a Faculdade, pegava o bonde, descia a Sarmiento Leite e saía na Faculdade. Então entrava por aquela entrada que tem na Sarmiento Leite, então entrava ali por baixo, aí ia pra aula. O primeiro ano era no primeiro piso, depois o segundo ano me parece que era já no piso superior, então subia a escada e ia pelas escadarias e via aqueles vitrais. E havia uma sala de aula que a gente chamava de Pantheon, que era uma sala que tinha uma disposição diferente, que era uma sala com bancadas em vez de mesas. E era um tipo de auditório, que o professor ficava numa posição mais baixa que a dos alunos e subia, acho que essa sala deve existir... que essa sala existe. Ali tinham umas fotografias dos alunos laureados.</p>
	<p>É. Eram nomes reconhecidos. Então, claro, quando a gente vai na Faculdade, a gente procura passar por aqueles lugares que a gente frequentava, e volta a memória de como eram as atividades, então realmente é uma retomada dessa... daquele tempo de vida.</p>
	<p>Na minha memória nunca, né? Mas seria algo inadmissível (risadas), pensar uma coisa dessas, não tem como, só uma coisa que pudesse ser uma tragédia para fazer desaparecer o prédio do Direito.</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	A respeito da Faculdade... eu acho que, na época em que estava na Faculdade, a gente sempre sentia um pouco de falta de preocupação na conservação da Faculdade. Tinham algumas coisas que deixavam de funcionar, algumas coisas que... faltavam recursos financeiros para manter aquela estrutura. O prédio era aberto, tinha um espaço que se usava para estacionamento, não sei, parece que construíram um outro prédio lá, alguma coisa nova, teve ali, atrás, no início... tinha uma Escola de Comércio.
	Se comunicava com o prédio da Engenharia, que a gente podia passar caminhando ali.
	Mas tem umas cancelas para controle de automóveis, alguma coisa. E no tempo dos bixos a gente fazia umas movimentações naquele pátio, fazia os trotes, eram trotes civilizados, a gente... nos levavam, os veteranos nos levavam para o Parque da Redenção, havia disputa de campeonato de natação naquela piscina que tinha lá no Parque da Redenção.
	E campeonato de futebol, a gente tinha campeonato de futebol, a gente tem, umas fotos, inclusive dos torneios de futebol, e toda a Universidade se envolvia, na época dos bixos, era toda a Universidade. E então a gente tinha essa ligação, o curso era de manhã e de noite, o horário normal. A turma da manhã era uma turma mais jovem, a turma da noite era uma turma de faixa etária mais elevada, a noite pessoas que trabalhavam e vinham fazer o curso.
	E o curso era de um turno, então a gente tinha o outro turno livre, pra... se ia para a biblioteca, a Biblioteca era muito boa do Direito da UFRGS, sempre foi muito boa biblioteca. E tinha mais uma biblioteca lá, que era no segundo an...
	É, mas era muito utilizada pelos alunos da Filosofia. Eles frequentavam muito. Ali havia uma concentração muito grande de livros na área da Filosofia, ali. A gente frequentava ali também, mas era mais a do Direito, né, jurídica. E então eram essas coisas que a gente notava.
	Tinha o Baile da Reitoria e tinha o Baile dos Calouros... Tinha o Baile dos Calouros que a gente fazia, se fazia na... Tinha o Baile dos Calouros que eu acho que era da Universidade toda, se reunia... Tinha uma coisa muito interessante, cada faculdade os calouros usavam um chapeuzinho que identificava a faculdade, então o chapeuzinho do Direito...

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>Enquanto a gente estava... quando a gente entrava na Faculdade, era bixo, o Centro Acadêmico fazia uma recepção para os bixos, lá em março, por exemplo, e dava para cada bixo um chapeuzinho. No caso do Direito era um chapeuzinho de presidiário com um número, que constava, a data, o ano do ingresso da Faculdade e o número que tinha tirado... a colocação no vestibular. Então, cada um recebia aquilo. Aquilo a gente usava durante um mês, dois meses, que era o período dos trotes, né? Todas as Faculdades usavam, a engenharia usava, a medicina usava, a arquitetura usava, todos... identificavam os calouros pelo chapéu, para identificar. E ai fazia o baile dos calouros e a partir dali não se usava mais.</p>
June Maria de Moraes Herrmann	<p>Com muito orgulho eu fui aluna da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e me formei em 1966. Eu sou bibliotecária, fiz o curso na Universidade.</p>
	<p>E toda a minha família tem um vínculo com a Universidade, meu marido pela Universidade, fez o curso de Farmácia, meus três filhos foram alunos, dois em Engenharia Química e um em Contábeis.</p>
	<p>Foi um período muito feliz da minha vida, onde eu, não é, busquei informações e formação dentro da minha área e, além disso, fiz e mantenho amizades que tenho e mantenho até hoje, é uma coisa muito bonita. Então esse ano no dia 18 de novembro tem uma comemoração dos cinquenta anos de todos os cursos, então nós estaremos lá no Salão de Atos para nos encontrarmos, né.</p>
	<p>E alguns colegas, algumas colegas nós mantemos a amizade até hoje, isso é muito bom.</p>
	<p>Então em agosto de 91 fui para a biblioteca da Faculdade do Direito, fui muito bem recebida. Era a gestão do Professor José Sperb Sanseverino, que era o Diretor na época, e me acolheram super bem, o pessoal da biblioteca. E em setembro, nos mês seguinte, eu fiz um concurso para o Tribunal de Justiça e graças a Deus me sai bem e em seguida fui chamada para iniciar um trabalho lá.</p>
	<p>E, eu também tenho um vínculo afetivo pelo meu pai também foi formado pela Faculdade de Direito em 51.</p>
	<p>E eu considero isso afetivo porque ele fez muito esforço para fazer esse curso de Direito, ele já era casado e tinha 3 filhos, foi muito batalhador, foi muito determinado e em dezembro de 51 ele se formou, já com 35 anos, acho que ele já tinha na época. Então eu lembrava também disso né, é uma recordação tenho assim da Faculdade de Direito.</p>
	<p>Não, não antes a gente acho que antes até encaminhamos para a Agronomia, não foi sempre o do Direito. Quando eu soube assim que o prédio do Direito era um que poderíamos encaminhar as doações.</p>
	<p>Ai eu sentiria muito. Sentiria muito porque ele é super simbólico, é super expressivo desde desse conjunto de patrimônio da UFRGS, eu ficaria muito triste com isso.</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
Luis Antonio Zanin	Mas o que eu tenho de bom... a minha turma, são principalmente o Paraninfo que era uma pessoa fantástica, ele morreu ano passado, que se chamava Athos Gusmão Carneiro que foi Ministro do Supremo Tribunal Federal.
	Minhas recordações é que principalmente quem era o Diretor da Faculdade, Dr. Rui Cirne Lima. E o Dr. Rui Cirne Lima, com aquele charuto na boca...
	lembro um dia eu fui pedir para fazer um Congresso de Cibernética e Sistemas Gerais que tinha, que estava sendo promovido na PUC. E da o Dr. Cirne disse “e o que que nós vamos usar isso no Direito”. Daí eu disse para o Dr. Cirne Lima aqui está o portfólio de um professor da Universidade de Paris, em Sorbonne, que ele já está catalogando a jurisprudência francesa. Daí o Dr. Cirne lima disse me parece interessante, então eu lhe deixo sem falta, está liberado. E as faltas que eu teria na faculdade eu fui liberado. E foi maravilhoso, porque eu já tinha sentido que não podia para ficar nos cemitérios, alfarrábios, etc. e tudo mais. E daí, a Faculdade foi maravilhosa (ênfase, satisfação)... era época pesada.
	Nós tínhamos uma pessoa, que era de uma turma 2 anos mais velha do que eu, que se chama Dr. Leo Iolovitch. Dr. Leo Iolovitch, até hoje ele é casado com a filha de um dos professores meu, também falecido, Dr. Paulo Brossard de Souza Pinto que era o professor de Constitucional e havia muita acirrada das políticas dentro da Faculdade. E eu como diplomata, estudando para ser diplomata, o que eu aprendi a ser apolítico. Então sempre na Faculdade de Direito a eleição do Centro Acadêmico, se tinha a situação e a oposição. E daí nesse ano entrou uma posição que não concordava nem com a esquerda nem com a direita, e fizeram a tal da posição, e daí esse Dr. Leo Iolovitch, como brincadeira fez uma eleição fictícia com candidatos, mas com tom de humor, e começou a espalhar os cartazes pela Faculdade e a eleição era posição kamasutra. ...Tinha uma manifesto, tudo em tom de brincadeira
	Então isso quebrou aquela seriedade de uma eleição, aquele gelo, e ficou uma coisa bacana. Até que um dia o Dr. Cirne Lima queria saber quem eram os candidatos (risadas). E eu disse olha é fictício, mas tem o fulano, fulano e fulano. E eu era, segundo o Léo era um dos candidatos, que ele me chamava de John Wayne (risos).
	E mudou muito a faculdade, e nós chegamos pra uma prova, para começar que não era prova de múltipla escolha, como na faculdade de Direito se fazia, a gente se reunia para a prova semestral, era distribuído uma folha de papel almaço, carimbada pela Faculdade e assinada pelo professor e daí um aluno era convidado para ir para a caixinha e esse mostrava todos os pontos e depois era sorteado os pontos e a pessoa tinha que dissertar sobre isso. Então tinha que estudar, mas foi muito bom, foi uma época muito bonita.
	São todas aulas magistrais, aquela que não se podia, eram aulas da época antiga, onde o professor falava e se anotava.

Entrevistados	Valor Afetivo
	E grandes pessoas foram meus colegas, porque eu estudava de manhã né, então, por exemplo, eu tive um colega de manhã que foi nomeado Presidente do Supremo Tribunal Militar, Geraldo Brandeburski.
	porque 2 anos antes tinha acontecido algo muito sério quando eu estava no Direito. Os alunos, de uma determinada turma, roubaram o sino da Faculdade. ... E cada época um aluno tem esse sino. Eu não sou porque não foi da minha turma. Cada aluno tem a guarda do sino, por um ano. E inclusive um ministro tá, teve este sino, e foi ele que declarou. Mas então que essa alegria de fazer as coisas, a gente tem que levar tudo com humor, porque muita seriedade não dá.
	Sim eu fui até a Praça da Alfândega, primeiro ano tive que ir até a Praça da Alfândega todo pintado, essa coisa, mas não me cortaram o cabelo, graças a Deus. ... Não, não cortavam, agora me mandaram assim a medir a circunferência da Faculdade com palito de fósforo (risadas).
	Está exatamente igual, exatamente igual, porque sempre foi um prédio tradicional. Eu lembro que a gente teve uma das aulas de abertura do ano letivo foi com o Pontes de Miranda, que já era velho naquela época. E esse Léo Iolovitch tá, que tava toda a Faculdade, chegou com uma gravata verde e amarela em plena recessão, por causa do Pontes de Miranda, então uma coisa tão bacana isso.
	e você sabe quando é criado, eu sou filho de imigrante, filho não, meus avós eram imigrantes, mas aquela época do fio do bigode, sabe. Meu avô materno era do fio do bigode, meu avô saiu de casa com 12 anos e foi ser pião de estância, e tinha uma letra maravilhosa, que eu ainda guardo, e ensinando tudo com o fio do bigode. E meu pai, meu avô paterno também veio da Itália, foi comerciante primeiro em Alfredo Chagas, depois em Erechim, deu estudo só para o meu pai. E meu pai teve que pagar para a família, pagando o estudo dos irmãos mais novos.
	Eu ia me sentir um órfão. Porque eu contribuí, aquilo são as minhas memórias.
	Sim, toda a minha história. O Lupicínio era porteiro de lá. De vez em quando ele chegava meio bêbado. Toda aquela história, ele era um cara dá noite.
	Eu quando passo lá na frente eu me lembro disso aí, embora meu escritório seja mais longe, minha casa. Mas são recordações muito bonitas, eu tenho grandes recordações da minha Faculdade.

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>Tem uma única memória que eu gostaria. O Dr. Rui Cirne Lima foi uma das pessoas mais inteligentes que eu conheci na vida e ele sempre dizia uma coisa “Um processo a gente ganha na inicial ou na contestação, e não depois”. O porquê, quando se faz a inicial ou a contestação, nós delimitamos a lide. Ela não pode ser emendada, nem a inicial, nem a contestação. ...</p> <p>E dizia o Cirne Lima “que ganha o processo quem erra menos”, e eu acrescentei uma coisa nesse dito do Rui Cirne Lima “e quem mostra o erro dos outros”.</p> <p>E no final da vida ele foi juiz em São Francisco de Paula, Dr. Athos mandou fazer esse livro e distribuir para os amigos dele, esse com a dedicatória para mim. E foi uma das coisas mais lindas que eu já vi, ele contou toda a vida dele, com os causos que aconteceram.</p>
Paulo Eduardo Pinto de Queiroz	<p>fiz o vestibular para a Faculdade de Direito, em 1976, e me formei em 1980. O meu interesse pelo Direito adveio de uma amizade ainda nos bancos da escola, o nome dele é José Antônio Gonçalves da Rosa, e o irmão dele, Adroaldo Gonçalves da Rosa, era advogado. Como o José Antônio, meu amigo, de vez em quando trabalhava no escritório deste irmão, eu compareci algumas vezes no escritório. E, conversando com o Dr. Adroaldo e vendo como as coisas se desenvolviam no escritório, me interessei por aquele tipo de atividade.</p> <p>na metade do quarto ano, eu procurei o estágio e ingressei no escritório de advocacia Ajurem D’Amico e Advogados Associados, em 1979. Depois, quando me formei, eu permaneci lá como advogado associado até o ano de 1986, quando eu e mais dois colegas formamos nosso escritório que era Assejur Giacomini, Queiroz e Silva. Éramos três advogados. Esse escritório permanece até hoje, sendo que eu me retirei da sociedade em 1993, porque passei no concurso para Ministério Público do Trabalho, na condição de Procurador do Trabalho.</p> <p>A Faculdade de Direito, vamos dizer assim, ela sempre foi né e continua sendo, tendo uma característica muito plural, isso me impressionou muito desde o início da faculdade. Na minha sala, só para ter ideia, tinha muitos jovens como eu, eu estava fazendo serviço militar, e um dos meus colegas era o general Brochado da Rocha que tinha sido constituinte em 1946. Ele era um militar, mas foi Deputado Constituinte, em 1946, e estava cursando Direito, entrou junto comigo, em 1976, para cursar o Direito, é fez o caminho inverso.</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>Tinha pessoas mais velhas, tinha professoras que tinham sido professoras no ensino de segundo grau, no clássico né, de professores meus da faculdade. E tinha muitos jovens, principalmente no turno da noite, muitas pessoas trabalhavam e estudavam. Eu, na época, fazia o serviço militar no início. E a turma do dia já era uma turma mais homogênea, era a turma que, vamos dizer assim, tinha condições de só estudar, não trabalhavam, mas isso não tornava, vamos dizer assim, menos interessante o convívio com essas duas, esses dois tipos de grupos sociais. Um que eu me identificava mais, em razão da idade, mas o outro eu admirava muito pelo sacrifício que cada uma daquelas pessoas fazia para estar ali, pela vida, pela vivência que cada um deles trazia na sua bagagem.</p>
	<p>E todos entrávamos pelo bar, o bar da Faculdade de Direito, alunos e professores. Essa era a... a grande maioria entrava por ali, parávamos muitas vezes ali para encontrar os amigos que já estavam sentados ali nas mesas do bar e depois subíamos para as aulas. E já ali no bar, junto ao bar, ficava o Centro Acadêmico, a sala onde tinha o pingue-pongue, tinha o snooker, e a sala também da Diretoria do Centro Acadêmico, então as discussões que havia, o que planejava fazer durante o semestre, ou participar de alguma movimentação, ou de algum ato. E, vamos dizer assim, isso era muito, deixava todos muito à vontade, agregava as pessoas ali naquele primeiro momento, uma espécie de recepção assim onde todos ficavam um pouquinho antes de subir para as aulas.</p>
	<p>Era uma entrada calorosa.</p>
	<p>Não, não era coibido. Vamos dizer assim, as reuniões e as festas ocorriam ou ali mesmo na parte de baixo junto ao bar, né, ou então nas casas das pessoas, mas na questão da recepção dos bixos, se dava mais no pátio mesmo.</p>
	<p>Sim, já estava mais limitado ao pátio mesmo da escola. Isso. E claro havia entre nós os encontros, as festas, se reunia, tinham dois ou três colegas que tinham casas mais amplas e recebiam.</p>
	<p>Bom, eu me lembro assim que, lá pelo quarto ano da faculdade, um grupo... nós fizemos uma espécie de seminário e convidamos vários juristas, né, no caso, para ... ocupando o salão da Faculdade. Fizemos um seminário com cinco personalidades: o ministro Eloi da Rocha, que havia se aposentado aquele ano; o Dr. Galeano Lacerda, que estava escrevendo o livro, na época, o livro Comentários ao Código de Processo Civil, na parte de ações cautelares; o Dr. Plínio Correa, que era nosso professor de Penal.</p>
	<p>E também o Dr. Martins Costa, Luiz Martins Costa, que era, acho, o decano dos advogados naquela época, já tinha mais de 80 e poucos anos. Então foi um evento muito bacana que a gente montou.</p>
	<p>Eram as nossas reuniões em que a gente, nos juntávamos, vamos dizer assim, pra tocar uma música, dançar mesmo, isso bem frequente com o pessoal do diurno.</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>E o costume que nós tínhamos, todos, de irmos imediatamente depois que terminava uma aula que tinha algum assunto que ficou em dúvida, importante, a gente tinha o acesso direto à biblioteca imediatamente. Ia-se lá, pegava-se o livro, naquele intervalo entre as aulas, naqueles 15, 20 minutos 2 ou 3 iam lá e: “ah, achei!”. Pra não deixar o assunto morrer, porque o acesso à informação, primeiro porque os livros eram caros, como continuam sendo até hoje, mas o acesso à informação era só através dos livros. Não se tinha internet. Não podia ir para casa com aquela dúvida e ela se perder.</p>
<p>Vera Lucia Silveira Fagundes Muniz de Souza</p>	<p>E ai eu fiz um concurso para o Tribunal de Contas do Estado. E lá eu fui muito incentivada a estudar, porque todo mundo lá, naquela época, estava estudando.</p>
	<p>Então, primeiro eu fiz vestibular para Biblioteconomia, cursei um ano, mas incentivada lá, eles me disseram que deveria fazer vestibular para Direito ou Economia, para progredir internamente lá na carreira. E ai eu fui ver o que seria mais simples para mim, porque eu achava que era muito difícil com a minha formação de professora eu conseguir fazer. Mas, surpreendentemente, eu consegui fazer o vestibular de Direito e passei, não nos primeiros lugares, mas para mim já foi uma vitória.</p>
	<p>O vestibular de Biblioteconomia, acho que foi em 68 e o de Direito em 69, mas daí eu tranquei a Biblioteconomia e fui começar o Direito. Depois por questões particulares, de vida e tal, eu parei tudo. E quando eu resolvi retornar, para não perder mais tempo, eu fazia Biblioteconomia de manhã, trabalhava no Tribunal de tarde e Direito de noite. Mais foi bom.</p>
	<p>Já estou aposentada, não sei dizer, mas já há bastante tempo, acho que uns 20 anos, 15 anos mais ou menos. Com relação à Faculdade de Direito, voltando ao que eu tinha falado.</p>
	<p>Foi assim muito... a coisa que eu não pensava que iria conseguir, mas depois de trabalhar muito em biblioteca na parte jurídica assim, aquilo foi me interessando e ai entrar para a Faculdade foi uma glória muito grande.</p>
	<p>Eu sempre acompanho. Eu acho, assim, realmente, é uma recordação muito boa para mim. Todas essas ocasiões em que teve essas festividades, 100 anos e tal.</p>
	<p>Mas sempre é uma lembrança muito terna para mim.</p>
	<p>Tinha festa.</p>
	<p>E sim, a gente tinha churrasco, às vezes a gente saía.</p>
	<p>Daí eu mudei para a noite, achei o pessoal realmente muito mais, essa parte profissional, as pessoas trabalhavam o dia inteiro e tinham aquela, né, só aquele periodinho da faculdade, aí eu não sei, eu tive mais contato com os colegas.</p>
<p>De vez em quando a gente, por exemplo, saía da aula, se algum professor faltava, alguma coisa assim e a gente: “vamos assistir à OSPA?”, então era diferente.</p>	
<p>Então tinha, tinha churrasco, tinham algumas festas assim, então participei mais.</p>	

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>Sim, tenho lembranças muito boas</p> <p>Não, não. O prédio poderia ser destruído, mas as lembranças estão lá assim (mão sobre o peito), num lugar muito especial.</p>
Luiza Helena Malta Moll	<p>fiz letras, me formei em letras e literatura de língua portuguesa na UFRGS. Fui aluna de grandes professores: Flavio Loureiro Chaves, irmão do Celso Loureiro Chaves, do Prof. Guilhermino Cesar, Professora Leda ... do Inglês, aí faltou agora o sobrenome, grandes professores.</p> <p>Fiz letras e vi que não tinha futuro para entrar no magistério, em seguida decidi fazer o Direito. Então em seguida eu me formei em letras em 79, em 80 fiz o vestibular para o Direito na UFRGS e fiz e tirei o vigésimo sexto lugar e fiz o curso e trabalhei na UFRGS, fiz concurso para agente administrativo.</p> <p>E quando eu fui assumir no dia que era para eu assumir a minha mãe morreu, mas eu fui lá porque eu tinha que tomar posse né, já entrei com luto, com licença de nojo como eles chamam. Mas nesse dia eu encontrei o Professor Dick, Tuikson Dick que eu conhecia porque a mulher dele era cliente da minha mãe. E ele disse “o que você está fazendo aqui minha filha?” ai eu contei. Ai ele disse, “bom tu deixa passar a tua licença e vai trabalhar comigo na Bioquímica”. Né, que ele era na ocasião ele era Chefe do Departamento, então enquanto eu estudei Direito eu fui funcionária, secretária do Departamento de Bioquímica da UFRGS. E daí começou o meu amor institucional, desde do Instituto de Letras, que na época o curso era onde é, são hoje os órgãos administrativos, naquele prédio ali onde é o Iphan, aquilo ali foi o Instituto de Letras.</p> <p>É naquele ali, que depois tem ali o Bar do Antonio, naquele prédio, onde tinha a Livraria.</p> <p>É naquele “ele”. O Instituto de Letras era bem ali em cima da onde tinha a Livraria.</p> <p>Então eu fiz Letras ali e depois fiz o vestibular para o Direito, terminei o curso regularmente, sem nenhum atraso, em cinco anos. E sempre fui muito questionadora. E como eu trabalhava durante o dia né, eu saía do serviço na Bioquímica, ia em casa rapidamente, jantava para começar as aulas de noite, e eu não faltava às aulas (ênfase), era uma questão de honra, porque era a chance de eu estar com a matéria em dia. Porque eu botei, vesti a camiseta da Bioquímica, então até hoje eles me convidam para as festas de fim de ano, quando tem eventos e coisas assim. Porque ali na Secretaria, eu botei ordem na secretaria, eu me engajei nos temas das pesquisas. Naquela época tinha um formulário para pedir verba para projeto de pesquisa, então aquilo eu botei aquilo na cabeça, o projeto de cada um. E quando mandava para assinar já estava praticamente preenchido era só datilografar, não era época de computador né. Mas eu organizei o arquivo. E eu me tornei alguém do time né. E o que que eu levei daí? Aquele amor que esse pessoal tem pelo faz por que fazem pesquisa e não é só aula.</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>E lá no Direito quando eu entrei, porque eu fiz concurso em 88 né, para como professora do Direito, eu sempre trabalhei isso com os alunos em sala de aula, assim. Dava uma aula muito voltada a perguntas para responder dentro da matéria que eu estava dando. Lá na UFRGS, Instituições de Direito Público e Legislação Tributária, depois Direito Econômico que foi a matéria que eu fiz concurso, mas como ela é eletiva, é uma matéria que eu amo, e ainda podia botar outras disciplinas porque a carga horária é menor, e continua sendo assim. E dei Também Prática de Processo Fiscal, e outras disciplinas que não eram do meu Departamento e que o Departamento de Direito publico deixou eu lecionar como projeto de pesquisa. Que era pesquisa em direito, que eu trabalhava o projeto de pesquisa em direito. Aí eu abri um divisor de águas aos estudantes que iam fazer comigo, faziam um projeto que não era o adotado pelo pós-graduação.</p>
	<p>E em 97 um aluno veio me procurar por conta dessa história do projeto e da aula que eu dava em Direito Econômico, que era uma aula sempre desconstrutivista que mostrava a relação econômica da Constituição com a filosofia, então muito critica. E por essa ordem econômica tu pode trabalhar toda a Constituição, entende. E eu fazia essa conjunção, essa vinculação. Então tinha essa imbricação do que eu lecionava no Direito Econômico; da minha prática como assessora de juiz no TRF, dos processos; do fato de eu pegar processos do Tribunal que iam para arquivo para trabalhar em pratica de processo fiscal, então eu tinha visão “Pã” (gestão de mãos e braços abertos, como global) do Direito e conseguia de uma maneira ou de outra trabalhar isso na sala de aula, uma aula muito analítica.</p>
	<p>Mas daí eu fiz concurso, e enquanto eu esperava a ser chamada, porque foi um período que suspenderam as nomeações, e eu corri sério risco de perder o concurso porque não nomeavam. E daí eu tive que entrar com uma notificação ação judicial, para o dep. ocupar a vaga, para não perder concurso. Daí me chamaram, eu entrei na vaga do Pereira Leite, do Direito do Trabalho, entrei no Departamento de Direito Econômico e do Direito do Trabalho, onde está a disciplina de econômico, da qual eu fiz concurso, tá. Mas ai eu já não era mais técnica administrativa, porque neste interregno eu fiz um concurso para oficial de justiça e eu trabalhei nem 3 anos tá</p>
	<p>Então eu trabalhei como oficial de justiça, e assumi lá no Direito como professora, e daí eu larguei. Mas aí me chamaram, eu fui selecionada para assessora de juiz, o Manoel Lauro Volkmer de Castilho do TRF da 4 Região. E ai fiquei lecionando, tive que reduzi a minha carga para 20 horas, para conciliar os 2 períodos, os dois cargos tá, que cabe perfeitamente é constitucional a acumulação. E daí eu fiquei até 98 no Tribunal, juntando UFRGS com o Tribunal</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>E lá no Direito em 97 um dos alunos, que me acompanhou nas disciplinas que eu dava, Lucas Jost era do SAJU. Eu nunca fui sajuana enquanto aluna até porque eu não tinha tempo, mas o Lucas me procurou foi no Tribunal conversar comigo, ele também era servidor da Justiça federal no primeiro grau né, para nós fazermos um projeto de extensão para o SAJU, então foi ai que eu entrei no SAJU, e fui à única professora que entrou e ficou. Eu fiquei desde o tempo de 97 quando eu entrei até saí, quando já tinha tempo para me aposentar e estava lá na Coordenadoria das Comissões de Inquérito CIPD (dúvida da sigla).</p>
	<p>e ai os alunos do SAJU iam lá atrás de mim. Bom o SAJU foi para mim a coisa mais importante que eu fiz na minha vida. Porque ali eu pude por a minha bagagem pedagógico, conhecimento pedagógico, que tenho muita leitura em pedagogia com uma prática jurídica discente e com o trabalho voluntário que eu tenho muita inclinação social. Eu me considero uma pessoa, assim se eu tivesse que me situar num espectro ideológico eu sou marcadamente de esquerda, eu tenho tradição critica de um avó que foi militante anarquista né, e isso como eu te disse é um vício de cabeça, de raciocínio, que as pessoas confundem é PT, nada a ver. Porque o PT teve sua época de critica enquanto não tinha poder, era o que fazia critica do poder e da ideologia vigente né. Confundiam muito as coisa, é bem diferente.</p>
	<p>Pode parecer igual, mas não é, é uma questão epistemológica. Epistemologia é teoria do conhecimento. Então um desconstrutivista como eu, ele está sempre preocupado em qualquer situação de vida em conhecer o problema que ele tem nas mãos, e para conhecer você precisa analisar, e para analisar tu precisa desconstruir . Então eu sou desconstrutivista, mas a minha aula tinha a pretensão de desconstruir para construir. Então eu atraia alunos fora da sala de aula, eu tenho participação em “N” projetos, em “N” livros, por causa dessa minha preocupação, isto é, meu modo de ser. E muito sincero e muito franco, quando eu mando dizer eu não mando recado eu vou direito. É a minha natureza, que as pessoas dizem briguenta, nada a ver eu não sou briguenta, eu sou uma pessoa critica e que quer conhecer e que estou sempre aberta para ajudar e que continuo fazendo isso. E lá no D por conta do SAJU e dessa prática que eu tive lá, com o relacionamento com os estudantes e do projeto pedagógico por sinal esse tema SAJU é o objeto de dissertação de mestrado da Rosimari, o sobrenome ...por sinal ela trabalhou contigo.</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>O SAJU sempre foi um ser estranho, um corpo estranho dentro do corpo do prédio da Faculdade, porque ele começou como uma criação dos estudantes no Centro Acadêmico, teve um período que foi fechado durante a Ditadura Militar, e quando o Lucas me procurou estava meio anárquica a situação, não regularidade, uma permanência que são requisitos para considerar algo uma instituição né, regularidade, uma finalidade social, uma estabilidade com estrutura uma permanência e se tiver um regulamento interno melhor. E foi isso que eu fiz com Lucas no SAJU, dar esse caráter institucional e tornar o SAJU um projeto de extensão que é janela de extensão, porque ele tem uma coisa que os outros SAJU'S das Universidades Federais ajudaram a criar e que tem uma distinção. O SAJU da PUC, da UNIRITTER que são serviço de assistência jurídica universitária, são sempre dirigidos por um professor responsável que assina os trabalhos jurídicos que eles fazem, o SAJU da UFRGS é diferente, e a diferença qual é? É O protagonismo. Então houve um processo histórico de estruturação institucional do SAJU com este projeto pedagógico que tem um estatuto e que lendo o estatuto tu vai entender o que que é protagonismo, que é praticamente a gestão pelos estudante. Praticamente não, é auto gerido pelos estudantes. Então um professor que tem um perfil de professor, não vinga ali. Eu nunca tive perfil de professor. Meu perfil é lopofire (26,31). Eu sou indutora da iniciativa e do protagonismo do estudante, em tudo eu sou assim, até com a minha empregada doméstica. Eu não tenho paciência de tu faz isso, tu isto, faz aquilo. Eu quero que a pessoa venha comece é lógico que tem um tempo de adaptação e depois ela só vai. E eu ensino a trabalhar conforme me serve. tu entende? Dentro de casa. E no SAJU se tu leres o estatuto tu vais entender esse processo pedagógico embutido ou como substrato fático do estatuto que é o seguinte. Estrutura: eles são estruturados em grupos, por tema: Direito Civil, Contrato, Direito do Consumidor, Segurança do Trabalho, Direito Penal, Direito de Família, isso na assistência e tem a assessoria que é extramuros, a assistência é intramuros. Então são grupos que se constituem. No grupo durante o processo de estruturação do grupo daí brota o monitor. O monitor em geral já teve experiência em outro grupo, então no próximo semestre, ou no seguinte semestre ele se torna o monitor que seria basicamente aquele que dá uma orientação de funcionam do grupo, E o grupo, em grupo que são representados por monitores, daí se forma o Conselho de Monitores que faz a gestão do SAJU. E o Conselho de Monitores elege um coordenador discente do SAJU, e eu fiquei de coordenadoria docente única e não tem outra. Todas as alternativas não deram certo. E não deram certo por quê ? Porque o projeto pedagógico do SAJU exige do professor que ele abdique daqueles ícones próprios do professor, o que manda, o que sabe, o saber competente, que faz, a prova, o que avalia, e não é isso. O Professor do SAJU é um facilitador que abre as portas e diz para o aluno vai. Tu é que tem que ir. A eu preciso ver projeto de extensão?</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>Reitoria é lá, então aqui, por aqui e chega na Pró-Reitoria de Extensão e vai falar e conhecer as pessoas, quem vai decidir tudo é o grupo que está com o problema na mão. E esse grupo atende como? Atende a comunidade carente que aflui ao SAJU. O SAJU aí tinha uma secretaria que a gente conseguia bolsa de extensão ou de trabalho, para ser secretária e que atendia os clientes e marcava hora para os grupos atenderem né. E o grupo gerencia o processo que é aberto a cada cliente que ele vai atender, bom isso do ponto de vista da clientela, isso é por matéria. Tem arquivo, tem pasta e cada grupo é responsável, cada membro do grupo é responsável por seus processos, o monitor fiscaliza e os problemas todos do grupo são debatidos pelo grupo e tem um advogado, chega um advogado. O protagonismo é isso, e essa pedagogia é do Bidowski, aí o primeiro nome (pausa pensando) é um pedagogo russo que a pedagogia do protagonismo, e essa pedagogia vou ter depois de feito é algo que eu li e me inspirei, eu li e depois eu associei. O SAJU foi estruturado a partir dessa visão de trabalho que é uma visão de trabalho que: coletivo, participativo, com iniciativa inicial dos alunos, a partir de problemas. Problemas ouvidos dos clientes que afluíam, carentes e que eram debatidos pelo grupo, então tem a lógica que o grupo desenvolve uma autoaprendizagem, a pesquisa, a extensão e o grupo realiza o trinômio, tripé da Universidade. Então... o advogado era aberto uma seleção, com edital publicado no site do SAJU, com advogados e sempre tinha concorrentes. E eles eram submetidos a uma seleção, eram avaliados e ficavam trabalhando nos grupos. E permanente, que tinha regularidade, continuidade, previsibilidade tá, passou a ser respeitado e a ocupar o Centro Acadêmico. O SAJU passou, inverteu em vez do SAJU ser algo do Centro Acadêmico, inverteu, ele já estava separado do Centro Acadêmico há um certo tempo e não por obra minha. Já estava, tiraram de lá de dentro e o SAJU começou a voltar para o Centro Acadêmico e a tornar o Centro Acadêmico um órgão de gurizada que se sentia pertencente e responsável por tudo o que ocorria na Faculdade e que, portanto aquela exigência de representante discente nos colegiados e nos plenários dos Departamentos era uma vaga a ser ocupada com muito compromisso, e passou a acontecer isso. Por conta desses estudantes do SAJU que não são obra de professores e sim obras deles mesmos. Porque eles tem uma leitura extra sala de aula, eles se tornam pessoas com pensamento crítico, sem nenhuma clivagem ideológica, porque eles entravam na Faculdade, o SAJU passava pra ... (procurando a palavra) para captar novos Sajuanos, e eles entravam ali sem nenhuma exigência de ideologia de nada, eles tinham texto para ler e fazer uma interpretação, e eram selecionados, eram não, ainda são continua assim Sajuanos, e iam trabalhar. E aí o SAJU começou a ser conhecido pelo resto da Faculdade, começou a ter mais grupos, criaram mais matérias e eu fiquei como a interfase entre o SAJU e o resto da Universidade, porque o SAJU não tem uma estrutura</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>regimental na Instituição. Então o que vincula o SAJU à UFRGS, são o fato dos estudantes ocuparem, legitimamente ocuparem aquele espaço, fazerem um produto e portanto eles pertencem, são e ocupam. E qual é a vinculação que eles passaram a ter? Projeto de Extensão. E o projeto de extensão quando tu preenche no sistema tu tens que dizer: qual o curso, qual a unidade, qual a matrícula, entendesse. E aí ... (pausa pensamento) o Diretor, o Sérgio Porto, já um pouco antes com o Plínio (antigo Diretor da Faculdade), começaram a ver que isso aí é sério, mas nunca quiseram entrar lá, nunca entraram lá, mas não negaram apoio, inclusive a usar a sala dos professores para comemorar datas, usar o salão nobre, usar o Phanteon.</p>
	<p>Sim, teve o seminário, o Centro Acadêmico e o SAJU passaram a ser parceiros independentes. E muito Sajuano saindo do SAJU e ocupando o Centro Acadêmico e vice-versa, e a participar ativamente dos conselhos da Unidade. Então teve casos em que o protagonismo dos estudantes foi efetivo, não aprovar em estágio probatório, a questionar concurso publico, a questionar questões do prédio nos conselhos, a ter voz ativa nos conselhos de departamento, ou no plenário conforme o caso. O SAJU mudou muito o papel do estudante dentro da Faculdade. E isso me fez uma época ser muito chata porque só falava em SAJU (risadas). O meu pessoal em casa não aguentava mais ouvi falar.</p>
	<p>Bom eu deixei isso de propósito, que é o seguinte. O SAJU ocupou espaço dentro da Faculdade, que era o porão. Quando chovia demais alagava e o assoalho do SAJU era de arapucas, porque eram tudo <i>parquet</i> de madeira de lei que não pegava cupim, mas que descolou. Então lá pelas tantas tu podia tropeçar, torcer o pé, cai de nariz no chão. E era um espaço diminuto para as dimensões que o SAJU foi conquistando. E aí fiz parceria com a Claudia de Lima Marques, que foi coordenadora dos projetos de extensão e do pós. Ela fez um piso novo, mas lastimavelmente isso durou pouco porque começou o processo de resaturação. E daí começou uma grande discussão porque queriam tirar o SAJU de lá de dentro. Eu não me meti, não precisou eu me meter, os estudantes ... sabe, lógico que a gente conversávamos sobre isso. Daqui eu não saio, daqui ninguém me tira. Temos uma posse ancestral (risos), que começou na década de 50, o SAJU já tem 70 anos. Não vamos sair, e aí abriram espaço para o SAJU, diminuíram a dimensão, que fica a direita da portaria de quem entra pelo térreo, tá. Então teve toda essa discussão, claro que eu fui ativa nos bastidores, tá, e o SAJU ficou lá dentro. E a gente questionava muito né, salas de aula, ter toda uma preocupação com a ventilação que isso que tu comentasse que esta ainda em [...].</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>Bom eu até hoje sonho, um sonho [...] intermitente eu subindo as escadas do SAJU para a Secretaria ali que é o primeiro piso depois do térreo, eu não sei dizer por que, porque ao invés de pegar o elevador eu ia sempre pela escada, né.</p>
	<p>Sim, recorrente, volta e meia eu sonho com isso. Eu acho assim que até hoje eu me considero parte, eu me reconheço ali, porque foi onde eu me formei com uma profissão que ao final a que eu exerci. Eu fiz letras, mas não me reconheci no Instituto de letras até porque era um prédio múltiplo, ali tinha outros cursos. Mas ali no direito não. Eu interagi com outras unidades, fui chefe de Departamento, ...</p>
	<p>Sim, fui chefe do Departamento e tinha época de recrutar professor substituto, eu como interagia muito com os alunos, sendo de sala ou não, eu uma professora que por essa prática que falei anteriormente eu interagi com os estudantes a ponto do Cezar Saldanha de Souza Junior, que é um constitucionalista muito polemico, e eu vou me abster de fazer comentários, ele veio me procurar para eu ser vice com ele para uma chapa para a Direção, e eu já estava naquela Comissão. Ele foi lá na Comissão para eu ser, e eu disse – Olha professor eu não tenho talento para ser uma vice diretora, porque eu vou querer ser diretora e vai dar briga com o senhor (risadas). E então eu não vou aceitar o seu convite que a muito me honra. Mas o porquê que ele foi me convida, porque ele sabia do meu quorum com os estudantes, pois eu tinha quorum com os estudantes. E eu participei das pendengas que houve lá na faculdade pendengas que hoje assim, questão de limpeza, questão de arrumar a sala de aula, de conseguir piso, de conseguir arrumar banheiro, e de conseguir funcionário, e de emprestar funcionária, e de emprestar o espaço da secretaria do meu Departamento, porque o Saldanha tinha ficado sem secretária, e a Secretária do meu Departamento fazia o serviço dos dois, isso foi uma coisa promovida por mim.</p>
	<p>Agora tu me pegaste assim. Tinha a minha participação assim lá na Reitoria que eu era chamada para ser membro de Comissão, e que fui. Comecei, eu já tinha sido membro de Comissão de Inquérito indicada pela Faculdade, e representação da Faculdade em alguns eventos, mas agora sinceramente eu não tenho essa memória.</p>
	<p>Eu tenho lembrança, não eu vou lá quando tem que ir, e faço umas visitinhas que tem ainda funcionárias que eu me dava muito né. Secretárias, essas comissões de extensão, Adima (?), qual é o nome está fugindo, tu precisa o nome?</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>Eu visitava a Naila na Biblioteca, que eu sou muito amiga, sou amiga inclusive no Facebook. A Rose que está na Secretaria do pós graduação, Rose Maria Oliveira e [...] vou pra lá, e fico me lembrando e sempre dou uma voltinha. Fiz um ponto, isso também é importante, durante agora é um evento, não era da Faculdade, mas que eu levei para o evento, não era costume, nem era dá cultura jurídica, (agora me lembrei) na SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência . Eu fui numa SBPC em Brasília durante a Constituinte, e apresentei um artigo extraído da minha dissertação de mestrado, lá eu conheci o Ricardo Antonio Lucas Camargo que é hoje professor da Faculdade e que fez concurso para a minha vaga quando me aposentei, e foi por influencia minha que eu fiz ele fazer o concurso, e ele fez, passou ele é doutor em direito por Minas Gerais. E nós ficamos amigos durante a SBPC, quando eu fui apresentar o trabalho de Direito, quando nem tinha a cultura de Direito dentro da SBPC. E eu ainda por cima, com essa mania de pensamento critico, multidisciplinar, interdisciplinar na minha sessão teve assim lotada e tava o ... aquele que era deputado federal o ... do PMDB (?) e que questionou muito o trabalho, teve debate na minha sessão, porque o que eu apresentei era o Orçamento Participativo, sem que ele existisse. A minha dissertação de mestrado eu defendi o direito de fazer um ensaio então fugi dos moldes formais de uma dissertação de ser obrigada a colocar referencial teórico e ser impedida de pensar, conforme fulano e Siclano, e citando notas de roda pé, o teu trabalho perde a validade. Então a minha dissertação eu defendi o direito de fazer um ensaio, fiz uma pesquisa, porque eu já tinha o <i>know now</i> da pesquisa. Pesquisa de jornal. E o que que eu analisava? Eu analisava a crise da estrutura do Estado cujo o objeto de critica apedrejado era o burocratismo do Estado, a ineficiência do Estado, e a má inversão do dinheiro publico. Isto está no pano de fundo do valor a ser conquistado. Então o que eu propus? Eu propus que o orçamento fosse objeto de participação da cidadania, porque na época que eu fazia se discutia muito, se valorizava muito a cidadania participativa, e o computador já estava na roda. Então eu defendi na minha dissertação, de vencer os entraves burocráticos e com escolhas relevantes através da própria cidadania segundo seus interesses no município. Pouco depois o Olívio Dutra implantou o Orçamento Participativo, mas se tu pegares a minha dissertação e comparar com a data, tu vais ver que isso é anterior. Então eu defendi uma síntese, porque tu tens que fazer uma síntese para tu apresentar na SBPC. João Gilberto, era o Deputado, lembrei dele, que disse que era impossível, porque a cultura do coronelismo, que aquilo não passava. E foi muito interessante. E daí eu conheci o Ricardo, eu trouxe o Ricardo para dentro do Departamento e o Ricardo achou que jamais seria professor. E se tu conhecesse pessoalmente tu iria entender o porque, pelo jeito de falar ... tem um discurso muito assim... formal, ele é uma enciclopédia ambulante, ele tem alto saber jurídico ele é procurador do Estado. E quando eu sai do Departamento e abriram concurso para a minha vaga eu disse:</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>Ricardo é pra ti, é Direito Econômico, é agora ou nunca, vai pegar. E pegou, tá. E tá lá fazendo um trabalho maravilhoso.</p> <p>Olha eu me lembro deles, eu tenho na memória... mas o significado. Tem aqueles quadros das turmas de formatura, que a gente ficava procurando os nomes para identificá-los.</p> <p>Os vitrais eu achava muito lindo, uma obra de arte, mas nunca me indaguei sobre o significado, sinceramente.</p>
Ximena Cardoso Ferreira	<p>Com uma média de 30/33 candidatos por vaga, era uma coisa bem difícil, tinha que fazer uma média muito boa para estar entre os 70 que entravam naquela época, e daí eu fiz um vestibular e entrei então em 95, 1995 e concluí em 99, os cinco anos da UFRGS.</p> <p>Eu sempre fui muito de buscar justiça, e essas coisas e acabei escolhendo Direito e chegando a hoje ser Promotora de Justiça porque ainda não parei de buscar isso.</p> <p>Claro, com certeza. São 5 anos de estudo naquele prédio e com um milhão de histórias para contar né. Eu vivi muito intensamente os 5 anos de faculdade e tenho muitas, muitas memórias daquele prédio, sempre tive um carinho especial pelo prédio. E a gente viveu desde a época dos bixos assim, dos trotes, que a gente viveu, até depois chegar a nossa vez de recepcionar os calouros né, de receber os nossos bixos também.</p> <p>Mas sim de participar de recepção dos bixos, de tudo, de procurar recepcioná-los para fazer que mesmos se sentissem em casa.</p> <p>Posteriormente depois fizemos a gente fez parte com os amigos do Centro Acadêmico da Faculdade, o Centro Acadêmico André da Rocha que é o do Direito da UFRGS.</p> <p>Eu recordo que houve uma virada de ano e iam chegar novos alunos calouros, os bixos né, e que simplesmente não ia ter matrícula, não iam ser recebidos por ninguém porque a greve continuava né. Então nós no Centro Acadêmico, no Centro Acadêmico montamos toda uma recepção fizemos nós os alunos, tivemos uma matrícula quase que fictícia, mas seguindo as regras, seguindo as vagas, e nós alunos fizemos isso para poder receber os bixos porque os funcionários não estavam trabalhando. Então nós fizemos toda uma função administrativa que não era nossa, nós conseguimos fazer a recepção desses calouros e aí posteriormente quando retomada as atividades normais tudo aquilo foi cancelado pelos setores administrativos competentes, mas quem fez na verdade foi os alunos, né.</p> <p>Tem assim milhões de histórias para contar, são 5 anos né, muito bem vividos, eu recordo inclusive de ter participado, e organizado eventos no Salão Nobre.</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>E aí a gente fez um evento ali também quando, já faz bastante tempo. Mas eu recordo que eu e uma colega organizamos com o auxílio de uma professora, mas tudo organizado por nós alunos né, não era da faculdade em si, Mas também tivemos isso e vários outras histórias que podem surgir.</p>
	<p>Eu recordo de ter que ajeitar a cadeira para não cair num buraco porque o piso estava cedendo, o piso da sala era uma madeira velha. Então a gente tinha que ajeitar a cadeira assim para ficar cair no buraco e cair. Então assim a gente viveu esse drama do prédio caindo, apesar.</p>
	<p>É tem vários. Eu recordo de alguns assim e vou te dizendo. Esse caso, por exemplo, de ter que arrumar a cadeira isso era clássico no primeiro ano. Isso no nosso primeiro ano de faculdade ter que ajeitar isso. E me recordo da sala que nos fomos recebidos pelos nossos veteranos e que fomos submetidos ao trote, subir na cadeira, dizer o nome e dar a voltinha na cadeira. Me lembro da sala. E ter, como comentei de ter organizado essa matrícula. Me recordo também que o bar do Direito foi todo reformado, não sei se entrou uma nova empresa assim..., e ele foi desfigurado. Nós ficamos revoltadíssimos com aquilo, porque ele era um bar assim quase <i>underground</i>, bem assim de faculdade mesmo, daí pintaram as paredes de amarelo, colocaram uns móveis assim, parecia um <i>Mac Donald's</i>, todo moderno. Nós achamos aquilo um horror, nós queríamos o velho bar de volta (risadas).</p>
	<p>Então tem vários momentos, eu vou tentar ti contar uma foto eu não sei se eu tenho se não vou ter que buscar com algum colega. Uma foto na escadaria da frente do prédio. Assim a escadaria pela frente do prédio a escadaria e nós temos uma foto linda que foi tirada ali. Tem fotos durante o curso e também essa com certeza a foto da formatura que nós usamos a escadaria do prédio do Direito, para fazer a foto da formatura também. Então a gente tem um carinho por este prédio.</p>
	<p>Sim tem tudo a ver a minha vida profissional com a Faculdade né. Na verdade não tem um momento marcante, mas é totalmente ligado. Eu vivi muito intensamente todo esse período de faculdade. Eu inclusive ia antecipando cadeiras, porque eu tinha Direito diurno, durante as manhãs, mas eu tinha tanta gana de saber de conhecer mais que eu ia antecipando as cadeiras. Então eu fazia algumas cadeiras a noite. Isso por querer, eu trabalhava à tarde, fazia estágio à tarde e aí depois a noite voltava para a Faculdade para fazer alguma cadeira à noite e antecipava a cadeira porque era eletiva. E eu cheguei ao ponto de fazer a seriação que era cinco ou seis cadeiras por semestre e eu cheguei a um determinado semestre, acho que pelo quarto ano de fazer dez cadeiras ao mesmo tempo. E sem necessidade não era a pressa de me formar, tanto que eu poderia me formar em quatro anos e não fiz. Para não perder a turma, para continuar com os meus colegas de desde sempre, mas eu fui antecipando então eu vivia a faculdade assim de manhã, de tarde e a noite, porque umas cadeiras que eram ao meio dia, ou às seis da tarde, então em todos os horários eu participei.</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>Olha... (pausa) esquecidas elas não seriam, porque o que tu vive tu não te desfaz, mas evidentemente nós morreríamos um pouco junto com o prédio, né. Porque seria muito dolorido para quem viveu naquele espaço que ele não existisse mais. Que hoje a gente passasse pela João Pessoa, ou pela Paulo Gama ali, ou Sarmento Leite e não existisse aquele prédio, porque a gente viveu assim cada espaço daquilo, e agora quando tu falar de deixar de existir.</p>
	<p>Eu me recordo, por exemplo, que as pessoas que precisavam... que tem estacionamento ali, para alunos e professores no prédio, mas que tem pouquíssimas vagas né, existe mais alunos que vagas, então quem tinha carro, e que não era o meu caso, mas quem tinha carro e precisava vaga ali tinha que ir de madrugada para a fila para uma espera numa fila no dia que seriam distribuídos os selos né. Eram selo para o carro, então até não sou dos alunos que tinham carro, mas como eu tinha amigos e colegas que tinham carro e eventualmente a gente vivia pegando carona com um ou outro. Eu me lembro de ter ido numa dessas madrugadas para a fila, para acompanhá-los, e era outra festa na madrugada na fila sentados no pátio da Faculdade já era outra festa, era um acontecimento (risadas).</p> <p>Assim como lembro também de uns churrascos que eram feitos pelo pessoal do Centro Acadêmico que faziam numa parte ali debaixo do prédio, e que até brincávamos que eram os churrascos nas catacumbas da Faculdade Livre de Direito, porque era um negócio assim para baixo, nem lembro bem onde era isso.</p> <p>Ha com certeza. Eu tenho na minha casa uma parede que tem quatro, quatro eu acho que são, quatro quadros que são aquarelas da Faculdade. Então eu tenho dentro da minha casa a lembrança desse prédio, e inclusive depois eu vou fazer uma foto, tá no meu escritório na minha casa, eu vou fazer uma foto para te mandar. São quatro quadros se eu não me engano e uma aquarela que foi pintado por uma amiga minha, o outro acho que é um postal. São quatro quadros em momentos assim do prédio que são as minhas lembranças. É um prédio, que onde eu estiver em qualquer lugar no mundo onde eu enxergar uma foto do prédio, eu sei que prédio é, né, então com certeza é o meu prédio.</p>
<p>Glacy Pereira da Cruz</p>	<p>A passeata dos bixos era famosa.</p> <p>Normalmente se escolhia temas políticos, então aí faziam fantasias e tudo, com representando os políticos da época, mas era críticas políticas, né, geralmente. Mas era muito divertido.</p> <p>Sim, saía da Faculdade, subia ali a João Pessoa né, subia até a João Pessoa, depois entrava na Salgado Filho e ia até a Borges de Medeiros, e eu nem lembro onde é que terminava ou como terminava exatamente. Mas era aquele trajeto ali, e se ia a pé, e também tinha representações em caminhões e tudo. Mas era muito divertido, já quando a gente se arrumava para a passeata assim já era muito divertido.</p> <p>Sim, era uma festa, saiam piadas de tudo quanto era jeito. Era muito divertido.</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>A comunidade acompanhava, era sempre esperada, a passeata dos bixos era sempre esperada, o povo gostava muito. Aplaudia certos quadros, certas coisa, acontecimentos da época né. Mais era muito divertido né.</p> <p>Baile. Sim, tinha os baile dos bixos. E tinham também, bom reuniões dançantes que se fazia ali mesmo na Faculdade.</p> <p>É, no bar ali. No bar se fazia reuniões dançantes. E na medicina também fazíamos. E ai a gente ia lá e se divertia com colegas e tudo. E se fazia boas amizades né, boas amizades.</p> <p>É sim, mais intensa com reuniões dançantes né. Normalmente fim de semana, não era uma coisa assim tão seguidamente, mas sempre tinha né, era bem interessante né, mas para o convívio dos alunos e colegas, eu gostava muito.</p> <p>Tinha o churrasco dos bixos que eles faziam naquele pátio assim.</p> <p>Olha, naquela época quase tudo era marcante (risadas) era uma época assim marcante na vida da gente, tu muda de simples estudante para ser universitário (risadas), o que é uma mudança também né, de patamar, então. Mas era tudo muito bom, um convívio muito bom, tinha a política do CA, se bem que eu não participava muito da política do CA. Inclusive de política em geral. Mas era um convívio muito bom. Eu tinha amigas, eu já entrei amigas ali, e que tiveram influência na minha decisão e que atualmente já faleceram, mas foi uma época muito boa. Foi à época melhor da minha vida foi o tempo da Faculdade.</p> <p>Parece que estaria faltando uma coisa dentro de mim, parece que aquilo faz parte mim ainda, mesmo que eu não vá lá há muitos anos, ele parece que faz parte da minha vida. Assim como a casa em que eu morava. Parece que aquilo é uma parte da vida da gente, passa lá.</p>
	<p>Sim, sim qualquer coisa que apareça, a sala de aula, a entrada ali, tudo me vem à memória, varias coisas, colegas e amigos daquela época.</p>
<p>Marco Túlio De Rose</p>	<p>Eu entrei em 1972. O meu número na Universidade Federal do Rio Grande do Sul 1536/72, número de matricula que ainda mantive na pós graduação que eu fui fazer muito mais tarde. Muito bem, olha gente, professora, a última vez que eu conversei sobre isso eu até me emocionei mais do que devia, porque grande parte da minha vida (... pausa, emoção e lagrimas).</p> <p>Grande parte da minha vida está dentro daquele prédio. Eu ali chego vindo da Escola de Aplicação, uma escola maravilhosa onde eu fiz o meu curso e que tínhamos companheiros de toda uma vida. De uma turma do colégio de Aplicação que há 55 anos nos relacionamos e continuamos nos dando muito bem, e isso atravessou gerações, mulheres, filhos, etc. e tal, e tudo isso aconteceu.</p> <p>Aí aquela dificuldade inicial de me adaptar ao Direito, uma outra realidade, o Colégio de Aplicação sempre foi uma escola muito progressiva. O Direito é por natureza conservador. Então houve um primeiro impacto, mas eu consegui superar bem essa situação. Então o que que aconteceu. Projeção cultural dentro da Faculdade de</p>

Entrevistados	Valor Afetivo
	Direito, eu participei ativamente da política acadêmica e fui presidente do Centro Acadêmico André da Rocha. Dentro da Faculdade de Direito eu conheci minha esposa e que eu estou casado até hoje, então ...
	É muito significativo de parte da vida do que é de bom e do que é de ruim. Vamos dizer assim, eu tive uma participação política contra a ditadura militar muito forte naquela época e em decorrência disso e talvez uma das coisas que eu ambicionava era lecionar lá essa portas não se abriram para mim. O que não, não me tirou nem um pouco a estima pela Faculdade e pela Instituição. Isso aconteceu de fato. Eu era... sou aluno graduado na Faculdade de Direito (levantou-se e mostrou o quadro dos registros acadêmicos) com uma média 9, 72. A minha média de curso foi 9,72, eu fui o primeiro lugar da minha turma.
	Não. Não cheguei a ser laureado. Porque para a láurea precisa ter dez e o Diretor na época não quis. Diz que não, por causa desses 28 décimos que faltavam. Mas eu fui o primeiro lugar da minha turma. Então o que acontecia, eu era indicado para as monitorias em todos os setores, mas quando chegava lá acontecia qualquer coisa e não me deixavam assumir. Eu acredito que a minha participação política porque eu era identificado naquele grupo como aquele que sempre se manifestava contra a ditadura militar.
	e voltei ao Direito para fazer o mestrado, fiz o mestrado na Faculdade de Direito também, me classifiquei na Faculdade de Direito, nas provas para o mestrado, na habilitação para o mestrado eu fui o primeiro lugar, e terminei o curso com média absoluta em todas as disciplinas do mestrado, fiz uma boa apresentação de trabalho final. Então o Direito tudo isso dentro daquele prédio, dentro daquele prédio (ênfaticou).
	Eu atravessei a rua, porque o Aplicação ficava onde hoje é a Faculdade de Educação, a minha vida ali desde 1965 até quando eu completo o mestrado em 2000, 2000 e pouco, a minha vida se resumiu em atravessar a rua do bairro, do Colégio de Aplicação à Faculdade de Direito, sai para trabalhar e voltei para fazer o mestrado. Então é claro que o Direito significa muito para mim.
	Olha, vamos dizer assim por um gesto bem simbólico. Eu passo por ali de alguma forma quase todos os dias, indo de carro ou de alguma outra forma, e eu nunca deixo de olhar lá para dentro. Eu acho que isso é indicação de tudo, eu nunca deixo de olhar para lá.
	Hoje pelo que eu sei de estudos, as pessoas precisam da memória cultural, precisam preservar os centros das suas cidades, e etc. e tal, e eu acho que está por traz do que eu li do Projeto Documenta. Porque elas precisam identidade, elas precisam saber que vieram de um ponto comum. É mesma coisa, se tirar ali, não será o buraco, a lacuna de não ter a Faculdade, mas vai ser aquela situação que nós vamos perder uma referencia de memória.
	Voltam, voltam sempre... eu tive assim uma ponta de melancolia e de satisfação, muitos dos meus colegas de mestrado eram filhos dos

Entrevistados	Valor Afetivo
	<p>meus professores.</p> <p>O grupo do Colégio de Aplicação nós temos duas camisetas que eu tenho comigo, são as camisetas que eu uso, os amigos do Aplicação e a outra é quando fez 50 anos do Colégio e que foi feita uma camiseta.</p>

Fonte: elaborado pela autora

Quadro 3 - Excertos das falas que foram classificadas na categoria Valor Pragmático

Entrevistados	Pragmático
João Pedro Casarotto	<p>A minha motivação é, primeiro que eu acho que nós temos que colaborar enquanto cidadãos com a Universidade. Meu entendimento é enquanto pública, e eu cursei faculdade publica, eu tenho um dever de retribuir para a sociedade o que a sociedade me concedeu, que apesar de eu não ter feito Direito, eu fiz Contábeis, mas na UFRGS também.</p> <p>Então eu acho que eu como cidadão fui muito assim, bem aquinhado pela sociedade me proporcionar toda essa bagagem e conhecimento que a minha família, tanto minhas irmãs, quanto eu e minhas filhas tiramos da, aproveitamos essa possibilidade .</p> <p>uma motivação bastante [...]. Eu como cidadão acho que, além dessa vinculação, como cidadão me sinto quase que na obrigação de colaborar com alguma coisa.</p> <p>Então me parece que a sociedade, então eu acho que nós sociedade tínhamos que proporcionar todos os recursos, inclusive para a manutenção dos acervos. Isso que eu estou fazendo, ou que nós fizemos, milhares de pessoas fazem não deveria ser necessário, isso é uma atribuição da sociedade como um todo, tinha que ter, mas a nossa sociedade não está tão organizada a ponto de fazer.</p> <p>Tu sabe que o que eu tenho de lembrança da Universidade é o conhecimento que eu adquiri lá.</p>
	<p>Nesse sentido, quando eu faço uma doação para o restauro de um acervo eu faço a doação independente do prédio que vai ser restaurado.</p>
Luiz Carlos Levenzon	<p>Nós tivemos professores eméritos. Neste período, a Faculdade tinha juristas, advogados, ministros que ministravam aula na Faculdade. Era uma Faculdade de alto nível intelectual que nós frequentávamos.</p> <p>Mas eram professores de alto nível intelectual e nos estimularam muito no estudo do Direito.</p> <p>Por que essa relação de afeto com a Faculdade permanece e ela estimula uma colaboração no sentido de preservação da Faculdade, mas também tem um aspecto da compreensão da importância do ensino, do ensino superior para toda a comunidade.</p> <p>Então, colaborar também nesse sentido, porque eu fui colaborador não só para a Faculdade de Direito, eu fui colaborador para vários outros... para a recuperação de vários outros prédios. Mas com relação à Faculdade de Direito com certeza, são essas lembranças que têm esse caráter afetivo, que levam à decisão de fazer a</p>

Entrevistados	Pragmático
	<p>colaboração.</p> <p>Então, na medida em que o prédio é preservado, a memória fisicamente é preservada. Porque a memória pode colocar em duas categorias ou dois níveis: a memória que eu tenho e que é minha, e que diz respeito à minha recordação daquilo que aconteceu lá naquele prédio. Mas, também, tem a memória física que está preservada pelo fato da Faculdade continuar ali, o prédio continuar a existir, isso é importante. A presença do prédio materializa a memória que eu tenho daquilo que ocorreu lá.</p>
June Maria de Moraes Herrmann	<p>Então realmente a Universidade sempre ficou muito presente na nossa vida. E como eu te disse eu acho assim um orgulho à gente ser um ex-aluno.</p> <p>Então quando eu soube desse trabalho, que eu considero muito bom, dá parte de prédios que compõem a Universidade, que são prédios muito bonitos, eu fiquei assim tentada. E eu disse, não, vamos colaborar tanto eu como o meu marido, nós dois somos colaboradores. E aí houve a época a consulta era se nós gostaríamos de doar para a Faculdade de Direito, e eu disse que sim que eu gostaria.</p> <p>A sei, sei. É mas não, eu acho que é uma coisa que chama a atenção da gente essa situação que lembra que eles também tiveram a oportunidade de se formar pela Universidade Federal, eu acho um orgulho, como eu te disse, eu considero um orgulho para mim e para toda a minha família</p> <p>Porque eu acho isso é uma coisa muito importante, são coisas que a gente deixa para outras gerações né, esse trabalho da UFRGS, eu acho nesse sentido. São coisas muito bonitas e faz parte assim do conjunto da história mesmo da Universidade. Então e eu acho uma coisa que tem que se muito, deveria mesmo contar com a colaboração de mais pessoas tá, eu não sei, talvez tu saiba mais do que eu nesta parte, não sei se muitos colaboradores, pessoas que passaram pela universidade, eu acho que seria uma coisa assim muita gente deveria colaborar, que pena, que pena, eu sinto muito.</p>
Luis Antonio Zanin	<p>eu me engajou e fez todas as contribuições possíveis. Quando me disseram que já não bastava aquela contribuição, eu continuei contribuindo, mas aí para a Faculdade de Medicina, porque o meu pai se formou médico. Eu sou de uma família do interior, eu sou de Erechim. E o meu pai foi médico.</p> <p>E eu achei que deveria retribuir o estudo para a Universidade, tanto o meu como do meu pai.</p> <p>Inclusive a minha irmã que se formou em Engenharia, ela também contribui com o prédio da Engenharia.</p> <p>Eu tive grandes nomes, né.</p> <p>E daí foi muito bom, grandes professores, pessoas extremamente eruditas, naquela época se estudava.</p> <p>Nós tivemos olha professores magníficos.</p>

Entrevistados	Pragmático
	<p>Sim, eu estive na reinauguração. Ficamos extremamente sentido, eu acho que ainda tenho o convite aqui. A ideia da Wrana de a gente contribuir depois de ter passado, estudado lá foi muito bacana</p> <p>Olha, eu contribui para esse prédio, por isso a gente gostaria que ele se mantivesse. Assim como eu sei que o prédio da medicina não esta mais sendo usado para a Faculdade de Medicina.</p> <p>Sim, antes de doar para doar para o prédio, eu tenho obrigação como a Wrana disse a gente retribuir para o Estado aquilo que a gente ganhou. Eu acho que é uma das coisas mais justas que tem. E foi exatamente isso que a Wrana nos falou.</p>
Paulo Eduardo Pinto de Queiroz	<p>E faço, esse ano, 23 anos que pertenço a essa Instituição, continuando a trabalhar nessa área do Direito.</p> <p>Todos queríamos ou advogar, ou fazer um concurso, mas sim prosseguir na carreira, era impressionante.</p> <p>Sim, é eu acho é... eu tive a oportunidade de estudar em escola pública e acho importante que os alunos do Direito, que é o que eu me identifico, poderem também frequentar um ambiente desse que lhes dá essas sensações agradáveis de estar ... e a forma de funcionamento também do prédio ele é... ele deixa uma marca indelével em cada um daqueles que ali frequenta</p>
Vera Lucia Silveira Fagundes Muniz de Souza	<p>eu nunca imaginei que eu iria fazer faculdade, porque eu achei que a faculdade era algo inacessível para mim.</p> <p>Então, assim, o prédio, tudo. E ai, quando surgiu essa possibilidade de colaboração. E o meu marido também sempre falou que era um costume muito comum nos Estados Unidos, que ele estudou.</p> <p>E ai ele sempre falava que achava bonita essa iniciativa, porque era uma coisa assim, nos EUA era comum às pessoas colaborarem para uma entidade que havia sido importante na vida profissional. E eu achei, era uma boa oportunidade, colaborei.</p> <p>foi algo assim que eu colaborei com muito prazer, foi muito gostoso, porque é uma forma mínima de retribuir tudo que eu recebi.</p> <p>Foi o concurso que eu consegui ser aprovada lá em SP.</p> <p>Eu acho que sim e, claro, o prédio estava meio judiado, né, então eu achei que ... quem frequentou, quem recebeu de lá é que tem que ... (faltam palavras).</p> <p>... trazer um retorno.</p>
Luiza Helena Malta Moll	<p>Olha a motivação é porque eu me sentia parte mesmo, sabe, e acho o projeto valioso nesse sentido de fomentar em quem não tem esse pertencimento. Eu sou parte também. E sou uma parte que muito auferi, eu usufrui, eu tenho que dar o meu retorno de alguma maneira e se tem esse Projeto essa é uma das maneiras, porque não é só o valor econômico em si, é o valor de se sentir parte. De saber que eu também contribuir, eu acho que isso faz bem para a pessoa, e eu sou parte dessa história, eu deixei a minha marca, eu fiz muitos profissionais e eles hoje estão aí, eu tenho alunos e isso me deixa, sinceramente, não com um orgulho de soberba, esse guri passou pelas minhas mãos.</p>

Entrevistados	Pragmático
Ximena Cardoso Ferreira	Primeiro porque eu queria estudar na UFRGS e segundo porque a minha família não tinha condições de pagar uma universidade privada. Então eu já sabia de antemão que eu tinha que fazer UFRGS, e que tinha que me puxar no vestibular, porque é um vestibular super concorrido, eu não sei como que é hoje em dia, mas na época em que eu fiz vestibular era trinta candidatos para uma vaga de Direito da UFRGS.
Glacy Pereira da Cruz	
Marco Túlio De Rose	Tanto é que me tornei doador da UFRGS porque considero isso é ..., e não é por propaganda eu não precisaria dessa propaganda não acresce muito para mim, mas eu gosto sempre que me perguntam ou pedem para falar sobre isso de falar, porque eu gostaria de dar o exemplo, porque se todos que saíram da UFRGS doassem um pouquinho de dinheiro nós teríamos uma Universidade muito mais forte, uma cidade muito mais forte.
	Uma das coisas que eu gostava e que se dizia na minha faculdade, no Direito é que o nome antigo do curso de Ciências Jurídicas e Sociais era Faculdade Livre de Direito, eu achava muito bonito isso.
	Sim, eu acho que a gente tem obrigação, o que significa uma Universidade que me dota numa condição de exercer uma profissão, uma profissão bem sucedida e que me torne conhecido de uma comunidade imensa de pessoas na cidade que tem como referencia de eu ter trabalhado na Universidade.
	O que que isso significa? Vamos falar agora na parte patrimonial, que os juristas gostam o que que significa isso em termos de patrimônio? Não tem valor, é uma vida vou desenvolvendo, gerando relações, criando clientelas, produzindo valor econômico e profissional e que decorre de eu ter estudado lá. E o que custou isso? Para mim, praticamente nada, então retribuir um pouco olha eu acho que é uma obrigação. Obrigação não só deva transformar numa obrigação que deve ser sempre mais um elementos moral do que uma obrigação, para não criar aquelas coisas que as obrigações forçadas criam, burocracia, desvio de verbas, corrupção, essas espécies de coisas. Mas acho que as pessoas deviam se conscientizar.

Fonte: elaborado pela autora

Quadro 4 - Excertos das falas que foram classificadas na categoria Valor Ético

Entrevistados	Ético
João Pedro Casarotto	
Luiz Carlos Levenzon	
June Maria de Moraes Herrmann	
Luis Antonio Zanin	
Paulo Eduardo Pinto de Queiroz	

Entrevistados	Ético
Vera Lucia Silveira Fagundes Muniz de Souza	
Luiza Helena Malta Moll	<p data-bbox="544 353 1441 465">É isso, orgulho de missão, alunos que hoje são professores. Sajuanos que foram coordenador discente com muito valor, valor que eu mostrava para eles que eles tinham.</p> <p data-bbox="544 465 1441 723">Pela prática que eles, isso ai eu tenho sim como algo o mais importante que eu fiz na minha vida, como é que eu não vou querer bem aquilo lá (emoção e choro) Tu entende porque eu marquei pessoas, eu não passei em vão pela vida deles. Eu marquei essas pessoas, tu pode perguntar, eu tenho um que é meu compadre e que colocou o nome da filha de Luiza. Eu sou a madrinha de batismo e sou amiga dele, nos frequentamos que é o Lucas Jost Assis.</p>
Ximena Cardoso Ferreira	
Glacy Pereira da Cruz	
Marco Túlio De Rose	

Fonte: Autora.